

Universidade Federal de Ouro Preto
Escola de Direito Turismo e Museologia

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

As políticas de hospitalidade sob o viés feminino: o acolhimento no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Belo Horizonte (MG)

Ouro Preto, MG
2023

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

As Políticas de Hospitalidade sob o viés feminino: o acolhimento no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Belo Horizonte (MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Turismo e Patrimônio.

Área de Concentração: Memória e Patrimônio Cultural

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benediti Brusadin

Ouro Preto, MG
2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F619a Flexa, Beatriz Ribeiro Proença Gomes Da Silva.

As políticas de hospitalidade sob o viés feminino [manuscrito]: o acolhimento no serviço Jesuíta a migrantes e refugiados em Belo Horizonte (MG). / Beatriz Ribeiro Proença Gomes Da Silva Flexa. - 2023. 102 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Leandro Benedini Brusadin.
Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós Graduação em Turismo e Patrimônio. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio.

1. Hospitalidade - Belo Horizonte (MG). 2. Migração de nações - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR). 3. Hospitaleiros - Mulheres. 4. Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR). I. Brusadin, Leandro Benedini. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



FOLHA DE APROVAÇÃO

Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

As políticas de hospitalidade sob o viés feminino: o acolhimento no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados em Belo Horizonte (MG)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 24 de Julho de 2023

Membros da banca

[Doutor] - Leandro Benedini Brusadin - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutora] - Marcia Maria Arcuri Suñer - (Universidade Federal de Ouro Preto)

[Doutora] - Isabela Barbosa Frederico - (Universidade Estadual de Campinas)

[Leandro Benedini Brusadin], orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 22/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Benedini Brusadin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/08/2023, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0578910** e o código CRC **9713525F**.

À Deus, minha mãe, meu pai (*in memoriam*), Minuit, família, Leandro e amigos.
E a cada colaboradora, colaborador, migrante e refugiada que foram dádivas no SJMR-BH.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, a espiritualidade amiga, meu orixá guia e quaisquer outros seres espirituais que me guiaram nessa jornada e com o tema me fizeram mais próxima da hospitalidade. À minha mãezinha, que é maior incentivadora e inspiração, ao meu pai, que me ilumina de outro plano e é saudade sempre. Ao Minuit, que é o melhor amigo e companheiro de escrita que eu poderia ter. Meu padrasto, aos meus irmãos, que compartilharam a jornada do mestrado mesmo do outro lado do país. Aos amigos de uma vida e aos novos amigos, por cada partilha e troca de energia.

Ao Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), que aceitou a pesquisa e foi hospitaleiro comigo em cada ida àquele prédio. Ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio (PPGTURPATRI), à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), à Universidade Federal de Minas Gerais (Ufop) e a Ouro Preto, por ter sido lar por mais tempo na vida. Ao Leandro, pela orientação e amizade de longa data, e à banca examinadora, pelo carinho e conselhos.

Em especial, a cada mulher que pude entrevistar, cada migrante e refugiada que trocou um sorriso e um abraço afetuoso depois de lágrimas de dor, por me lembrarem que ser mulher é força e leveza ao mesmo tempo. Que existir além das caixas e nas intercessões nos faz ser quem somos. O feminino é luz.

E a mim, que sou mulher, em constante deslocamento e uma escorpiana tentando viver plenamente nas intercessões.

A hospitalidade deve ser ao mesmo tempo afirmação do universal e reconhecimento no sentido mais forte das diferenças, sem o que se falaria não de hospitalidade, mas de espaço comum, imenso espaço neutro onde talvez não seria tão bom viver. Jacques Godbout

RESUMO

A hospitalidade, permite inúmeros de campos de estudo para analisar associações de indivíduos, um desses campos é a migração e o refúgio, uma vez que o crescimento dos fluxos migratórios contemporâneos vem sendo noticiado na mídia nos últimos anos como uma crise humanitária sem precedentes em todo o globo. Parte desses estudos busca compreender as relações entre os sujeitos migrantes e os possíveis anfitriões em uma premissa da hospitalidade, que se pode compreender como a intercessão entre acolher e hostilizar das relações humanas. Outros fatores nesse processo são as questões de gênero, o viés feminino nessas novas formas de deslocamento, os locais de acolhida atrelados a projetos sociais e religiosos e as interfaces contidas nesses *locus*. Tendo, por objeto de estudo o feminino no processo de receber realizado no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte-MG, esta dissertação tem por objetivo analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva e da fenomenologia do acolhimento entre o processo migratório e gênero. Utiliza-se a pesquisa bibliográfica baseada em autores da linha francesa de hospitalidade e em estudiosos brasileiros que debatem o tema. Complementando as análises teóricas, há a realização de entrevistas semiestruturadas, de caráter qualitativo, aplicadas presencialmente às colaboradoras do SJMR em Belo Horizonte, soma-se a isto uma pesquisa de campo de observação participante, com caráter analítico, que permite compreender de maneira mais eficaz as relações de hospitalidade que ali ocorrem. Conclui-se que o estudo das trocas entre migrante e a instituição escancara problemas políticos e estruturais que colaboram com a hostilidade dos atendidos, mas, ao mesmo tempo, demonstra que o acolhimento em entidades religiosas é o que mais se aproxima dos ideais da hospitalidade na perspectiva da dádiva.

Palavras-Chave: Hospitalidade. Migração. Gênero. Dádiva. Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados.

ABSTRACT

The hospitality allows countless fields of study to analyze associations of individuals, one of these fields is migration and refuge, since the growth of contemporary migration flows has been reported in the media in recent years as an unprecedented humanitarian crisis across the globe. Part of these studies seek to understand the relationships between migrant subjects and potential hosts on a premise of hospitality, which can be understood as the intercession between welcoming and hostility of human relationships. Other factors are the gender issues and the feminine bias in these new forms of displacement, as well as the welcoming places linked to social and religious projects and the interfaces contained in these *locus*. Having as object of study the feminine in the process of receiving in the Jesuit Service for Migrants and Refugees (SJMR) in Belo Horizonte - MG, this dissertation aims to analyze the possible relations of contemporary hospitality, under the prism of gift and the phenomenology of the reception, between the migration process and gender. It uses the methodology of bibliographical research based on authors of the French line of hospitality and Brazilian scholars who debate the theme. Complementing the theoretical analysis, there is the realization of semi-structured interviews with qualitative character applied in person to the collaborators of the project in Belo Horizonte at the SJMR, added to this is a field research of participant observation with analytical character that allows to understand in a more effective way the hospitality relations that occur there. We conclude that the study of the exchanges between migrants and the institution exposes political and structural problems that contribute to the hostility of the people assisted, but at the same time demonstrates that the reception in religious entities is the closest to the ideals of hospitality from a gift perspective.

Keywords: Hospitality. Migration. Gender. Gift. Jesuit Service for Migrants and Refugees.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Logotipo SJMR	43
Figura 2 – Logotipo do Centro Zanmi	44
Figura 3 – Recepção do SJMR-BH	46
Figura 4 – Cronograma de implementação do Plano	51
Figura 5 – Recepção do SJMR-BH	57
Figura 6 – Sala designada ao atendimento de proteção.....	59
Figura 7 – Quadro disposto na sala de proteção	60
Figura 8 – Formulário de Receita Federal para migrantes	61
Figura 9 – <i>Site</i> de Migração da PF	62
Figura 10 – Cartazes em diferentes línguas para informar migrantes e refugiados	65
Figura 11 – Folhetos específicos para mulheres e comunidade LGBTQIAPN+	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acnur	Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Anuar	Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
Comitrate	Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
CPF	Cadastro de Pessoa Física
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRNM	Carteira de Registro Nacional Migratório
CV	<i>Curriculum vitae</i>
Faje	Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Obmigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIR	Organização Internacional para os Refugiados
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PF	Polícia Federal
PPGTURPATRI	Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio
RNM	Registro Nacional Migratório
SJMR	Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Ufop	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 HOSPITALIDADE, MIGRAÇÃO E GÊNERO ATUALMENTE	14
1.1 HOSPITALIDADE NA INTERCESSÃO ENTRE O ACOLHER E O HOSTILIZAR	14
1.2 AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	19
1.3 O VIÉS FEMININO NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS.....	26
2 PRISMAS DA HOSPITALIDADE: O FEMININO E O SAGRADO.....	30
2.1 O PAPEL DAS MULHERES NA HOSPITALIDADE	30
2.2 HOSPITALIDADE E O SAGRADO RELIGIOSO	36
2.3 O SERVIÇO JESUÍTA A MIGRANTES E REFUGIADOS (SJMR) EM BELO HORIZONTE – MG	42
2.3.1 O papel do SJMR no 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais e no Projeto de Lei nº 3.200/2021	47
3 O FEMININO NO SJMR-BH.....	55
3.1 VIVÊNCIAS NO SJMR.....	55
3.2 AS COLABORAS DO SJMR	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE	83
APÊNDICE A – PARECER DO CEP	83
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	90
PARACOLABORADORAS DO SJMR- BH PESQUISA DE MESTRADO	90
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	91
APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADA 1	93
APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADA 2	98

INTRODUÇÃO

A escolha do tema da presente dissertação, apresentada ao Mestrado em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), relaciona-se com a experiência da pesquisadora durante a época de graduação na mesma instituição. Após cursar uma disciplina e fazer uma iniciação científica, a pesquisadora descobre a hospitalidade, a partir de um trabalho com migração e refúgio. Entretanto, naquele momento, o foco foram os haitianos, por meio de pesquisa de campo, e a relação de hospitalidade na cidade de São Paulo e projeto relacionado à igreja católica denominada Missão Paz.

Com as novas vivências e experiências, para a dissertação, opta-se pela não escolha de uma nacionalidade específica, porém pelo gênero feminino; o projeto de análise, mesmo ainda sendo vinculado à igreja católica, tem como objeto o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), em Belo Horizonte, pela proximidade geográfica.

Durante a pesquisa, em especial enquanto se utilizava da metodologia da pesquisa observatória, a pesquisadora revisita seu deslocamento da terra natal, criando um paralelo de hospitalidade com quem se estuda nesta dissertação. A aproximação auxiliou no processo de estreitar as relações com as colaboradoras do SJMR, bem como a identificação e empatia para com as pessoas que ali buscavam auxílio.

É importante deixar claro desde o início que aqui se trata de um estudo da hospitalidade do ponto de vista sociológico, bem como da utilização dos autores desse campo para criar o arcabouço teórico das discussões. A teoria da dádiva, de Marcel Mauss, e a fenomenologia do acolhimento, de Jacques Derrida, são basilares para a compreensão da hospitalidade como algo que dá ao outro com suas condicionalidades e incondicionalidades. Uma hospitalidade esta que, utilizando uma palavra que aparece em diferentes momentos desta dissertação, dá-se na intercessão entre acolher e hostilizar. Outros autores contemporâneos e brasileiros, como Brusadin (2017), Camargo (2006), Bastos (2015), e outros, auxiliam na composição desta pesquisa, trazendo novos olhares e desconstruindo normas eurocentradas tão difundidas e arraigadas nos estudos em geral.

No caminho da pesquisa, percebeu-se a complexidade do campo de estudos, sendo necessário traçar paralelos do tema hospitalidade e migração com outros fatores cruciais para esta dissertação, como migração e gênero, hospitalidade e o feminino e hospitalidade e religião. Essa abertura no leque de investigação auxilia em debates e reflexões acerca da interdisciplinaridade da hospitalidade.

Outra ressalva importante a se fazer é que neste estudo não se busca, quando se refere ao feminino, tratar de diferenças de comportamentos e atitudes dentro do gênero, tampouco se pretende tratar do feminismo em si, mesmo que reconheça sua importância para que as mulheres entrevistadas e observadas, colaboradoras, migrantes e refugiadas, pudessem ocupar o lugar que agora ocupam e tenham os direitos que atualmente têm. O que se busca é tratar da mulher como protagonista nesse processo, dando o enfoque da pesquisa nessas relações de troca, não além disso.

Com esses elementos em mãos, surge, então, a demanda de compreender como as relações de hospitalidade se dão em um centro de serviço a migrantes e refugiados que é ligado à religião católica no centro de Belo Horizonte, uma das maiores e mais populosas capitais brasileiras. Desde a recepção, passando pelo jurídico, até a inserção no mercado de trabalho, a maioria das colaboradoras do SJMR é mulher, o que reforça o papel social da mulher como protagonista.

Mesmo que *a priori* a pesquisa se encaminhasse para a metodologia apenas de entrevistas com as colaboradoras e migrantes atendidas, justamente no intuito de dar voz aos dois lados do processo de hospitalidade, por motivos éticos e legais, não foi possível realizar entrevistas com as migrantes vulneráveis. Entretanto, optou-se pela utilização da pesquisa observatória, em conjunto com as entrevistas com as colaboradoras, para compreender como se dá o processo de hospitalidade e as relações de troca que acontecem naquele espaço. Nessa metodologia, a pesquisadora passou o dia 16 de maio de 2023 nos mais diferentes setores do SJMR-BH, pode conversar e compreender com mais profundidade as atividades ali realizadas e observar o atendimento aos migrantes e refugiados na prática, o que proporcionou maior consciência não somente do processo de acolhida, mas do papel da mulher tanto como quem recebe, como quem é recebido.

O estudo caminhou, então, para o elóquio das teorias em consonância com a vivência *in locus*, no intuito de analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva de Mauss (2003) e a fenomenologia do acolhimento Derrida (2003), entre o processo migratório, sob o enfoque feminino no SJMR, em Belo Horizonte.

Objetivou-se ainda averiguar as interfaces entre hospitalidade e o processo migratório contemporâneo em recorte mais aprofundado no Brasil; contextualizar a relação entre hospitalidade, migração e o gênero feminino, com enfoque no SJMR, um projeto de cunho religioso de acolhimento de refugiados e migrantes em Belo Horizonte; e, por fim, refletir sobre os processos de hospitalidade em suas mais diversas facetas. Este estudo tem sua importância na integração entre as pesquisas acadêmicas no campo da hospitalidade em sentido

interdisciplinar com a História, em Bastos (2004), o Direito, em Godoy (2016), e a Política, em Baker (2013). Ademais, trata-se de um mecanismo de análise preliminar das formas de acolhimento no projeto SJMR em Belo Horizonte, e de uma busca para entender as interfaces entre hospitalidade e a sociedade, sob a luz da dádiva e da fenomenologia do acolhimento em se tratando de migração e gênero na atualidade.

Nesse sentido, a análise das formas de acolhimento moderno para com o gênero feminino se faz importante, sobretudo em um momento de uma crise migratória sem precedentes em âmbito mundial, em suas relações com a cidade e projetos sociais voltados para esses sujeitos.

No primeiro capítulo, traz-se os conceitos de hospitalidade na égide da dádiva de Mauss (1925) e da fenomenologia do acolhimento de Derrida (2002); que autores modernos como Brusadin (2017), Camargo (2006), Beneduce (2007), que dialogam com os autores clássicos citados e analisam a hospitalidade para além do bem receber, mas, com as teorias base, endossam o pensamento de uma hospitalidade que acontece também com o hostilizar. Propõe-se demonstrar a interdisciplinaridade dos estudos da hospitalidade, sobretudo no campo das ciências sociais aplicadas e, neste trabalho, nas suas interfaces, em especial com o tema da migração. O capítulo segue com a narrativa histórica. Enquanto conta-se essa trajetória migratória, faz-se um recorte nacional em que o Brasil, visto como país acolhedor, é colocado sobre os holofotes; nesse ponto, adianta-se, mesmo que de forma superficial, sobre os órgãos que fazem o trabalho de acompanhamento de migrantes e refugiados em solo nacional. O primeiro capítulo, então, encerra-se com a discussão do acolhimento e da hostilidade, tratada em perspectiva de gênero.

Adentrando no segundo capítulo, serão feitas considerações sobre a hospitalidade e o feminino; uma análise acerca dos estudos que ainda são pouco elaborados e as relações entre a mulher e a hospitalidade na sociedade de maneira geral. Posteriormente, há a investigação das relações entre hospitalidade e religião que, em linhas gerais, partem de conceitos históricos como o enfoque no catolicismo, visto que o objeto de estudo é o SJMR. Finaliza-se o capítulo relatando a história do SJMR em Belo Horizonte e abordando os conceitos jurídicos das políticas de acolhimento no Brasil num período delimitado – após a Segunda Guerra Mundial até hoje –, em busca sempre das relações com a dádiva e o dom.

No terceiro e último capítulo da dissertação, então, serão abordadas as metodologias utilizadas no trabalho de campo, que foi realizada no período de um ano com inúmeras trocas de e-mail e idas ao escritório. Com os relatos da pesquisadora com a utilização da pesquisa observadora, e em seguida com as análises feitas das entrevistas com as colaboradoras do SJMR em Belo Horizonte, com o objetivo de responder as indagações feitas inicialmente, refutando, ou não,

as hipóteses e alcançado os objetivos propostos nesta pesquisa, bem como propondo pontos de para futuros estudos.

1 HOSPITALIDADE, MIGRAÇÃO E GÊNERO ATUALMENTE

As fronteiras territoriais são lugares de barreiras e de conflitos geopolítico os quais denotam as desigualdades entre os povos. Bauman (2021) elucida a relação da terra e do território quando afirma que não há terra nula, pois não há espaço em branco no mapa mental e nem há terra nem povo desconhecidos, muito menos incognoscíveis. Dessa forma, entender o outro como outro perde o sentido em si mesmo, uma vez que o outro somos nós. Entretanto, no cenário atual – na sociedade de indivíduos –, observa-se a rigidez das fronteiras físicas e mentais para uma suposta segurança dos indivíduos que extraem de si o senso coletivo e da coesão social que dá significado a nossa existência.

Desse pressuposto partem-se as noções de acolhimento e hostilidade, e, na intercessão entre esses termos, está a hospitalidade, aqui, então, tratada por um prisma sociológico, e não comercial ou vinculado ao bem servir sobre os quais os estudos também podem se debruçar. O entendimento dos conceitos de hospitalidade e a visão dela para autores clássicos e contemporâneos são primordiais para estabelecer as relações entre o acolhimento e o outro.

Uma vez compreendidos esses preceitos, podemos, então, adentrar nas especificidades da pesquisa e analisar o processo migratório, sempre relacionando este com o acolhimento e a hostilidade, uma vez que são indissociados. Entre os atores desses processos de deslocamento destaca-se a o viés do feminino e as variantes dentro desse grupo que as tornam o objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 HOSPITALIDADE NA INTERCESSÃO ENTRE O ACOLHER E O HOSTILIZAR¹

Em determinada ótica, ainda que de maneira superficial, compreende-se hospitalidade por meio dos “óculos cor-de-rosa” da simpatia que, até certo ponto, é difundida como uma dada hospitalidade comercial. Na perspectiva de Brusadin e Panosso Netto (2016, p. 523),

[...] A hospitalidade é uma troca simbólica assimétrica que no trato com o outro pode estar vinculada ao espírito da dádiva, de acordo com cada período histórico. As razões da hospitalidade podem variar de acordo com as formas de dar e retribuir,

¹ Partes do texto deram origem ao artigo publicado nos anais do XIX Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, realizado em 2022.

independentemente da lógica econômica e da encenação dos atores, pois o que prevalece é a relação humana de troca no tecido social. (Tradução nossa²).

Para Bauman (2007), a “sociedade” é cada vez mais vista e tratada como uma “rede”, em vez de uma “estrutura” (para não falar em uma “totalidade sólida”): ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões (p. 9). Fruto dessas redes e na intercessão entre acolher e hostilizar está o fenômeno da hospitalidade, frente ao inesperado e à convivência com o outro. Tal processo se torna complexo em uma sociedade que se caracteriza por uma visão maniqueísta das relações humanas. Pensar em hospitalidade tornou-se, pois, uma necessidade social emergente do presente. Marcelino e Camargo (2017) entendem que a hospitalidade nasce como discussão teórica no campo da filosofia e da teologia. Posteriormente, chega às ciências sociais. Na filosofia, a questão é a hospitalidade como virtude. Já nas ciências sociais, é a hospitalidade como dádiva (p. 52).

Entretanto, para melhor compreender as nuances que perpassam e coexistem nos estudos de hospitalidade, frente à perspectiva sociológica que aqui trazemos, compreende-se que o ato de acolher está nas relações e trocas humanas em diversos sentidos. Assim sendo, é necessário conceitualizá-las.

Escrita por Marcel Mauss originalmente entre 1923 e 1924 sobre as sociedades arcaicas, a teoria da dádiva é base para o entendimento das relações de trocas. Esse arcabouço teórico possui abrangência e interseção com diversas áreas do conhecimento, perpassando pela psicologia, antropologia, sociologia, economia, direito, entre outras. A complexidade do estudo da teoria de Mauss (2003) pode ser usada para os estudos em migração, pois o autor baseia sua tríade no dar que, para ele, é transferir voluntariamente algo que nos pertence a alguém que não pode deixar de aceitar (GODELIER, 2001, p. 22). Ainda assim, a hospitalidade permeia a esfera condicional, já que a retribuição é necessária, ainda que sem garantia. O dom é um ato voluntário e obrigatório, individual e coletivo, o qual pode ou não ter sido solicitado por aquelas ou aqueles que o recebem (GODELIER, 2001, p. 23), entretanto, a recíproca é esperada.

Nos estudos contemporâneos de hospitalidade, Jacques Derrida (2003) teoriza sobre a hospitalidade em um prisma paralelo ao de Mauss, o da hospitalidade incondicional.

É com Jacques Derrida que a questão da hospitalidade se afirma. Sua origem familiar de judeus argelinos que emigraram para a França em 1949 certamente tem uma importância nisso. Sua grande contribuição à área foi a noção de hospitalidade

² Tradução nossa para: “[...] la hospitalidad es un intercambio simbólico asimétrico que en el trato con el otro puede vincularse al espíritu de la dádiva, según cada época histórica. Las razones de la hospitalidad pueden variar de acuerdo con las formas de regalar y retribuir, independientemente de la lógica económica y de la puesta en escena de los actores, pues lo que prevalece es la relación humana de intercambio en el tejido social”.

incondicional. Hospitalidade incondicional é abrir as fronteiras, sejam elas físicas e/ou psíquicas, considerando que o estrangeiro é um forasteiro, ou seja, ele nãoconhecerá o idioma, as regras de conduta da localidade ou grupo. Sendo assim, o anfitrião precisa agir de modo que permita o estrangeirose adaptar ao novo ambiente que se insere. Na hospitalidade incondicional, o anfitrião é o responsável pela adaptação e felicidade do que chega. (MARCELINO; CARMARGO, 2017a, p. 53).

Derrida (2003) transforma a obrigação da reciprocidade no ato sublime de não esperar nada em troca. Brusadin (2020, p. 263, tradução nossa) afirma que “[...] as aspirações incondicionais de quem troca, ainda que existam condições para que o sistema do dom funcione, o dom puro está na hospitalidade incondicional, que não impõe nenhuma reserva nas relações de troca”³. Derrida (2003) crê que a hospitalidade está no ato de acolher o inesperado no inesperado, algo que se assemelha muito mais ao ideal espiritual da caridade. Dessa maneira, o retribuir se anula, porque o próprio anfitrião ou doador se anula junto para se doar acima de tudo.

Derrida (1992) intenta responder las aspiraciones expresadas en la obra de Marcel Mauss en relación a la dádiva, y enfatiza que el donretribuido ante el conocimiento del don dado anula al regalo propiamente dicho. Si así fuera, el don interrumpiría el proceso de circulación económica inherente a la práctica capitalista. Para este autor el don puro está en la hospitalidad incondicional y “sin reservas”, la cual se distingue de la actitud soberana del anfitrión y del parasitismo del huésped. Derrida (1992) dice que lo que se da puramente ya no es un don sino un tempo. (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2016, p. 524)⁴.

Todavía, ao findar sua explanação e o debate sobre hospitalidade incondicional na obra, o próprio Derrida reconhece que essa maneira de se fazer o acolhimento é utópica. Lashley (2004, p. 76) diz que “[...] a maioria das pessoas não acolhe com muita frequência, não porque elas escolheram adotar outros meios para exercer as virtudes, mas porque são muito egoístas, carentes de compaixão ou insensíveis”. Esse autor, em todas as suas obras, destaca-se por compreender que nossa responsabilidade não pode se limitar às pessoas presentes, mas deve incluir gerações passadas e futuras; desse modo, suas teorias e pensamentos se tornam, então, atemporais.

³ Tradução nossa para: “[...] les aspirations inconditionnelles de qui échange, même si les conditions existent pour que le système du don fonctionne, dans la vision derridienne, le don pur est dans l’hospitalité inconditionnelle qui n’impose pas de réserve dans les relations d’échange”.

⁴ Derrida (1992) tenta responder às aspirações expressas na obra de Marcel Mauss em relação à dádiva, e enfatiza que a dádiva retribuída antes do conhecimento da dádiva dada anula a dádiva em si. Nesse caso, a dádiva interromperia o processo de circulação econômica inerente à prática capitalista. Para este autor, o puro dom reside na hospitalidade incondicional e “sem reservas”, que se distingue da atitude soberana do anfitrião e do parasitismo do hóspede. Derrida (1992) diz que o que é puramente dado não é mais uma dádiva, mas um tempo. Tradução Livre.

Para Derrida (2003), a questão da hospitalidade é, assim, primordial. Importante é também a questão do sujeito e do nome como hipótese da geração (p. 27) sobre esse sujeito (o outro). O autor reflete, na mesma obra, que esse outro deve ser compreendido como estrangeiro que aparecesse nos traços que fazem pensar num sofista, alguém que a cidade ou o Estado vai tratar como sofista, isto é, alguém que não fala como os outros, que fala uma língua engraçada (p. 7). Porém, Derrida (2003), citado por Dufourmantelle (2003), questiona-se e reflete sobre esse estrangeiro mais a frente,

O que quer dizer “estrangeiro”? Quem é estrangeiro? Quem é o estrangeiro, quem é a estrangeira? O que quer dizer “ir ara o estrangeiro”, “vir do estrangeiro”? Nós havíamos apenas sublinhado que, se devemos dar-lhe uma determinada extensão, uma acepção corrente, tal como acontece no mais das vezes, *stricto sensu*, quando o contexto também não o precisa (o sentido corrente é que quase sempre o sentido mais “estrito”, evidentemente), estrangeiro é entendido a partir do campo circunscrito do ethos ou da ética, do *habitat*, ou da estada como *ethos*, da *Sittlichkeit*, da moralidade objetiva, notadamente nas três instâncias determinadas pelo direito e pela filosofia do direito de Hegel: a *família*, a *sociedade burguesa* ou *civil* e o *Estado* (ou Estado-nação). (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 39, grifos no original).

Mesmo que Derrida (2003), Mauss (2003) e os demais autores da hospitalidade sociológica clássicos e modernos tenham pontos de vista diversos sobre as abordagens tanto de estudo, quanto ritualísticos da prática social do acolhimento, há de se fazer consenso no ponto que aparenta ser uma problemática, ou conceito a ser analisado por todos: a relação de poder. Tal relação se torna fator crucial no entendimento de como se dão o acolhimento ou a hostilidade com o outro, uma vez que todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído (SILVA, 2014, p. 19).

Para Elias e Scotson (2000), essa relação de poder se dá pelos nomes de estabelecidos e *outsiders*, como definem os autores. As palavras “*establishment*” e “*established*” são utilizadas em inglês para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Segundo os autores, *outsiders* “[...] trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *established*” (p. 31). Os autores interpretam essas diferenças como um fator social:

Os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêm-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20).

O processo de afastamento ou de se eximir perante o outro pode ser uma forma de hostilidade. Godbout (1997, p. 127) diz que “[...] passamos a considerar que muitas vezes os três momentos do ciclo - dar, receber, retribuir - se confundem; segundo o ponto de vista do ator, dar é retribuir e vice-versa”⁵. Esse processo de hostilização revela, de forma bruta, a distância que nos colocamos da hospitalidade incondicional, uma vez que há relação de poder demarcada e esse poder dissuade o outro.

A arte da vida consiste em calcular o incalculável. É necessário aprender a viver com esta intempestividade que vem no nosso caminho, transmutar o fantasma em hóspede, deixar-se visitar, oferecer hospitalidade ao inesperado. A justiça, face ao curso da história, consiste em dar uma oportunidade ao acaso, ao que acontece. Trata-se de cultivar aqueles gestos que se abrem para o estranho, que acolhem o outro.. (INNERARITY, 2001, p. 92, tradução nossa)⁶.

O autor prossegue em suas reflexões,

O bem só pode ocorrer num lugar capaz de acolher o que é diferente da presença, num espaço em que há sempre mais do que o que está depositado na facticidade da presença. O bem é a resistência a essa ordem em que cada coisa tem o seu lugar e que, na sua arrogância, tende a ocupar toda a cena e a mostrar-se como a única. (INNERARITY, 2001, p. 98, tradução nossa)⁷.

O autor observa que

[...] A esperança é vitalidade absoluta, um sim ao que está para vir, ao que não pode ser antecipado. É a resistência ao poder do presente, àquela complacência que exclui a morte e a ausência. Não se trata de substituir um presente por outro que é considerado melhor, mas de impedir que o presente se feche. A esperança é a esperança de algo que ultrapassa qualquer conhecimento que a divida e qualquer regra que a discipline. (INNERARITY, 2001, p. 100, tradução nossa)⁸.

⁵ Tradução nossa para: “[...] llegamos a considerar que a menudo los três momentos del ciclo- dar, recibir, devolver- se confunden; según el punto de vista del actor, dar es devolver, e inversamente”.

⁶ Tradução nossa para: “El arte de la vida consiste en calcular lo incalculable. Es necesario aprender a convivir con esta intempestividade que nos sale al paso, transmutar al fantasma en huésped, dejarse visitar, ofrecer hospitalidad al inesperado. La justicia frente al curso de la historia consiste en dar una oportunidad al azar, a lo que acontece. Se trata de cultivar aquellos gestos que se abren a lo extraño, que acogen al otro.”

⁷ Tradução nossa para: “El bien sólo puede darse en un lugar capaz de hospedar lo distinto de la presencia, en un espacio en el que hay siempre más de lo que se deposita en la facticidad de la presencia. El bien es la resistencia frente a aquel orden en que cada cosa tiene su puesto y que, en su arrogancia, tiende a ocupar toda la escena y a mostrarse como único.”

⁸ Tradução nossa para: la esperanza es hospitalidad absoluta, el sí a lo que llega, a lo inanticipable. Es resistencia al poder del presente, a esa complacencia que excluye de sí la muerte y la ausencia. E finaliza dizendo que no se trata de substituir un presente por outro considerado mejor, sino de impedir que el presente se cierre. La esperanza lo es de algo que supera cualquier saber que lo divise y cualquier regla que lo discipline”.

Dessa forma, a hospitalidade não pode ser entendida de forma maniqueísta, pois está na intercessão subjetiva do que se considera bem e mal, na desconstrução de estereótipos e na abertura às diferenças. A hospitalidade é a abertura em um mundo fechado, no qual as pessoas consideram que ser fechado é a melhor opção no que tange à segurança, proteção material, física ou psicológica (MARCELINO; CAMARGO, 2017, p. 54). É importante reconhecer a si e ao outro nesse processo, em especial quando se adentra na seara dos estudos migratórios, uma vez que esses indivíduos se tornam vulneráveis e experienciam dessas dualidades de uma maneira ímpar.

1.2 AS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

A hospitalidade, como prática de acolhimento e hostilidade, é atividade tão antiga quanto as formas mais remotas e diversas de deslocamentos migratórios, tanto no Ocidente, como no Oriente. Entretanto, o processo migratório atual advém do fim da Segunda Guerra Mundial em uma Europa devastada e com milhões de pessoas deslocadas de seus lares; mesmo que já houvesse intervenção da Administração das Nações Unidas para o Auxílio e Restabelecimento (Anuar), os esforços desse órgão seriam meramente de repatriação de pessoas deslocadas. Em 1947, então, é criada a agência permanente das Nações Unidas pela Organização Internacional para os Refugiados (OIR), que atuava além da repatriação dos indivíduos e abrangia a reinstalação no país de residência novo; o OIR acaba em 1951, mas os processos migratórios, não.

No final de 1950, é criado pela Assembleia Geral da ONU o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), com um mandato inicial de três anos para reassentar refugiados europeus que estavam sem lar após a Segunda Guerra Mundial. O Protocolo de 1967 reformou a Convenção de 1951 e expandiu o mandato do Acnur para além das fronteiras europeias e das pessoas afetadas pela Segunda Guerra Mundial. Em 1995, a Assembleia Geral designou o Acnur como responsável pela proteção e assistência dos apátridas em todo o mundo. Em 2003, foi abolida a cláusula que obrigava a renovação do mandato do Acnur a cada três anos.

O Acnur já auxiliou dezenas de milhões de pessoas a recomeçarem suas vidas. Por seu trabalho humanitário, recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981). Atualmente, a agência conta com quase 12 mil funcionários e está presente em cerca de 130 países, com mais de 460 escritórios. No Brasil, por exemplo, sua primeira sede é no Rio de Janeiro, no ano de 1982. Por meio de parcerias com centenas de organizações não

governamentais, o Acnur presta assistência e proteção a mais de 67 milhões de homens, mulheres e crianças. Ele se mantém por meio de contribuições voluntárias de países, além de doações arrecadadas no setor privado e com doadores individuais. O orçamento anual da agência ultrapassa os US\$ 7,5 bilhões⁹.

Com o constante crescimento do fenômeno migratório, surge um interesse nas pesquisas acadêmicas, uma vez que é um objeto de estudo complexo e, por envolver diferentes motivações, dimensões e objetivos, torna-se interdisciplinar, com várias abordagens teóricas para analisá-lo. Para efeito de compreensão e elucidação inicial, Gotman (1997) define

A hospitalidade também pode ter uma dimensão coletiva e um carácter de obrigação que, durante muito tempo, foram religiosos (e associados à ideia de caridade) e que hoje em dia estão mais relacionados com o serviço público e o campo da proteção social (pensa-se em habitação social, hospitais habitação social, hospitais, etc.), ou no domínio comercial (hotéis, em particular). Finalmente, seria a base dos direitos: direitos internos dos Estados que rege o estatuto das pessoas estrangeiras, deslocadas ou expulsas (direito de entrada, direito de asilo); e convenções interestatais que definem o quadro de relações diplomáticas. Entende-se que a sociedade com uma divisão do trabalho social classifica preferencialmente a hospitalidade na categoria de liberalidade, do lado da espontaneidade e não do lado social, convenções sociais ou lei. (p. 5, tradução nossa)¹⁰.

Nos estudos da hospitalidade, na vertente sociológica aqui abarcada, a migração tem extrema relevância para as pesquisas, já que o foco é o outro, e um outro que é estranho e estrangeiro. É a oportunidade de analisar o acolhimento e a hostilização sob a lente do melhor microscópio disponível em um laboratório de ponta. Para Innerarity (2001, p. 198, tradução nossa), essa curiosidade de estudo do migrante tem haver com o fato de que “[...] O estranho deve a sua perigosidade e a sua sacralidade à sua participação num mundo extraordinário”¹¹. Mais adiante, esse autor elenca os aspectos de destaque para esses estudos que se trata, “[...] trata-se, portanto, dos três aspectos de lugar, posse e forma que distinguem o estrangeiro de si próprios”(p. 201, tradução nossa)¹².

⁹ AGÊNCIA da ONU para refugiados. Histórico. [s.d.]. Disponível em: <https://11nq.com/YIYwC>. Acesso em: 12 abr. 2023.

¹⁰ Tradução nossa para: “L'hospitalité peut aussi avoir une dimension collective et un caractère d'obligation qui, longtemps, furent religieux (et associés à l'idée de charité) et qui aujourd'hui relèveraient davantage du service public et du domaine de la protection sociale (on pense au logement social, à l'hôpital...), ou du domaine commercial (hôtels notamment). Elle serait enfin au fondement de droits: droits internes aux Etats régissant le statut des personnes étrangères, déplacées, expulsées (droit d'entrée, droit d'asile); et conventions inter-étatiques définissant le cadre des relations diplomatiques. Etant entendu que les sociétés à très forte division du travail social rangent préférentiellement l'hospitalité dans la catégorie des libéralités, du côté de la spontanéité plutôt que des conventions sociales ou du droit.”

¹¹ Tradução nossa para: “[...] lo extraño debe su peligrosidad y su sacralidad a su participación en un mundo extraordinario”.

¹² Tradução nossa para: “[...] pues, de três aspectos del lugar, la posesión y el modo que distinguen a lo extraño frente a lo propio”.

No caso do presente objeto de estudo, sabe-se que há distinção entre migrante, imigrante e refugiado, visto que o último é abarcado por leis nacionais e internacionais que asseguram seus direitos justamente por tal título. Umberto Eco (2020) se questiona se ainda é possível distinguir imigração de migração quando todo o planeta está se tornando um território de deslocamentos cruzados. O autor busca explicar que

Temos “imigração” quando os imigrantes (admitidos segunda decisões políticas) aceitam em grande parte os costumes do país para o qual imigram; temos “migração” quando os migrantes (que ninguém pode prender nas fronteiras) transformam radicalmente a cultura do território para o qual migram. (ECO, 2020, p. 26).

Assim sendo, nesta pesquisa, utilizaremos migração para o processo de deslocamento em diversos territórios por populações em vulnerabilidade. Compreendemos que o processo migratório advém de uma busca por melhores condições de vida e sobrevivência que não foram possíveis nos países de origem, são pessoas em deslocamento querendo construir sua humanidade. Isso resulta em conflitos territoriais em que o Estado buscar controlar de acordo com seus próprios interesses.

A importância do Estado nas migrações internacionais não significa afirmar que ele é necessariamente o fator mais relevante na formação e na manutenção dos fluxos. As migrações internacionais não são causadas exclusiva ou principalmente pela ação do Estado. No entanto, ele, por meio de políticas de imigração e cidadania, é um importante fator explicativo no processo de formação dos fluxos e ajuda a moldar a forma que esses fluxos adquirem (REIS, 2006, p. 150).

No entanto, a participação desse mesmo Estado é de suma importância para mediar conflitos advindos dos fluxos migratórios. Como apontam Hogan e Marandola (2006, p. 43), a sociedade espera que a ciência a ajude a reduzir a incerteza, o que coloca esta última numa situação de incrível ambiguidade, pois a incerteza faz parte da realidade, em especial em questões como as mudanças ambientais globais e a vulnerabilidade.

Nesse sentido, quando pensamos nos processos de deslocamento forçado, há que se pensar em fronteiras, em território e lugar. Hamilakis (2019) discorre sobre as fronteiras geopolíticas criadas, que, para ele, são a definição da dualidade entre acolher e hostilizar. O autor diz que essas paredes e fronteiras não estão ali para proteger contra inimigos externos e invasores militares, mas, aparentemente, para manter migrantes não documentados fora, para fazer a passagem mais perigosa e performar o espetáculo da segurança.

Cabem, neste ponto da discussão, outras definições de território e suas perspectivas. Para Costa e Moesch (2017, p. 156), o território é um *locus* da dádiva, pois é núcleo incontestado da vida de relações, com suas condições particulares de reprodução e guardião de sentidos

existenciais. Haesbaert (2007, p. 23), por sua vez, compreende que a territorialidade é uma dimensão imaterial, existindo como imagem ou símbolo de um território e podendo se inserir eficazmente como estratégia político-cultural, ainda que o território ao qual se refira não exista fisicamente. Quando pensamos nas diversas definições e teorias sobre território, fronteira e lugar no viés da migração, observamos que esse espaço é, ao mesmo tempo, ocupado e desocupado, ele é um lugar e um não lugar no mesmo instante. Camargo (2021), em seus estudos, elucida sobre a territorialização:

Quando interpretamos as migrações como os movimentos de deixar um território e chegar a outro, devemos vê-las como processos dinâmicos de des(re)territorialização. O migrante pode vivenciar distintos níveis de des(re)territorialização, a depender se está deixando um emprego mal remunerado para conseguir outro com remuneração mais justa, se está sendo perseguido ou sobrevivendo a uma guerra em seu país a procura de proteção. (p. 140).

Com efeito, o fenômeno da migração manifesta-se com um aspecto importante nos estudos de acolhimento, uma vez que falar do migrante nos transporta ao exercício constante da empatia com quem deixou sua pátria forçada ou voluntariamente com ensejo de melhores oportunidades ou refúgio. Nessa perspectiva, a hospitalidade torna-se um direito de quem vem e o acolhimento deveria ser um dever de quem recebe, uma vez que se compreende que viver em comunidade é, sobretudo, algo que nos trona mais humanos, dá a abertura ao diálogo com o outro e nos faz tolerantes com uma cultura distinta da nossa. Entretanto, como expressado anteriormente, a hospitalidade se encontra justamente na intercessão entre o acolher (almejado) e o hostilizar (parte da realidade).

Esse outro é desconhecido e, por isso, gera ansiedades e questionamentos por parte do observador. Innerarity (2001, p. 108, tradução nossa) esclarece que “[...] o reconhecimento de qualquer outro constitui um passo para o reconhecimento de todos. O respeito moral transcende a particularidade do interesse e a limitação do destinatário”¹³. O autor continua explicando que “[...] o reconhecimento liga-nos de tal forma às pessoas que, em princípio, não podemos reter ajuda quando elas a pedem. No reconhecimento de si próprio está contido o reconhecimento de todos. Cada moralidade contém um princípio de consideração imparcial”. (INNERARITY, 2001, p. 108, tradução nossa)¹⁴.

¹³ Tradução nossa para: “[...] el reconocimiento de un otro cualquiera constituye un paso hacia el reconocimiento de todos. El respeto moral trasciende la particularidad del interés y la limitación del destinatario”.

¹⁴ Tradução nossa para: “[...] el reconocimiento nos vincula de tal manera con unas personas que no podemos en principio privar de ayuda cuando nos la pidan. En el reconocimiento de uno está contenido el reconocimiento de cualquiera. Toda moral contiene un principio de consideración imparcial”.

Desse modo, as formas de exclusão de migrantes e refugiados se aprofundam em detrimento de outros fatores, como gênero, raça, religiosidade, uma vez que mesmo antes de se tornarem sujeitos em êxodo eram, são e sempre serão parte de minorias. Innerarity (2001) reconhece esses fatores como algo antropológico, destacando

A experiência da estranheza é uma constante antropológica da mesma ordem que outras acima mencionadas, uma peculiaridade humana não possuída por outros animais pacificamente inseridos no seu ambiente. O que não é tão constante é a forma como os humanos lidam com esta estranheza, como pensam e a procuram, como a evitam ou convidam. (p. 196, tradução nossa)¹⁵.

Como já compreendido, os processos migratórios sempre existiram ao longo dos tempos, entretanto, nunca houve tantas restrições e discriminações como atualmente. As razões para isso podem ser distintas: pode ser a falta de informação, ou certo tabu que esse tema tem na sociedade, ou ainda a crise migratória em constante crescimento que se enfrenta. Todavia, um ponto deve-se destacar na tentativa aqui proposta de compreender o porquê de tamanha desigualdade, é algo mais profundo: a desigualdade econômica e social que assola a humanidade como um todo e fere a dignidade do ser humano. Quanto maior o número de riquezas concentradas e os privilégios a defender, maior o temor sobre a presença de migrantes e refugiados; em suma, atrela-se parte do problema ao poder. É responsabilidade primária do Estado acolher essas pessoas, e o poder é impedimento direto para tal, como aponta Brusadin (2020):

Primeiro, não é da mesma ordem, porque a condição de refugiado é o Estado. Na medida em que pessoa privada, eu não posso decidir. Há uma questão de legislação e medidas governamentais. Políticas governamentais, nacionais, europeias ou qualquer outra coisa. Então, há ações para vários níveis. Ou lutamos para que a legislação seja mais favorável, ou lutamos porque uma vez as pessoas estão lá, nós facilitamos a vida delas. E, então, há uma terceira possibilidade, ou seja, mesmo que eles estejam lá clandestinamente, finalmente ilegalmente, ainda os ajudamos também. Mas acho que existem vários níveis e que não há um que possa substituir o outro. Eles devem apoiar um ao outro, reforçar um ao outro. (p. 786, tradução nossa)¹⁶.

¹⁵ Tradução nossa para: “La experiencia de la extrañeza es una constante antropológica del mismo rango que otras más mencionadas, una peculiaridad humana que no poseen otros animales pacificamente incrustados en su medio. Lo que no es tan constante es el modo como los hombres manejan esa extrañeza, como la piensan y la buscan, como la esquivan o la invitan”.

¹⁶ Tradução nossa para: “D’abord, ce n’est pas du même ordre, parce que le statut de réfugié, c’est l’État. En tant que personne privée, je ne peux pas décider. Il y a une question de législation et de mesures gouvernementales. Les politiques gouvernementales, nationales, européennes, ou tout ce qu’on veut. Donc, il y a des actions à plusieurs niveaux. Soit on se bat pour que la législation soit plus favorable, soit on se bat parce qu’une fois que les gens sont là, on leur facilite la vie. Et, puis, il y a une troisième possibilité, c’est-à-dire, même s’ils sont là clandestinement, enfin illégalement, on les aide quand même aussi. Mais je pense qu’il y a plusieurs niveaux et qu’il n’y en a pas un qui peut remplacer l’autre. Ils devraient s’épauler, se renforcer mutuellement.”

Para Bizon e Camargo (2018, p. 716), a hospitalidade é uma perspectiva, uma atitude que se constrói no diálogo possível entre os agenciamentos verticais e horizontais – sem, no entanto, apagar as tensões e relações de poder inerentes a qualquer diálogo. O migrante excluído de seus direitos e hostilizado torna-se totalmente vulnerável a todo o tipo de exploração, aumentando sua exposição a trabalhos precários.

Hamilakis (2013), em suas pesquisas, analisa que os traços corporais e sensoriais são primordiais na construção das hierarquias de aceitabilidade, principalmente a cor da pele e a compleição, mas a fala do estrangeiro ou a vestimenta “alienígena”. “O odor e a experiência olfativa têm sido há muito tempo um tropo sensorial de distanciamento, alteridade e racialização” (HAMILAKIS, 2013, p. 129). A hostilidade se agrava, uma vez que preconceitos se agregam à xenofobia com o migrante, gerando atos violentos e excludentes. Vale lembrar que estamos falando da violência inerente ao sistema – não somente de violência física direta, mas das mais sutis formas de coerção que impõem relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência (ŽIŽEK, 2009, p. 17). Essas questões se tornam ainda mais duras para essas pessoas, que não estão em seus lares e sofrem com o sentimento de ruptura de laços sociais.

Saudade é um sentimento muito presente no cotidiano das migrações. O imigrante modifica suas relações como grupo de origem em função das distâncias, e a nova sociedade com a qual passa a conviver estabelece conflitos entre suas representações sociais. Muitas imagens se constroem, outras se desfazem ou são reconstruídas em função de novos grupos que se formam. Até as próprias lembranças se transformam, ou seja, o imigrante inicia um processo de mudança do próprio passado em função das vivências presentes. (RAMOS, 2003, p. 135).

Há uma espécie de linguagem subjetiva do corpo que a distância, em uma espécie de crueldade, usurpa de nós (RAMOS, 2003, p. 140). O universo virtual e as funcionalidades que ele promove em termos de comunicações não parecem ser suficientes para o que eles chamam de “matar a saudade”. O toque, o olhar, o calor, o beijo, o abraço, as trocas, o cuidado não podem ser substituídos. O se sentir pertencente e acolhido se faz primordial para a estada, ou melhor, a boa estada desse migrante em território nacional, o ser migrante, transcende as impressões de vítimas e assume o protagonismo como potência a ser observada. A diferente cultura, bagagem e vivência do desconhecido deve tomar o lugar da xenofobia e da hostilização.

De acordo com o Acnur, o número de pessoas forçadas a deixar suas casas tem crescido ano após ano durante a última década e se encontra no nível mais alto desde que começou a ser registrado, consolidando uma tendência que só pode ser revertida por um novo e combinado esforço em favor da paz. Por volta de maio de 2022, mais de 100 milhões de

peças estavam deslocadas forçosamente em todo mundo, devido a perseguições, conflitos, violência, violações dos direitos humanos ou eventos que perturbaram a ordem pública.

O Estado é o responsável primário do acolhimento desses sujeitos quando adentram seus territórios. Cabe a ele fazer digna essa acolhida e isso só é possível dentro de um prisma que envolve a legalidade. É necessário que o direito local e o direito internacional estejam se transformando para reconhecer naqueles que não nasceram num lugar o direito de intervir na vida política desse lugar (SANTOS, 2018 p. 258). Porém, em uma perspectiva global, vê-se a utilização de políticas de segregação e hostilidade que vão na contramão dos direitos humanos e do acolhimento incondicional outrora proposto por Derrida. Brusadin (2020) endossa essa inquietude quando afirma que a hospitalidade é um recurso utópico e é a natureza anacrônica da hospitalidade que a torna um valor infrapolítico, uma espécie de lei ética quase natural que deve ser enfrentada nas leis estaduais inóspitas (p. 266). Posto isso, faz-se necessário analisarmos o cenário da migração nacional, no intuito de dimensionar esse território plural, destino de inúmeros migrantes e refugiados, chamado Brasil.

Historicamente, o território nacional sempre foi cenário da chegada, do português colonizador que veio em busca da promessa de vida melhor, da diáspora africana, da grande leva de imigrantes europeus e asiáticos que ocuparam terras ou passaram a servir aos proprietários de cafezais, do êxodo rural e, hoje, do fenômeno da circularidade (ZAMBERLAM, 2004, p. 58). Com o passar dos anos, tornamo-nos um país que não só recebe muito, desde a época da escravidão, mas exporta muito migrantes. Entretanto, cabe salientar que o presente estudo joga luz sobre migrantes e refugiados que vêm de fora em busca de refúgio em solo brasileiro.

Com fama internacional de país e povo acolhedor, o Brasil se destaca em direitos de acolhimento, e conta com inúmeras instâncias estatais trabalhando para tal. Entretanto, o país reproduz em miniatura a dramaticidade mundial. Grande parte de nossas elites nunca pensou em uma solução para o Brasil como um todo, mas somente para si. Se a boa vontade é assim tão decisiva, então urge suscitá-la em todos. Todos têm o dever de hospedar e o direito de ser hospedado, porque vivemos na mesma “casa comum” (SANTOS, 2018, p. 122).

Segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), o país registrou a entrada de 29.746 refugiados nos últimos dois anos (2020 e 2021) e contabiliza refugiados de 77 nacionalidades, como a Venezuela, em primeiro lugar, representando 90,82% dos casos totais¹⁷. Vale destacar que o número de migrações por outras motivações não é contabilizada.

¹⁷ BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Refúgio em números. [s.d.]. Disponível em: <https://11nk.dev/kMFsA>. Acesso em: 01 abr. 2022.

O ato de acolher e dignificar essas pessoas em território nacional se faz imprescindível, como afirmam Martini e Oliveira (2020),

O objetivo primordial da hospitalidade é por fim as barreiras encontradas pelos imigrantes quando chegam ao Brasil, tais como o preconceito, a xenofobia, a discriminação, a dificuldade de acesso a documentos, a língua, uma vez que cerceiam o que se tem por uma integração social. [...] Com isso, cabe ao Estado, reconhecer que aquele que vem ao seu país não tem as mesmas características, acesso a informação, cultura, idioma, do que o seu nacional, sendo preciso reconhecer este indivíduo como alguém imbuído de dignidade humana, promovendo um tratamento adequado e o inserindo como sujeito de direitos. (MARTINI; OLIVEIRA, 2020, p. 299).

Esse trabalho de reconhecer para proteger que o Estado deve exercer se torna, por vezes, algo difícil, uma vez que o imigrante, quando chega, pode estar de passagem ou querer ficar, mas sua movimentação pelas fronteiras é olhada com desconfiança pelo Estado-Nação (ASSIS, 2020). Essa decisão só pode ser tomada por parte de quem chega se quem recebe o acolhe; nesse sentido, a hostilidade, por mais que afaste e iniba, existe.

Lidar com o próximo é desafiador, mas, para qualificar esse alguém como próximo, é preciso, antes que tudo, vê-lo. Ou seja, pessoas invisíveis estão fora do raio de ação do cuidado. Isso nos leva a discutir a importância de se estudar um grupo de invisibilizado e vulnerável em específico: as mulheres migrantes e refugiadas.

1.3 O VIÉS FEMININO NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS

Apesar de compreendermos que há inúmeros vulneráveis nos processos migratórios no mundo, nesta dissertação o foco será as mulheres refugiadas como migrantes no território brasileiro. O intuito não é tratar de diferenças no viés de gênero, tampouco imergir nas teorias do feminismo em si, mesmo que reconheçamos sua importância. Tais diretrizes são frutos de experiências de pesquisa e nos auxiliam a entender as alteridades do sujeito migrante diante de suas necessidades. Buscaremos tratar do termo interseccionalidade, que, historicamente, surge para abarcar minorias e, especificamente, o feminismo, como explica MCall (2005),

O interesse na interseccionalidade surgiu de uma crítica de gênero e investigação baseada na raça por não prestar contas da experiência vivida ao ser negligenciados pontos de intersecção - os que tendiam a refletir múltiplos locais em oposição a locais dominantes ou mistos. Não foi possível, por exemplo, para compreender a experiência de uma mulher negra de estudos de gênero combinados com estudos prévios de raça

porque o primeiro centrou-se nas mulheres brancas e o segundo nos homens negros. (MCCALL, 2005, p. 1775, tradução nossa)¹⁸.

Com o passar dos anos, percebemos que, nos estudos feministas, esse termo se aplica de maneira mais abrangente, abarcando todos os subgrupos que devem ser analisados, incluindo o grupo das migrantes, como definem Ressler, Strachan e Bailey (2017),

Interseccionalidade é um desenvolvimento relativamente recente no seio da teorização feminista. O seu objetivo é aprofundar a nossa compreensão das complexidades associadas à diferença permitindo o exame de como o género, a raça, etnia, classe e outras identidades, incluindo a identidade migrante, são influenciadas pela sociedade diferenciais de poder, criando desvantagens múltiplas e complexas para as pessoas de diferença. (p. 1, tradução nossa)¹⁹.

As autoras reforçam a importância de se fazer os estudos interseccionais quando se trata de mulheres migrantes, pois compreender a vida dos indivíduos é fundamental para entender como desvantagens acontecem, uma vez que as pessoas ocupam posições que se cruzam com uma ou muitas das características sociais de identidades construídas. (RESSLER; STRACHAN; BAILEY, 2017, p. 7)²⁰.

O acolhimento e a hostilidade para com esses sujeitos se dão por inúmeras razões que vão além do fato exclusivo de serem refugiadas e *outsiders* no território brasileiro, tal como destaca Silva (2014):

Estereótipos e preconceitos são construídos particularmente em situações de crise econômica, responsabilizando o migrante pelos problemas locais, entre eles, o da falta de trabalho e do aumento da violência. Outras formas de xenofobia ganham conotações raciais, estigmatizando grupos etnicamente diferenciados, isto porque, no caso brasileiro, ainda permanece no imaginário popular a ideia de que a imigração é coisa do passado e que, em geral, ela foi bem-sucedida, porque os imigrantes eram de origem europeia e, portanto, brancos. A presença dos haitianos recoloca a questão de como a sociedade brasileira lida com as relações raciais e os preconceitos de cor, uma herança nefasta de um período histórico ainda não totalmente superado. (p. 11-12).

¹⁸ Tradução nossa para: “Interest in intersectionality arose out of a critique of gender-based and race-based research for failing to account for lived experience at neglected points of intersection—ones that tended to reflect multiple subordinate locations as opposed to dominant or mixed locations. It was not possible, for example, to understand a black woman’s experience from previous studies of gender combined with previous studies of race because the former focused on white women and the latter on black men.”

¹⁹ Tradução nossa para: “Intersectionality is a relatively recent development within feminist theorizing. It aims to deepen our understanding of the complexities associated with difference enabling the examination of how gender, race, ethnicity, class and other identities, including the migrant identity, are influenced by societal power differentials, creating complex multiple disadvantages for people of difference.”

²⁰ Understanding the lives of individuals is therefore critical to understanding how disadvantage occurs, as people occupy varied positions that intersect with one or many of the socially constructed characteristics of identity. Original

No âmbito do feminino, diz-se que, mesmo estando presente, sempre, nos processos migratórios, elas eram excluídas e deixadas de lado, ou eram colocadas no mesmo prisma quando analisadas. Isso prejudica de maneira substancial a realidade do fenômeno migratório. Andréa Martinelli quando entrevista a cantora brasileira Elza Soares diz que “[...] ser mulher é um ato político e escrever sobre elas também”. Nesse sentido, para a migração nos dias de hoje, percebemos que as mulheres migram não apenas por razões econômicas, mas, por exemplo, por rompimento com sociedades discriminatórias, nas quais estariam em posição subordinada (Assis, 2007).

No discurso da crítica feminista e da crítica cultural influenciadas pela psicanálise, têm-se destacado os processos inconscientes de formação da subjetividade, colocando-se em questão, assim, as concepções racionalistas de sujeito (SILVA, 2014, p. 103). Essas relações entre migração, o estrangeiro e o feminino devem estar refletidas nas pesquisas acadêmicas sobre o tema, uma vez que, quando existem novos atores em um determinado fenômeno, é preciso estudá-los. Nessa perspectiva, Casas (2008, p. 117, tradução nossa) colabora dizendo que

[...] A inclusão do gênero nos estudos contemporâneos sobre migração internacional esteve ligada à necessidade de entender – entre outras coisas – por que as mulheres vêm aumentando sua participação nos movimentos populacionais internacionais, fenômeno que os demógrafos chamaram de “feminização das migrações de mulheres”²¹.

Analisando o cenário nacional, é possível perceber o aumento considerável de mulheres buscando refúgio no Brasil. Esse protagonismo do deslocamento pode ser reflexo dos debates sobre empoderamento em destaque hoje. Comparando os anos de 2011 e 2021, o número de mulheres imigrantes registrado neste ano é, aproximadamente, três vezes maior que o daquele, mesmo levando em conta que 2021 houve impactos pela pandemia da covid-19, com 67.722 registros – o segundo maior número na década²².

No território nacional, essas mulheres, em sua maioria, vêm da Venezuela. O momento de entrada se dá, especialmente, pelo norte do Brasil, em Roraima, pela proximidade geográfica com aquele país. Uma vez que essas mulheres entram em território nacional e buscam auxílio do Estado ou de instituições que trabalham nesse processo de chegada, há o

²¹ Tradução nossa para: “[...] la inclusión del género en los estudios de las migraciones Internacionales contemporáneas se vinculó con la necesidad de comprender – entre otras cosas – por qué las mujeres han ido aumentando su participación en los movimientos de población internacional, fenómeno al que los demógrafos han denominado “feminización de las migraciones”.

²² JUNGER, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; SILVA, Bianca G. **Refúgio em números**. 7. ed. Brasília, DF: OBMigra, 2022. (Série Migrações). Disponível em: <https://11nk.dev/qkSJ6>. Acesso em: 30 jun. 2023.

preenchimento de um cadastro e análise do perfil da pessoa para um futuro encaminhamento às demais localidades. Todavia, nesse mesmo momento de acolhida e esperança de recomeço, há uma distinção entre mulheres com ou sem filho, em que as primeiras se tornam um “fardo”, pois as crianças são vistas como empecilhos para o trabalho. Nesse sentido, o processo de acolhimento se torna mais uma hostilização e pode se tornar fator de afastamento ou receio de migração para outras mulheres em situação de vulnerabilidade em seus países.

Por tudo isso, reforçamos a importância de se analisar esse grupo nos movimentos migratórios e nas relações com a hospitalidade, uma vez que se tornam dupla ou até triplamente mais vulneráveis. Nesse momento, então, cabem as análises das políticas públicas para migrantes e refugiados no território nacional, mas especialmente em Minas Gerais, local onde acontece a pesquisa. Essas análises levarão em consideração o aparato legal, os pontos de acolhimento e hostilidade contidos neles, e as especificidades de gênero. Faremos ainda a apresentação e contextualização do objeto de estudo, o SJMR.

2 PRISMAS DA HOSPITALIDADE: O FEMININO E O SAGRADO

Neste capítulo, buscamos trazer considerações acerca da relação entre a mulher e a hospitalidade. No campo do trabalho e das relações sociais, compreender o papel que esse grupo desempenha é primordial para refletir sobre as pesquisas na área e as dinâmicas de hospitalidade exercidas. Outro ponto a ser abordado na intenção de traçar paralelos, abrir e discutir a importância e a interdisciplinaridade da hospitalidade é a religião. Traz-se o foco à religião católica, visto que o objeto de estudo se trata de uma instituição com base católica e, por tal, usamos a Bíblia para dar luz a essa dinâmica.

Feito isso, será abordada a história, o projeto e o funcionamento do SJMR, com o foco na sede localizada em Belo Horizonte (MG). Ao final, faremos uma breve discussão dos conceitos jurídicos e políticos que se fazem necessários para a compreensão das políticas de acolhimento no Brasil, em busca sempre das relações com a dádiva e o dom. Parte das discussões realizadas neste capítulo já trazem os relatos realizados com as colaboradoras do SJMR, que, utilizando da metodologia da entrevista semiestruturada e da pesquisa observatória, trouxeram dados importantes à pesquisa e ao objeto de estudo.

2.1 O PAPEL DAS MULHERES NA HOSPITALIDADE

Inicialmente, reforçamos que neste trabalho a busca é somente pela análise do feminino no processo de migração e no SJMR de Belo Horizonte, mesmo que compreendamos e saibamos da importância do feminismo para esse protagonismo da mulher que atualmente ocorre. Posto isso, buscaremos aqui abarcar o viés feminino da hospitalidade como um todo. Com bibliografias ainda escassas sobre o tema, uma vez que a figura da mulher, quando se torna foco dos estudos em hospitalidade, está, em sua maioria, vinculada à hospitalidade comercial e à fetichização do gênero, usaremos como base para a construção do tópico a dissertação intitulada *Hospitalidade: substantivo feminino?*, defendida por Carla Giannubilo Beneduce, em 2007, no Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi.

Em um primeiro momento, a autora situa o leitor sobre os papéis de gênero na sociedade que se divide historicamente no binarismo feminino e masculino. Essa discussão, mesmo que seja feita de maneira breve aqui, é importante para compreender que esses papéis divididos impõem lugares de hospitalidade para um e para o outro.

Parece correto assumir que explicações de fundamento biológico, embora pertinentes, não são suficientes para explicar as diferenças de gênero. A explicação biológica é reducionista restringindo o conceito de gênero a uma visão “sexista”, onde o fato de ser homem ou mulher possam influenciar o comportamento de ambos os sexos, isso não explica nem justifica as relações de submissão e dominação que podem ser observadas nas relações entre homens e mulheres em diferentes sociedades em períodos históricos diversos. (BENEDUCE, 2007, p. 22).

Essas noções foram criadas pela sociedade em um momento não tão distante do nosso presente, uma vez que estudos arqueológicos não apresentam evidências de que o *homo sapiens* homem fosse dominante em relação à sua fêmea, e que, na ausência de registros, não se sabe se a fêmea era ou não valorizada ou depreciada. Existem, sim, evidências em estudos antropológicos de que havia certa mística da mulher face ao seu papel na reprodução, o que pode ser observado no grande número de representações de mulheres em estado de gravidez. (BENEDUCE, 2007, p. 23). Essas diferenças, até então, pelo menos aos gregos, eram algo atribuído às diferenças físicas, em especial ao órgão genital.

O patriarcado trouxe com ele a noção de poder, de propriedade e, vinculado a essa última, a ideia de monogamia, que teria origem na necessidade, por parte do homem, de controlar e apropriar-se das mulheres e de sua sexualidade (BENEDUCE, 2007, p. 23). Tal controle acaba por adentrar o mercado de trabalho; nas fábricas, por exemplo, as mulheres são desvalorizadas, trabalham horas exaustivas, mesmo grávidas ou em período menstrual, sem ter seus direitos ouvidos, muito menos atendidos. O advento crescente do capitalismo trouxe a possibilidade de mobilidade social para todos, e não para todas (ZANELLO, 2022, p. 33).

Nessa perspectiva, compreende-se que a cultura define os papéis do gênero na sociedade e, por consequência, no ambiente empresarial. A cultura define o que é próprio do masculino e do feminino, estabelecendo regras de comportamento e julgamento (BENEDUCE, 2007, p. 24). Dessa forma, a mulher começa a entender, desde a tenra idade, que seu papel é o de submissão ao seu marido provedor, e que seu foco deve ser, quando jovem, bonita para conquistar um homem, casar-se com ele e, em seguida, cuidar da casa e prover filhos. Esse pensamento que, mesmo com o feminismo e seu importante papel na desconstrução de estereótipos e no desenvolvimento feminino, ainda perdura até hoje coloca a mulher que ousa quebrar barreiras e trabalhar em uma posição materna no ambiente de trabalho.

A palavra “gênero” tem várias acepções e pode apontar para ideias diferentes, a depender de seu uso. A terceira onda do feminismo faz críticas pertinentes à noção de que a diferença corporal antecede a qualquer construção cultural, tendo em vista que o acesso a essas diferenças nunca pode ser de forma livre e fora da própria cultura que a interpreta e a ela atribui valores e hierarquias. Nessa perspectiva, gênero é entendido de forma relacional (implica sempre em relações de poder, em estar em lugares de maior ou menor prestígio e empoderamento). Além disso, diz respeito a performances,

assim como a emocionalidades, constantemente repetidas e interpeladas por diferentes mecanismos sociais, dos quais as tecnologias de gênero são as mais poderosas. Elas não apenas retratam as diferenças, mas as recriam e reafirmam. Nesse sentido, as performances e emocionalidades são constantemente interpeladas e reiteradas. (ZANELLO, 2022, p. 51).

Apesar de o foco da presente dissertação ser o olhar sociológico da hospitalidade, fazemos neste ponto um adendo ao leitor para explicar que não buscaremos abordar a hospitalidade a partir das perspectivas sociais ou comerciais tão-somente. A hospitalidade aqui é conceituada na intercessão de acolhimento e hostilidade. Nesse sentido, há de se definir mais uma vez e dizer que a hospitalidade da dádiva e do dom, ou a incondicional, está na intercessão entre mercado e sociedade, não os desassociando. Posto isso, para entender a relação da mulher com a hospitalidade, é preciso inserir e discutir o imaginário do gênero no trabalho, uma vez que

Comparando com o mercado, que é o modelo de referência da circulação das coisas em nossa sociedade, e que se define pela oferta e pela demanda, se adota, geralmente, o modelo dos três momentos, as três obrigações do dom: dar, receber, retribuir. Adotar essa perspectiva significa que o dom não se define como ausência de retribuição, uma vez que um de seus momentos consiste na obrigação de retribuir. Mas essa retribuição não tem o sentido de uma troca econômica. Além disso, enquanto numa troca de tipo econômico o receber está implícito, no modelo do dom, receber não está implícito. (GODBOUT, 1997, p. 35-36, tradução nossa)²³.

Esse conceito de trabalho formal imposto socialmente coloca a mulher, mais uma vez, em uma posição vulnerável. Grande parte do trabalho feminino permanece invisível para os métodos convencionais de coleta de dados (BENEDUCE, 2007, p. 43). Nos estudos organizacionais, entende-se esse tipo de carreira²⁴ como desviantes ou *outsiders*. Um dos maiores estudiosos da área, Becker (2008) conceitua a carreira desviante como a dos indivíduos que desenvolvem suas carreiras dentro da lei, da sua cultura; já o estilo de vida extravagante e não convencional na comunidade que estão inseridos é rotulado de *outsider*, ou seja, desempenha um papel social fora dos padrões considerados normais ou convencionais.

²³ Tradução nossa para: “Par comparaison avec le marché, qui est le modèle de référence de la 35 Jacques T. Godbout circulation des choses dans notre société et qui se définit par l'offre et la demande, on adopte généralement le modèle des trois moments, des trois obligations du don: donner, recevoir, rendre. Adopter cette perspective signifie que le don ne se définit pas comme l'absence de retour, puisque l'un des moments consiste en l'obligation de rendre. Mais ce retour n'a pas le sens d'un échange économique. En outre, alors que, dans un échange de type économique, recevoir va de soi, dans le modèle du don, recevoir ne va pas de soi.”

²⁴ Vale frisar que, mais uma vez, trabalhamos com a ideia de intercessão, dessa vez em relação à carreira. Dessa maneira, buscamos utilizar dos estudos sociopsicológicos de carreira que a compreendem na intercessão entre vida pessoal e profissional.

Comparar a carga de trabalho das mulheres com a dos homens é bastante difícil, uma vez que grande parte do esforço das mulheres não é reconhecida como trabalho, pelo fato de não ser uma tarefa remunerada, exemplo disso é que ao preencherem um formulário, no campo ocupação/profissão, até hoje, a dona-de-casa que não trabalha fora, coloca “do lar”, o que significa dizer que não tem uma profissão. O tempo gasto com os filhos não é considerado trabalho, mesmo que a mulher não consiga fazer nenhuma tarefa simultânea enquanto cuida e dá atenção a sua prole. Ao dar à luz a uma criança, a mulher sabe que seu tempo de lazer estará cancelado pelos próximos dezesseis anos, embora a educação e cuidados com o desenvolvimento de seu filho não sejam considerados trabalho, além disso, se não tiver trabalho remunerado será considerada como ociosa e economicamente inativa. (BENEDUCE, 2007, p. 43).

Compreender que há a invisibilidade da mulher como trabalhadora escancara a hostilidade da sociedade para com esse grupo, seja quando a mulher vai trabalhar em algum emprego que não seja de subserviência, ou quando decide largar o emprego e se dedicar à família, ou focar no trabalho e não ter filhos e/ou uma família convencional. A essa hostilidade se atribui o imaginário construído socialmente durante anos, e que perdura até os dias de hoje, em diferentes proporções. Falar de hospitalidade com ou no gênero feminino é falar de quem opta por trabalhar, mas é designado a cargos de serviço de acolhimento, o que, para Zanello (2022), é causado pelo chamado dispositivo materno.

O dispositivo materno aponta para uma interpelação das meninas e mulheres no “heterocentrismo”: ou seja, a elas é ensinado que deve priorizar sempre as demandas, necessidades e interesses dos outros em detrimento dos próprios. Sendo mulheres, fariam parte de sua suposta “essência” e “vocação” serem maternais e estarem sempre disponíveis para cuidarem dos outros. A construção do discurso sobre “instinto materno” data do século XVIII e veio atender aos anseios do capitalismo, no sentido de justificar as desigualdades pautadas na divisão sexuada do trabalho. Enquanto aos homens é dado o direito de cuidarem de suas vidas, mulheres são interpeladas a cuidarem deles, por eles e para eles. [...] O cuidado passa, assim, a ser naturalizado como “feminino”, “coisa de mulher”. Porém, é sempre bom lembrar: trata-se de aprendizagem cultural de gênero. (ZANELLO, 2022, p. 85).

Pensa-se na mulher como o ser que acolhe, que abre mão de si e se muda pelo outro. Seu lugar de desejo é colocado de lado para, desde nova, servir. Beneduce (2007) elucidou-nos sobre esse papel que é assumido desde cedo, quando, por gerações seguidas, a empresa que a mulher administrou foi a sua casa e seus colaboradores e clientes foram seus familiares e parentes. Isto proporcionou à mulher uma personalidade executiva voltada à administração de relações e emoções que nenhuma escola de administração poderia formar. Esse pensamento reforça quando adiante essa menina entra no mercado de trabalho e suas ideias podem ser diminuídas ou seu papel é organizar a vida do chefe, sem reconhecimento de tal, com risco de sofrer assédio e fetichização, recorrente nesse âmbito.

Para a autora, as características da personalidade executiva desejável para atuação em hospitalidade comercial são paciência, capacidade de ouvir, busca de relacionamento interpessoal, tomada de decisão com foco no processo, transcendência e amor ao próximo, intuição, versatilidade e criatividade, emotividade e formas de comunicação, características que são atribuídas socialmente à mulher. Entretanto, ela mesma compreende e explicita ao leitor que não se pode construir o papel social da mulher sem tomar como ponto de partida sua educação, formação e papel no cenário doméstico. A pesquisadora observa ainda que as mulheres que trabalham na área da hospitalidade sentem que apresentam uma vocação para aquilo que fazem. Essa vocação ou dom pode ser o mais próximo da hospitalidade incondicional que se há, lembrando da correlação com a maternidade; entretanto, há que se questionar de onde esse dom é herdado.

[...] para uma obtenção da igualdade de gênero se faz necessário uma ação de hospitalidade de ambos, o homem que por muito tempo foi detentor dos espaços de trabalho precisa mudar o olhar, não olhar as mulheres como estrangeiros/forasteiros invasores e sim como com convidado/hóspede. Todavia, o estrangeiro precisa considerar que por mais que esteja lutando por essa igualdade, ela não pode ser imposta ou invasora, precisa considerar o outro, não é porque um gênero agiu erroneamente por um longo período que a conquista precisa se desenrolar na mesma moeda, pelo contrário, é permitir que essa conquista suceda-se com atitudes diferentes, que levem a igualdade. Porque ao dominar o espaço alheio não se tem uma tentativa de igualdade, mas sim a imposição do outro gênero que está repetindo o que já foi feito antes, portando o resultado será o mesmo: exclusão e inferioridade para com um gênero. (MARCELINO, 2018, p. 288).

E a autora prossegue:

Se o encontro iniciar por meio de hostilidades e desigualdades, a mudança posterior se torna mais difícil, se trabalhada no início ambos os lados se sentem fragilizados, apesar de não demonstrarem, sem saber o que este encontro pode acarretar para cada um ou coletivamente, logo ambos poderão ser surpreendidos por uma atitude hospitaleira que agrega o outro, portanto uma tentativa de igualdade que vai além de um discurso de receptividade. Mostrar as vantagens para ambos seria uma forma deste estrangeiro se apresentar como um convidado, porque o anfitrião convida para sua propriedade aqueles que lhe fazem bem. (MARCELINO, 2018, p. 290).

Refletir nesse quadro de dificuldades femininas no mercado de trabalho nos faz ponderar sobre as necessidades de melhorias. Entretanto, quando se pensa em mulheres migrantes, essas dificuldades são ainda maiores, como pontua Dutra (2013):

[...] o entrecruzamento das condições de classe, gênero e etnia condena o coletivo de mulheres migrantes trabalhadoras a uma situação de vulnerabilidade social acentuada pela concentração delas no mercado de trabalho informal e, conseqüentemente, pelo

acesso desigual a recursos materiais e à documentação que lhes permita desempenhar seus trabalhos em situação regular. (p. 191).

Em se tratando de um problema sem solução ainda, a autora afirma que

[...] é evidente que a vontade e/ou necessidade de achar uma brecha no mercado do trabalho (obter renda) tem um peso muito grande na hora em que mulheres, das mais diversas origens, tomam a decisão de migrar e deixar seu país e, até, de se separar da família durante alguns anos. (p. 191).

Essas decisões impactam diretamente em suas vidas e famílias, que ficam e que se deslocam juntas. “O mesmo ocorre no momento de decidir aceitar, ou não, trabalhar em condições de precariedade, dotando a experiência de vida em migração com uma alta dose de vulnerabilidade.” (p. 191). Aceitar ou declinar esses trabalhos advém, em princípio, da necessidade, mas, principalmente, da falta de oportunidade e da posição de trabalho que a mulher migrante ocupa.

A hospitalidade parte de inúmeras nuances quando analisada sob a perspectiva de gênero. As construções sociais reafirmadas com o tempo colocaram a mulher no lugar de mãe e cuidadora, hostilizando-a perante o trabalho que não fosse o de educar, organizar e nutrir o outro, abrindo mão de si mesma, um papel semelhante ao de Maria, mãe de Jesus. As relações entre gênero, hospitalidade e religião precisam ser mais bem trabalhadas para auxiliar nessa hercúlea tarefa de sair das caixas da hospitalidade, ver e entender mais além. Tal desafio está posto nesta dissertação, mesmo que de forma tímida, buscamos ampliar as discussões relacionadas a esses temas.

Anzaldúa (2021) já adianta as dificuldades nesses aspectos de ser mulher sob a égide da religião, uma vez que

"[...] a cultura espera que as mulheres demonstrem maior aceitação e comprometimento com o sistema de valores do que os homens. A cultura e a Igreja Católica insistem que as mulheres devem estar a serviço dos homens. Se uma mulher se rebela, ela é uma mulher ruim. Se uma mulher não renuncia a si mesma em favor do homem, ela é uma mulher egoísta". (p. 282).

Nessa busca, utilizaremos a discussão da hospitalidade relacionada às religiões. Entretanto, daremos foco ao catolicismo e ao livro sagrado utilizado por essa religião, uma vez que o local de pesquisa escolhido para esta dissertação é o SJMR, ou seja, uma instituição com bases católicas; nesse caminho, intentamos compreender as relações de receber de quem ocupa esse espaço.

2.2 HOSPITALIDADE E O SAGRADO RELIGIOSO

O ato de receber, acolher nos é familiar desde sempre e está para o ser humano como respirar. Mesmo que possam haver, vez ou outra, dificuldades ou empecilhos, a chamada hostilidade, o ato segue acontecendo. Um fator perceptível durante este trabalho, e nos demais estudos da hospitalidade, é sua capacidade de ser trabalhada nas mais diversas esferas da sociedade.

Dentre essas áreas, como observado anteriormente, o viés feminino é um ponto que pode ser debatido sob a ótica da hospitalidade. Entretanto, algo a se destacar desse campo e presente neste estudo é o fator não limitante de intercessões, por exemplo, enquanto se estuda migração, estuda-se as mulheres que migram; é possível ainda analisar essas mesmas mulheres sendo recebidas em um projeto de cunho religioso, no caso desta pesquisa, o SJMR.

Esses entrelaçamentos possíveis nos estudos sociológicos da hospitalidade são a base desta pesquisa, que, neste ponto, debruça-se nas relações entre hospitalidade e religião. Aqui, entendemos a religiosidade como uma característica de pessoas que são religiosas, ou seja, que têm tendência ou disposição a coisas sagradas, a seres espirituais, à religião, que, por sua vez, consiste na manifestação de uma crença, por meio de doutrina ou ritual próprios (CAMARGO; BRUENO, 2011, p. 55). Vale lembrar que a dissertação tem como objeto de estudo o SJMR Brasil, uma instituição católica. Dessa forma, no decorrer deste tópico, o enfoque será nessa instituição.

O ato de ser hospiteiro está nas trocas; esses intercâmbios podem ser sentidos em níveis físicos, mentais e, por que não, espirituais. Não se pode pensar em dádiva e hospitalidade sem um elo espiritual. Por um lado, o dom pode ser material, assim como o aposento reservado ao hóspede é um lugar concreto, mas, por outro lado, isso não basta para que a ligação de confiança seja estabelecida. Isso dependerá de um elemento imaterial, um elo espiritual, ou religioso, como se queira ou defina (FUNARI; FREDERICO, 2017, p. 283). Os autores se referem ao religioso como algo espiritual; nesse sentido, podemos, então, compreender que as trocas que acontecem nesse nível são profundas e podem ser determinantes para se acontecer acolhida ou hostilidade.

Na tríade de Mauss, outrora citada, essas trocas se baseiam no dom, que Funari e Frederico (2017) explicam que

[...] constitui um elemento essencial do comportamento humano em todas as sociedades conhecidas no presente e no passado, como parte essencial do processo de constituição de relações amistosas. Não por acaso, a própria palavra dádiva deriva do

verbo dar e constitui o gesto básico de relacionamento amistoso. Entretanto, mesmo que na etimologia da dádiva o amistoso lá esteja, esse dom é parte de um sacrifício, de você se anular pelo outro, pelo hóspede, pelo forasteiro, e isso gera desconfortos, estranhezas e até conflitos. A dádiva não procura a igualdade ou equivalência, ela está no cerne de incertezas que caracterizam o vínculo social. A dádiva, como a relação que esta estabelece, não é unilateral. Afinal, uma relação de sentido único não seria uma relação - o equilíbrio da dádiva está na tensão da dívida recíproca. (FUNARI; FREDERICO, 2017 p. 29).

Isso não seria diferente nas esferas da dádiva e religiosidade, que, como elucida Brusadin (2017), tem como contribuição

[...] revelar como, em diferentes civilizações, o trocar é mesclar as almas, no sentido de comunicação entre os sujeitos, uma forma de sociabilidade. A ação de dar está vinculada a uma ideologia da generosidade na qual não há nenhuma garantia estabelecida; não obstante, não existe dádiva sem retribuição. O sistema do dom se manifesta, assim, de forma concomitante em várias esferas como na moral, na literatura, na família, na religião, no político, no econômico e tem como finalidade produzir um laço social entre as pessoas, ainda que vinculado à ideia de poder de uma sobre a outra. Não obstante, a dádiva não busca a igualdade e insere-se nas incertezas sociais- já que dar e receber são além de troca material, permuta espiritual e comunicação das almas. (p. 339-340).

Nesse universo do sagrado, do religioso e da fé, a hospitalidade se faz presentes nas maneiras convencionais que pensamos em acolhimento em um lar, seja de um irmão em necessidade, seja de uma imagem para orar, bem como na caridade de uma cesta básica em uma campanha fraternal, ou uma palavra amiga de um líder religioso, em cânticos e celebrações, e até mesmo de um forasteiro migrante que adentra determinado território. O sacrifício causa o interesse, a obrigação, a espontaneidade e o altruísmo; dessa maneira, é o dom uma doação (BRUSADIN, 2017, p. 348). Essas relações entre religião e hospitalidade são observadas em todo tempo da história, ao redor do mundo e nas mais diferentes demonstrações de crença.

Na filoxenia grega estão as divindades da hospitalidade: Zeus Xenios e Atena Xenia, e Zeus Hikesios; as castigadoras: Cástor e Polux [...] A escassa abordagem à indiscriminação que é vislumbrada na Roma pré-cristã, tem a ver com Júpiter Hospitalis. No entanto, Roma nunca esteve à altura hospitaleira da Antiga Grécia, devido, talvez à pequena entidade de Júpiter em comparação com Zeus. Muito semelhante é o caso dos incas da serra em relação aos incas da costa. Os primeiros consideravam que dar hospitalidade era um dever sagrado, mas os segundos não. Também aceitam a indiscriminação por motivos religiosos os Taínos da Antilhas (que são os que, ao prestar hospitalidade a Colombo, tornaram factível o descobrimento da América), os Mayas de Yucatán, os indígenas de San Francisco e os Tpinabás e Kamayurás do Brasil. E, na Oceania, as tribos de Samos, na Polinésia. (NOGUERO, 2019, p. 50).

No entanto, crê-se que todos tenham a recompensa divina, isto é, um lugar no céu, a elevação espiritual, o pedido atendido, a chuva na plantação, o interesse em algo superior,

mesmo que não verbalizado, tudo isso é a força motriz de um fiel. Essas práticas podem ser observadas nas mais diferentes religiões, doutrinas ou cultos durante toda a história da humanidade, e tendem a perdurar até o fim da existência humana no planeta. Os atos de extrema generosidade resultam em recompensa, na medida em que as crenças sobre a hospitalidade e suas obrigações para com os outros, oriunda na religião cristã desde a Idade Média, estão associadas a visões sobre a natureza da sociedade e sobre a ordem natural das coisas (BRUSADIN, 2017, p. 343).

A representação superior das principais religiões ocidentais é Deus. Nas religiões de origem semítica, ao apresentarem que Deus é anfitrião (Antigo Testamento e Alcorão), ou que Deus é hóspede (Novo Testamento), sublimam a hospitalidade, ativa ou passiva (NOGUERO, 2019). Essa figura é a detentora de todo poder, de todo dom e, portanto, de toda hospitalidade.

Deus é retratado como um ser que possui a dádiva em sua própria essência, pois não apenas presenteia o homem com as condições de manter-se na terra, mas dá seu próprio filho para ser morto pela humanidade, como um presente que restaura o relacionamento do homem com o divino e, ainda, prepara um lar eterno, para onde irão os que seguem seus preceitos. (CAMARGO; BUENO, 2011, p. 67).

Conforme dito anteriormente, essa dissertação tem como objeto de estudo o SJMR, um projeto criado dentro da Companhia de Jesus²⁵ de base católica; por tal, a análise de migração, hospitalidade e religião se dará a partir do livro sagrado para essa religião: a Bíblia. Na Bíblia, é possível encontrar as relações entre hospitalidade e migração nas passagens e parábolas, que são estudadas por diversos autores desde sempre. Nesse sentido, a ideia de que Cristo, ou Deus, está presente em cada pessoa é a questão central da hospitalidade de acordo com a cultura judaico-cristã. Desse modo, cada cristão deve acolher o próximo, porque, se cada ser é criado à imagem e semelhança de Deus, ao acolher o outro, está-se acolhendo ao próprio Deus (VALDUGA; OLIVEIRA; MATTOS, 2022, p. 297).

Nessa perspectiva, o estudo da hospitalidade na Bíblia, tendo em vista a migração, divide-se em dois momentos: o Antigo e o Novo Testamentos. No Antigo Testamento, há uma

²⁵ Foi na capela de Montmartre, em Paris (França), em 15 de agosto de 1534, que Inácio e seis companheiros – Francisco Xavier, Pedro Fabro, Afonso Bobadilha, Diogo Laínez, Afonso Salmeirão e Simão Rodrigues – fizeram votos de dedicarem-se ao bem dos homens, imitando Cristo, peregrinar a Jerusalém e, caso não fosse possível, apresentar-se ao Papa, com o objetivo de colocarem-se à disposição do Pontífice. Hoje, assim como ontem, a Companhia de Jesus é reconhecida no mundo inteiro por seu trabalho missionário e por sua atuação nas áreas educacional, espiritual, intelectual e social. Disponível em: <https://11nq.com/541Dz>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ênfase nesse estrangeiro que viaja; em seus livros, há uma notável simpatia pelo nômade. Essa parte sagrada, resumem Camargo e Brueno (2011), dizendo que

É no Antigo Testamento que se encontram as maiores referências à prática da hospitalidade. Nesta parte da Bíblia, que corresponde ao texto sagrado usado pelo judaísmo, encontrou-se o relato de um povo israelita que peregrina pelo deserto em direção à terra que entendiam ser prometida por Deus a eles: Canaã. Neste contexto, os israelitas necessitaram de acolhimento ou permissão para transpor um espaço geográfico pertencente a outros povos e, portanto, precisaram de hospitalidade. (CAMARGO; BUENO, 2011, p. 65).

É no Antigo Testamento que a hospitalidade começa a ser solidificada, bem como seus princípios, que estão presentes até hoje, mesmo que não com a nomenclatura conhecida atualmente, uma vez que o termo “hospitalidade” só começa a ser reconhecido como tal há poucos séculos.

No Antigo Testamento, não há outra norma tão amplamente desenvolvida como a Lei da Hospitalidade. Trata-se de uma compilação de normas legislativas e consuetudinárias, que superam o Código da Aliança (Ex 20-23) e o Código de Deuterônimo. As normas legislativas e são incluídas no Pentateuco, Juízes e Eclesiástico; em outros livros da Bíblia aparecem reiteraões dessas regras. As tradições ampliam e especificam o tratamento legislativo. As normas são, por sua vez, religiosas, morais e jurídicas. Na atualidade, a Lei da Hospitalidade segue sendo necessária. E é aceita, pelo menos, por vários povos nômades, sobretudo os beduínos. Por isso, do ponto de vista jurídico, esta é provavelmente a Lei de maior vigência da história e o regulamento hospitaleiro mais antigo do mundo. (CAMARGO; BUENO, 2011, p. 60).

Essas leis da hospitalidade são universais e, conforme dito pelo autor, estão em funcionamento até hoje. Entre os princípios, destacamos aqui a obrigatoriedade jurídica e religiosa de dar hospitalidade, de modo que o não cumprimento dela pode gerar punições divinas e eternas que são abominadas pelo povo. Essa obrigatoriedade nos remete à dádiva de Mauss. Outro princípio a se destacar é o da gratuidade, todos os benefícios são gratuitos. o anfitrião não cobra, nem em dinheiro nem em espécie (NOGUERO, 2019, p. 65). Entretanto, vale reforçar que, por mais que não haja quantificação da hospitalidade, ela se torna moeda de poder e de troca, uma vez que praticada com alguém, essa pessoa está obrigatoriamente em dívida com o outro, que agora tem o poder e, assim que for retribuído, esse poder muda e não acaba, em um ciclo sem fim na tríade de dar, receber e retribuir.

Se, no Antigo Testamento, Deus é o anfitrião dos homens, no Novo, os homens são os anfitriões de Deus, na forma de Jesus (NOGUERO, 2019, p. 95). O olhar sobre o outro muda nesse momento, Jesus é o hóspede, o estrangeiro, e a hospitalidade precisa ser praticada com o Verbo Encarnado, com o filho de Deus. Um dos elementos centrais do Novo Testamento, visto

a partir da realidade migratória, é o fato de Jesus se apresentar ele mesmo como um migrante (ARES, 2019, p. 11). Em resumo,

No Novo Testamento, constata-se uma mudança na concepção de acolhida e na própria condição do estrangeiro. [...] Os evangelhos relatam Jesus aclamando a questão da hospitalidade e procurando não apenas discursar, mas agir de modo a ser exemplo aos seus seguidores e, neste sentido, se abre permanentemente ao outro, trazendo uma mensagem de que a salvação não é apenas para o povo escolhido, mas para todos. (CAMARGO; BRUENO, 2011, p. 66).

É possível, então, perceber na Bíblia que rege os católicos os princípios da dádiva de Mauss e um flerte com a hospitalidade incondicional de Derrida, de maneira que a caridade se faz pelo simples ato, não esperando nenhuma recompensa monetária por tal. Entretanto, esse flerte acaba quando há interesse, obrigação e poder nessas relações. Quando se trata do outro, essas dependências logo se acentuam, especialmente quando esse outro é migrante, podendo surgir, então, a hostilidade. Como a inospitalidade ao inimigo é compreensível, a hospitalidade a ele é admirável. Convenhamos que receber o inimigo constitui uma ação extraordinária que está fora do comportamento médio do homem, supõe uma heroicidade (ou uma traição, segundo a posição da qual é julgada) (NOGUERO, 2019, p. 36).

O que se faz perceptível na Bíblia é a movimentação, peregrinação, ou mesmo migração, desde o nascimento da humanidade com a expulsão de Adão e Eva, que os torna refugiados na terra do Pai; passando pelo nascimento de Cristo; que com família migra pelo deserto; até os deslocamentos de Jesus para pregar e evangelizar o povo. Esse processo é elucidado por Ares (2019) quando diz,

Encontramos histórias de mobilidade humana desde o início: desde o chamado Êxodo no Egito recebido por Abraão, o povo de Israel vagando pelo deserto na experiência do exílio, a viagem da Sagrada Família para o Egito até a atividade missionária da Igreja... Em definitiva, a identidade do Povo de Deus está intrinsecamente ligada a histórias de pessoas e comunidades descoladas, de peregrinação e de hospitalidade. [...] Alguns teólogos descrevem a migração como o rosto humano da globalização. Essa forma de fazer teologia é a aqui é conhecida como “teologia das migrações”, disciplina cujas raízes se remetem aos inícios da Igreja e, de certo modo, às origens da humanidade, mesmo que no conjunto da reflexão teológica não tenha grande tradição. Esse processo ou peregrinação percorre a Sagrada Escritura, a tradição e o magistério. (p. 8-9).

O preceito de hospitalidade e migração com essas nomenclaturas pode ser atual, mas o pensar nisso do ponto de vista religioso, não. Durante os primeiros séculos, a tradição patrística inicia uma reflexão teológica sobre o acolhimento e a hospitalidade cristã. Diversos padres apostólicos, e depois os padres apologistas, refletem sobre as migrações a partir de

perspectivas diversas (ARES, 2019, p. 5). Para esse autor, essa busca dos cristãos pela hospitalidade incondicional (mesmo que não use os preceitos de Jacques Derrida em suas análises) é o que move o verdadeiro fiel, visto que Deus, o que se almeja ser, assim o faria.

É nesse contexto de injustiça, de conflito, de cegueira aonde Deus se encarna. A misericórdia de Deus se põe em caminho fazendo redenção e praticando a justiça; move à nação. Um Deus que, se dando gratuitamente, se esvazia de si mesmo de tudo, menos de amor, e se converte em um de tantos, especialmente num migrante, passando por uma condição de vulnerabilidade e de acompanhamento num profundo ato de solidariedade divina. A passagem de Mateus, no capítulo 25, nos apresenta Jesus assim: “E quando te vimos estrangeiro, e te acolhemos?... Em verdade vos digo que, quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes (Mt 25, 38; 40). Jesus se torna o refugiado. (ARES, 2019, p. 22).

Para ele, o ato de hostilizar o irmão migrante ou refugiado vai de encontro a todos os ensinamentos e leis divinas, dividindo os cristãos,

Nos países ocidentais, a maioria dos cristãos se sentem cômodos com a ideia de Estado-nação em que se aceita a assunção de que os países em que vivemos são “nossos” e que, como poderosos anfitriões, somos chamados a agir benévola e caritativamente com os estrangeiros. Muitos discursos desses pressupõem uma noção de nação como sinônimo de “família” ou “lar”, expressado com termos como “a terra de nossos pais/mães ou ancestrais”, “cuidar da nossa herança”, “proteger nossos lares”. No outro extremo, se encontram aqueles fiéis que vivem a sua cidadania como manifestação do fato de partilhar o pertencimento e essa grande família dos cristãos, através do corpo de Cristo. (ARES, 2019, p. 16).

A igreja e seus fiéis, portanto, têm a missão de acolher o outro sem discriminação de cor, origem, gênero. Um elemento central da missão de Jesus e, portanto, da igreja é a hospitalidade, que se vive de maneira especial, por meio do ministério da reconciliação, de fazer pontes em um mundo despedaçado, rompendo os limites do legal-ilegal, do puro-impuro e da inclusão-exclusão (ARES, 2019, p. 22). Todavia, ao adentrarmos templos religiosos ou projetos de ajuda com cunho religioso, deparamo-nos com mulheres ocupando os cargos de recepcionistas ou cuidando daquele que chega pedindo auxílio.

Essa imagem da mulher como símbolo do acolhimento religioso está ligada diretamente à imagem de Maria, mãe de Jesus; até mesmo o imaginário da igreja é visto como esse templo que ela, a mãe das mães, acolhe a todos. A igreja como mãe que acolhe não pode contar com pessoas isoladas comprometidas com as causas migratórias e suas consequências sociais e eclesiais. A igreja, com sua característica de universalidade, abre-se para o mundo e vê o mundo (BAGGIO, 2014, p. 269).

A Deusa, símbolo do sagrado feminino, sempre esteve presente nos cultos e representações religiosas da humanidade, pois está relacionada à figura da mãe, tanto no aspecto

microfísico, de doadora da vida individual, como no aspecto macroespiritual, na condição de doadora da vida universal e, nesse caso, denominada de grande mãe (FRIEDERICKS, 2006, p. 1). Essa representação se estende até os dias de hoje nos serviços prestados de acolhimento, não cabendo aqui análises mais profundas do caráter dessas práticas, nem ao menos adentrar na seara desse campo do sagrado feminino e hospitalidade. Entretanto, vale uma reflexão:

A concepção de um Deus masculino como criador, fez com que a mulher e a Deusa não fossem mais reverenciadas em seu aspecto de parceira do homem e do Deus, mas como partes dos mesmos e, proporcionou também, uma modificação na visão acerca da sexualidade que, de sagrada, pois símbolo da 4 união do casal divino Deus e Deusa, passa a ser uma forma de distanciamento do Criador, ou Deus Único, já considerado um ser masculino e não mais andrógino. O desequilíbrio provocado pela supremacia masculina está presente em várias religiões e afeta a relação homem-mulher em vários âmbitos, incluindo o social, pois a mulher torna-se coadjuvante nas relações e nos papéis que exerce, já que as religiões influenciam o comportamento social de seus fiéis na sua função de religá-los ao Criador. (FRIEDERICKS, 2006, p. 4).

A partir dessas reflexões, é possível entender a complexidade do tema, mas nos é caro ressaltar que Leão XIII, que é o primeiro papa, elabora um documento específico sobre as migrações, autorizando a constituição de paróquias nacionais, sociedades e patronatos a favor dos imigrantes por meio da *Carta Quamaerumosa*. Os sucessores desse papa seguem a linha do seu predecessor, instruindo obras católicas específicas para os emigrantes (ARES, 2019, p. 14). Dessa forma, a partir desse sentimento de ajudar e ser ajudado por Deus e demais santos, surgem projetos para migrantes e refugiados das mais diversas esferas religiosas, em específico as católicas. Podemos, então, adentrar o objeto empírico em si e conhecer o SJMR.

2.3 O SERVIÇO JESUÍTA A MIGRANTES E REFUGIADOS (SJMR) EM BELO HORIZONTE – MG

O estudo do SJMR busca vincular a hospitalidade feminina e o sagrado. Criado em 1980, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) é uma organização internacional vinculada à Companhia de Jesus, especializada em migração, deslocamento forçado e refúgio. Esse programa foi iniciado pelo padre Pedro Arrupe, superior-geral dos jesuítas, que viu o impacto devastador da guerra sobre o povo no Japão, país onde cuidou das vítimas da bomba atômica de Hiroshima. A iniciativa fora ainda mais marcante porque ocorreu numa época na qual os jesuítas estavam sendo forçados a reduzir os custos, devido ao número decrescente de membros; mas as vítimas de guerra, dessa vez, eram refugiados do Vietnam.

Para a realização deste trabalho e obtenção de informações específicas do SJMR Belo Horizonte, antes das entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo, com dados que serão apresentados e analisados no quarto capítulo da dissertação, houve uma conversa gravada e transcrita com a autorização da primeira entrevistada, que levará o nome de Entrevistada 01 por todo trabalho, em virtude da proteção da fonte aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) (Anexo 1), a respeito da história do SJMR. Essa entrevista ocorreu em uma das diversas visitas feitas pela pesquisadora ao escritório do SJMR-BH.

A Entrevistada 1 concedeu as informações pelo tempo que atua no projeto e por ter o conhecimento necessário para tal. Como não havia roteirização para essa parte, ela conta em relato livre a história desde a criação do SJMR-BH até os dias de hoje. Partes dessa conversa estão apresentadas no decorrer deste subitem.

Atualmente, o SJMR está organizado em 50 países e tem beneficiado milhares de pessoas, com a prestação de serviços gratuitos, intervenções emergenciais, proteção, projetos de educação, integração, apoio psicossocial e pastoral. A instituição atua em favor de um maior acolhimento e hospitalidade da sociedade brasileira aos migrantes e refugiados, promovendo e protegendo sua dignidade e direitos e acompanhando seu processo de inclusão e autonomia. A missão do SJMR é promover e proteger a dignidade e os direitos de migrantes e refugiados vulneráveis no Brasil, acompanhando seu processo de inclusão e autonomia, incidindo na sociedade e no poder público para que reconheçam a riqueza da diversidade humana. A instituição tem como valores a autonomia, priorização de pessoas, colaboração diversidade, excelência e justiça. Entre as áreas de atuação está assessoria em empreendedorismo, assistência social e jurídica, capacitação para a inserção laboral, cursos de português, cursos profissionalizantes, elaboração de currículos e mediação para vagas de emprego.

Figura 1 – Logotipo SJMR



Fonte: Disponível em: <https://11nq.com/fCMyG>. Acesso em: 23 jun. 2023.

No Brasil, o Serviço tem escritórios em Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS). Em específico, o objeto de estudo desta pesquisa será o SJMR da cidade de Belo Horizonte (MG), que se inicia por volta de 2011, criado por um grupo de pessoas que estudava na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia

(Faje) e que se sensibilizou com uma reportagem sobre os migrantes haitianos na capital mineira e as questões de trabalho por que eles passavam. Dessa forma, cria-se, então, o Centro Zanmi (tradução do crioulo, língua haitiana, para “amigo”), como relata a Entrevistada 01, quando diz,

[...] aí eles quiseram saber mais, e foram atrás dessas pessoas e começaram a fazer reuniões com eles. Então, através dessas reuniões, eles falavam meio que passando, né, a palavra nessas questões mais religiosos, mas também está... Eles também informando direitos daquelas pessoas aqui no Brasil e começou aumentar e foi, e isso foi crescendo e eles começaram aqui, é com uma sala bem pequena para atender os haitianos. (ENTREVISTADA 1, 2022).

O local que a entrevistada relata é o mesmo onde funciona o SJMR até hoje, no Centro de Belo Horizonte, lugar este pensado para possibilitar a acessibilidade dos refugiados ao serviço. Observamos, então, no primeiro momento, um atendimento que era voltado para haitianos e suas questões trabalhistas; a demanda, no entanto, cresce, fazendo com que surja o SJMR. Entretanto, mesmo após tantos anos, há migrantes que vem do Haiti e ainda procuram ajuda pelo antigo nome, uma vez que o Centro Zanmi se tornou referência para essa população. Com o novo nome e um escritório maior no prédio localizado na avenida Amazonas, no coração de Belo Horizonte, o centro se mantém como ponto de referência para as questões de assistência e acolhimento aos refugiados em Minas Gerais.

Figura 2 – Logotipo do Centro Zanmi



Fonte: Disponível em: <https://11nk.dev/LLAoT>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Os serviços prestados vão do acolhimento psicológico e jurídico à inserção e acompanhamento no mercado de trabalho²⁶. Em específico, o SJMR-BH possui três grandes

²⁶ Disponível em: <https://11nq.com/vorUa>. Acesso em: 12 nov. 2022.

frentes: a proteção (cuida das questões documentais e jurídicas), a integração social (facilita o acesso aos serviços públicos, como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), abrigos, hospitais etc.) e o meios de vida (responsável pela empregabilidade e empreendedorismo). O SJMR-BH vai além de um lugar puramente assistencialista de serviços básicos de moradia e comida, tornando-se um serviço mais completo, apesar de, como um serviço que está em constante análise e mudança, ainda há lacunas a serem preenchidas, como aponta a Entrevistada 1:

Na minha opinião, nosso trabalho é bem completo porque alguns chegam achando que vai ser só o documento, e vamos além, do teto, ao documento, até trabalho, doações, mostrar os serviços públicos, Creas, por exemplo mostramos como fazer o cadastro, hospital, já fomos com vários migrantes ao hospital, questão de idioma também, a gente vai realmente até onde a gente pode, até coisas além do que propomos. Então, acho que assim, nós falamos que não é só um atendimento, é um acolhimento, a gente acolhe aquela pessoa. Mas acredito, sim, que a gente tem um atendimento sim bem completo. (ENTREVISTADA 1, 2022).

Sobre as necessidades do SJMR, ela prossegue,

Acho que o que tem em falta aqui, mas é uma coisa que vamos retomar, é questão de educação e validação de diploma, porque assim, muitas pessoas, muitos dos migrantes chegam aqui com uma formação superior e por questão de diploma não podem usar né? Então assim a gente tinha uma parceria com uma ONG que fazia isso, que é a Compassiva que fazia todo esse processo, mas atualmente por falta de verba eles estão sem condições, mas assim, é algo que a gente quer retomar e ajudar essas pessoas a revalidar os diplomas e conseguir empregos melhores, porque isso limita muito eles a conseguir empregos melhores, e limita mais a empregos operacionais. Então é bem complicado, mas eu acho que isso falta que sabe? Ter esse braço, mas o que a gente tem aqui, sabe, eu já acho que é bem completo, sabe? (ENTREVISTADA1, 2022).

O SJMR-BH conta, em seu corpo de colaboradores e voluntários, migrantes ou não, recém-formados em áreas afins e está sempre em processo de contratação e admissão. Como requisito, precisa-se de um olhar mais voltado para o acolhimento, direitos humanos e políticas públicas. A Entrevistada 1 informou que o idioma necessário, depende da vaga, mas preza pelo espanhol ou crioulo, mas há grande dificuldade de conseguir candidatos com o segundo idioma.

Figura 3 – Recepção do SJMR-BH



Fonte: Dados da, 2022.

Atualmente, o SJMR-BH, para além do atendimento no escritório a pessoas das mais diversas nacionalidades, desenvolve um projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) no acolhimento de indígenas refugiados da etnia Warao, com 96 pessoas. Esses povos originários venezuelanos já estão em território brasileiro há 5 anos, como Rosa e outros (2021) elucidam:

A presença Warao é registrada no Brasil desde meados de 2014, mas se manteve pouco expressiva durante os primeiros anos. Foi somente a partir de meados de 2016, em decorrência do agravamento da crise na Venezuela, com desabastecimento de produtos básicos, hiperinflação e aumento da violência, que o processo de deslocamento de venezuelanos/as indígenas e não indígenas para o Brasil se intensificou. (p. 23).

Essa população se encontra desde 2021 no centro de acolhida e formação Vila Alberto Hurtado, em Belo Horizonte, que pertence ao SJMR. Atualmente, as famílias que compõem a comunidade estão realizando o processo de saída da Vila Alberto Hurtado, com base em uma parceria do SJMR e a PBH, um movimento nomeado pelo Serviço de reterritorialização para convivência familiar, comunitária e de vida na cidade. Essa parceria serve como base para estreitar laços com o poder público e tem um cunho de educação para eles.

Outra atribuição do SJMR-BH é fazer parte de pesquisas, comissões e estar em conexão com setor público e privado nos movimentos de debate sobre migrantes e refugiados no estado. Dessa maneira, como membro do Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate), o SJMR participa ativamente tanto da criação do 1º Plano

Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais, quanto do Projeto de Lei nº 3.200/2021²⁷, que visa garantir melhorias e articulações no âmbito legal e político para migrantes e refugiados em Minas Gerais.

As dificuldades enfrentadas por esses indivíduos já são expostas por Anzaldúa (2021), quando diz que

[...] encaixado numa cultura, preso entre duas culturas, na encruzilhada de três culturas com os seus respectivos sistemas de valores, o mestiço sofre uma luta de carne, uma luta de fronteiras, uma luta interior. Como todas as pessoas que têm mais do que uma cultura ou que vivem em várias, recebemos mensagens múltiplas, por vezes contraditórias. (p. 167, tradução nossa)²⁸.

Compreender essas interlocuções culturais e sociais tão distintas que buscam soar em uníssono é um dos papéis do SJMR. Esse papel se reflete não somente no 1º Plano Estadual, mas em diversas áreas do poder público.

2.3.1 O papel do SJMR no 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais e no Projeto de Lei nº 3.200/2021

As questões legais no processo de migração e refúgio sempre foram sensíveis de discussão. As dificuldades de se pensar em legislações globais que atendessem as demandas reais dessa população, que só cresce exponencialmente com o passar dos anos, são um fato tratado pela Organização das Nações Unidas (ONU), pelos líderes dos países que recebem, pela sociedade civil – que se vê entre acolhimento e hostilização em relação a esses novos sujeitos –, pela academia e instâncias governamentais. Sujeitos estes que de tão novos, precisam de direitos específicos dentro dos direitos humanos; entretanto, em âmbito global, é preciso entender que as demandas são outras.

A perspectiva dos Direitos Humanos passou a permear legislações, a construir um sistema internacional, a recheiar diálogos e medir governos, atitudes, intenções e democracias. Por outro lado, no coração de 200 milhões de pessoas, tal noção abriu a possibilidade de, às vezes fugindo do pior, às vezes buscando algo além, superar as noções antigas de fronteiras e buscar horizontes em países que antes eram inimagináveis. (MILESI, 2007, p. 78).

²⁷ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2299103>

²⁸ Tradução nossa para: “[...] acunada en una cultura, atrapada entre dos culturas, a caballo de las três culturas com sus respectivos sistemas de valores, la mestiza sufre una lucha de carne, una lucha de fronteras, una lucha interior. Como todas las personas que poseen más de una cultura o viven en varias, recibimos mensajes múltiples, a veces contradictorios”.

No âmbito nacional, a Lei nº 9.474/1997²⁹ busca definir mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados. Sua contribuição vem como um marco para as leis internacionais, uma vez que une as razões de refúgio da Convenção de 1951 e os motivos ampliados da Declaração de Cartagena de 1984:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I – Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II – Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III – Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

Os anos se passaram, as demandas mudaram e aumentaram no âmbito das migrações em território nacional e, em 2017, é sancionada a Lei nº 13.445, que, em seu art. 1º, menciona os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula sua entrada e estada no país e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante³⁰. Sobre essa lei, Varella, Oliveira, Oliveira e Ligiero (2017) nos dão o panorama de sua aceitação, ao mesmo tempo em que dizem do desafio que agora é criar mecanismos de simplificação, transparência e controle dos novos imigrantes.

A nova Lei foi recebida pelo Estado brasileiro, movimentos sociais e organismos internacionais como uma grande conquista para o arcabouço normativo nacional e para a garantia dos direitos dos migrantes. Ela representa um novo paradigma para a migração no país e traz profundas mudanças em institutos jurídicos relacionados aos migrantes. (p. 255).

Especificamente em Minas Gerais, o debate sobre o processo migratório surge com o Comitrate, instituído pelo Decreto Estadual nº 46.849, de 29 de setembro de 2015, e é a arena colegiada responsável por discussões, troca de informações, aconselhamento ao Executivo estadual e elaboração e/ou encaminhamento de propostas que aprimorem as políticas públicas voltadas ao atendimento de migrantes, refugiados e apátridas e também ao apoio às vítimas de trabalho escravo e tráfico de pessoas no estado. Dentro do Comitrate são distribuídas 56 cadeiras, sendo um quarto correspondente a órgãos do Executivo estadual, um quarto correspondente a diversos órgãos e entidades do governo federal e do Legislativo estadual e

²⁹ Disponível em: <https://acesse.one/5zRmx>. Acesso em: 22 abr. 2023.

³⁰ Disponível em: <https://acesse.one/Zjq5h>. Acesso em: 05 abr. 2023.

metade dos assentos destinada a organizações da sociedade civil que atuam nos eixos do Comitê³¹.

A ocupação dessas cadeiras tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil e demais órgãos nacionais e internacionais de apoio à causa da migração, refúgio e erradicação de trabalho análogo a escravidão vem pela decisão do art. 2º, que trata das competências do Comitê, em regimento. Nele consta que é preciso promover a comunicação e a troca de experiência entre órgãos públicos e organizações não governamentais nacionais e/ou internacionais, visando à promoção de direitos e ao enfrentamento das violações afetas às temáticas de competência do Comitê³².

Dentre as organizações não governamentais que fazem parte do Comitê, está o SJMR, objeto de estudo desta dissertação. Para compreender o real papel e relação entre o Comitê e o Serviço, optou-se por fazer uma entrevista com o representante do SJMR que ocupa a cadeira no Comitê e é responsável por essas interlocuções. Quando questionado sobre a prática do artigo sobre as competências do Comitê, o entrevistado responde:

Ele é um Comitê, então, que é regido por um decreto, então qualquer governo pode chegar e falar: olha esse decreto não existe mais. Então esse é um ponto. Outro ponto, da relação em si, por ser um comitê e ser um fórum de participação para se discutir a temática da migração e do refúgio, enquanto entidade que nós trabalhamos com essa pauta é de sua importância estarmos presentes nesse espaço de discussão para que possamos discutir com os demais atores do poder público e do judiciário que também compõem o Comitê, ações ou temas relativos a população migrante e refugiada. Então, assim, o Comitê ele é inaugurado em 2016, e o SJMR participa desde a criação. E aí, hoje em dia, o SJMR é responsável pela câmara técnica de migração. Então, dentro do Comitê você tem a câmara técnica de migração, de trabalho escravo, de tráfico de pessoas e alguns GTs. (ENTREVISTADO 3, 2023).

Após uma breve pausa em tentativa de explicar o organograma com as mãos no ar, ele continua:

Por exemplo, foi feito um GT de planejamento pra poder discutir a questão do plano 2021 e também tem o GT Warao, que discute a migração da etnia indígena Warao, e é dentro da câmara técnica de migração, não sei se você consegue visualizar o organograma. Então, Comitê, Câmara Técnica e GT. Então, isso é para dizer que o SJ está, junto com a PUC Minas com o grupo de pesquisa de demografia e estudos populacionais do PPG de Geografia com o professor Durval Fernandes, estão como responsáveis pela Câmara Técnica de migração e refúgio. (ENTREVISTADO 3, 2023).

³¹ Disponível em: <https://acesse.one/zgC4q>. Acesso em: 15 abr. 2023.

³² Disponível em: <https://11nk.dev/JF6pX>. Acesso em: 15 abr. 2023.

O Comitrate, portanto, após o relato, pode ser identificado como um órgão que tem uma incontestável importância para os assuntos de migração e refúgio, porém os aspectos políticos que permeiam as ações são um ponto importante para se observar. Na busca de uma política mais efetiva e que ia além dos aspectos que eram debatidos dentro da Câmara Técnica de Migração, surge a ideia de se construir um plano estadual com o objetivo de potencializar a estratégia pública de atenção e integração à população refugiada, migrante, apátrida e retornada em Minas Gerais. Dessa forma, o Plano Estadual pretende ser um marco para a política mineira no que diz respeito à proteção e à integração das pessoas em situação de refúgio, migração e apatridia, bem como de brasileiros que retornam ao país após vivenciarem um período de emigração³³. O Entrevistado 3 discorre sobre essa demanda que surge dentro do Comitrate, de que o SJMR participa.

[...] a partir dessa demanda do Comitê que é um fórum de discussão entre a sociedade civil e o poder público para se tratar da pauta da migração, se começa a discussão da construção desse plano Estadual para Migrantes e Refugiados, as entidades interessadas em estarem compondo o projeto, o processo como entidade organizadora significa que o SJMR construiu também conferências deles. Então a proposta do plano qual que era? Era você fazer conferências livres, a partir de um documento orientador. Aí o SJMR compõe como entidade organizadora e sede para algumas dessas conferências que se discutem temas pertinentes a migração e refúgio. Então, nós realizamos algumas conferências aqui. Como participantes do COMITRATE nós, também, participamos da construção desse plano estadual, que teve a execução do ACNUR, porque o ACNUR contratou uma consultora específica para fazer toda a sistematização do plano, e a gente como entidade parceira, a gente ajudou na organização das conferências livres. Em linhas gerais, é isso. (ENTREVISTADO 3, 2023).

Minas Gerais, como um dos três principais estados que recebem migrantes e retornados da região sudeste³⁴, tem essa demanda para ser verificada em caráter de urgência, especialmente porque, após um hiato em suas atividades após a troca de gestão governamental, os números aumentaram. Com o retorno das atividades do Comitê, no ano de 2020, o Plano, assim, é iniciado em 2021 com a previsão de conclusão em junho de 2022, como aponta o cronograma da Figura 4.

³³ Disponível em: <https://11nk.dev/8ygfj>. Acesso em: 05 jan. 2023.

³⁴ Dado obtido no *site* do Observatório das Migrações Internacionais (Obmigra).

Figura 4 – Cronograma de implementação do Plano



Fonte: Disponível em: <https://11nk.dev/8ygfj>. Acesso em: 05 jan. 2023.

Entretanto, o Plano se estagna e não há mais nenhuma alteração em nenhum meio de comunicação oficial. Questionado sobre o estágio do Plano, o Entrevistado 3 nos esclarece que

Nem nós temos essa informação. Na verdade, você tem um contexto político, do porquê que surge a ideia desse plano, é, então a gente tem que entender, também como estão as relações políticas para que esse plano aconteça. O Comitrate em sua formação em 2016, havia discutido uma política para o migrante e refugiado, isso no governo anterior do Fernando Pimentel que tinha uma secretaria de direitos humanos e participação social que era a Sedpac. Essa secretaria não existiu mais e aí o Comitrate ele nessa mudança de governo em 2018, ele ficou um ano e meio parado de 2019 até o meio de 2020. Então, o plano é gessado no meio da pandemia coincidentemente, mas tem a ver com o reinício do trabalho do Comitrate. (ENTREVISTADO 3, 2023).

Neste ponto, ele nos introduz o PL 3.200/2021, que será apresentado em seguida neste texto.

Concomitante a isso, foi apresentado também o meio do nosso de Incidência Política em parceria com a deputada Leninha um projeto de lei estadual voltado para população migrante e refugiada. Então, o governo par não ficar para trás da Assembleia lança o plano também para competir de certa forma, ainda mais que são partidos antagônicos. Dentro do projeto de lei 3200/2021 que foi protocolado em 2021, é ideia que o Plano faça parte do Projeto de Lei, e aí o Estado quer que o Plano seja separado do Projeto de Lei. É confuso, pelas forças políticas que te falei antes, por que o Comitrate volta as atividades? Em dezembro de 2019, nós lançamos um Fórum Estadual das Migrações do Estado de Minas Gerais, e depois do lançamento desse Fórum, na segunda edição o Comitrate volta, porque eles viram a sociedade civil se articulando e aí eles retornam. O projeto do plano terminou de ser escrito no ano passado, mas a gente vê também uma inabilidade política por parte dos Técnicos

do Estados, por não estar levando isso à pauta de um projeto de lei. Ou pode se pensar também, por um desinteresse político para que esse projeto não avance. Então, podemos pensar em alguns cenários possíveis. O que se tem de promissor é o Projeto de Lei que está andando na Assembleia Legislativa e que provavelmente vai ser votado esse ano. (ENTREVISTADO 3, 2023).

Nas falas do colaborador, é perceptível as divergências no processo de estabelecer políticas públicas para essa população. O que Lussi (2015) traz quando diz que

[...] políticas públicas para migrantes podem fortalecer as desigualdades, enquanto a inclusão da população migrante e refugiada nas políticas públicas pensadas em uma perspectiva integral e transversal favorece a integração e a prevenção de violações de direitos. Desigualdade não se combate com igualdade; se previne com equidade. (p. 13).

Essas políticas públicas que foram, em sua criação, pensadas para acolher se tornam mecanismos de hostilização, entretanto seguem sendo necessárias e ainda escassas para a grande demanda que há.

Sendo assim, faz-se necessário apresentar o Projeto de Lei que está em tramitação, proposto pela deputada estadual Leninha, do Partido dos Trabalhadores (PT). É preciso que a legislação acompanhe o fenômeno da globalização, que tem proporcionado movimentos migratórios mais intensos atualmente. Negar isto para manter uma legislação focada principalmente em garantir a segurança nacional seria fechar os olhos para as reais necessidades dos migrantes (RODRIGUES; PEREIRA, 2017, p. 87). Dessa forma, nesse Projeto de Lei explicita-se que,

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual para a População Migrante de Minas Gerais, a ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, com os seguintes objetivos:

- I – garantir ao migrante o acesso a direitos fundamentais, sociais e aos serviços públicos;
- II – promover o respeito à diversidade e à interculturalidade;
- III – impedir violações de direitos;
- IV – fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil.

Parágrafo único – Considera-se população migrante, para fins desta Lei, todas as pessoas que se transferem do seu lugar de residência habitual em outro país para o Brasil, compreendendo pessoas em deslocamento forçado, grave violação e generalizada de Direitos Humanos, migrantes laborais, estudantes internacionais, pessoas em situação de refúgio, apátridas, deslocados internos no Brasil ou transfronteiriços por desastres naturais ou tecnológicos, mudanças climáticas, bem como suas famílias, independentemente do seu status migratório e documental³⁵.

³⁵ Disponível em: <https://11nk.dev/WtSnC>. Acesso em: 20 maio 2023.

Seguindo os passos de estados como São Paulo e Florianópolis, que possuem leis específicas para migrantes e refugiados, Minas Gerais caminha em consonância com a nova lei nacional da migração que segue em direção a uma acolhida mais humanizada. Aqui retornamos ao ponto da hospitalidade e da relevância desse tema tão transversal em diversos campos de estudo e da sociedade em si, o acolher é discutido no texto da Lei nº 13.445/2017, no PL 3.200/2021 e ainda no Plano Estadual. Esse fato é ainda destacado por Varella, Oliveira, Oliveira e Ligiero (2017) quando dizem que,

A Lei nº 13.445/2017 estabelece, de forma inédita, princípios e diretrizes para a política migratória brasileira (art. 3º). Nesse rol, há a previsão da acolhida humanitária (inciso VI) e da garantia do direito à reunião familiar (inciso VIII), além do repúdio à xenofobia (inciso II) e da não discriminação em razão dos critérios ou procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida no país (inciso IV). (p. 264).

Apesar de ainda estar em fase de tramitação, no caso do Projeto de Lei nº 3.200/2021, e em pausa, no caso do 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais, há desejos e expectativas quanto à aprovação e implementação de ambas as iniciativas. Questionado sobre como o SJMR enxerga tais dispositivos em curto e médio prazos, o Entrevistado 3 responde:

A gente sempre enxerga com bons olhos, porque independente da forma, apesar do processo de construção do plano não ter sido feito de forma democrática, a gente entende que teve um avanço de muitos migrantes com participação dos migrantes na construção desse plano, de certa forma houve uma escuta dessa população e a gente espera que de alguma forma ela se concretize. Torcemos pra isso, e aí a ideia é que já não se tem um movimento do governo pra que esse plano se execute, porque se você quer que um plano se execute você precisa de dinheiro pra isso, certo? E aí você tem que entender também, por que o governo não põe o plano no PPAG, que é aonde faz a cotação orçamentária para os próximos anos. Então, por que esse plano não está no PPAG? De certa forma você teve o burburinho para fazer o plano, mas não teve uma efetiva ação do estado para que esse plano seja executado. E qual foi o movimento enquanto sociedade civil? A partir do substitutivo 2 do projeto de lei que dentro do projeto de Lei se execute o plano Estadual. A gente necessita mais que urgente que se discutam políticas públicas para migrantes e refugiados dentro do estado, é fundamental e a gente vislumbra uma melhoria no atendimento dessa população e no acesso aos equipamentos públicos e uma maior efetivação de garantia de direitos dessa população também. (ENTREVISTADO 3, 2023).

Mesmo, como observado, que impasses políticos atravanquem o avanço das medidas que melhoram o acolhimento e a tentativa de dar mais dignidade e acessibilidade a serviços públicos e de direito dos migrantes e refugiados em solo estadual, a sociedade civil segue pressionando e se articulando em prol desses vulneráveis. O SJMR-BH, dessa forma, buca ser ativo nessas questões, usando do seu espaço e conhecimento de causa nos trabalhos

realizados há mais de vinte anos. Neste ponto da pesquisa, em que já nos situamos dentro do SJMR-BH, faremos reflexões sobre a hospitalidade nesse espaço pelo olhar feminino de quem trabalha e recebe diretamente essas pessoas, a partir, é sempre bom lembrar, da percepção de uma pesquisadora mulher em uma imersão de campo, por meio da observação participante.

3 O FEMININO NO SJMR-BH

Esta pesquisa tem entre seus objetivos analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva Mauss (1925) e da fenomenologia do acolhimento Derrida (2002), no processo migratório e no viés feminino no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), em Belo Horizonte-MG.

A partir dessa ótica, serão valorizados o caráter processual, a reflexão, as histórias, as tensões, as contradições e os símbolos presentes na realidade da tríade da dádiva, de Mauss (1923), do dar, receber e retribuir presente, ou não, nos aspectos do SJMR-BH.

Dessa forma, de 29 de março de 2022 a 16 de maio de 2023, houve inúmeros contatos por *e-mail* e visitas ao escritório do SJMR-BH realizados pela pesquisadora, para realizar entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo e observação participante.

3.1 VIVÊNCIAS NO SJMR

Na presente pesquisa científica, buscamos o contato direto com o objeto de estudo, isto é, o SJMR-BH. Em um 1 ano e três meses, houve inúmeras trocas de *e-mails*, mensagens e deslocamentos até o escritório do Serviço, no intuito de estabelecer relações de confiança para a realização da pesquisa proposta. O receio, de início, era se ater apenas à metodologia das entrevistas semiestruturadas para tentar compreender os dois lados daquela relação de troca: das colaboradoras e das migrantes. Já havia a delimitação do gênero e da quantidade de entrevistas necessárias, duas mulheres de cada grupo.

Na impossibilidade ética da realização apenas das entrevistas, buscamos outra metodologia para responder às perguntas da pesquisa. Naquele momento, inicia-se a etapa da pesquisa de campo com caráter observatório, que foi realizada em momento posterior às entrevistas previamente debatidas, promovendo um novo olhar à pesquisadora, que passa a compreender, de fato, o papel das colaboradoras em cada atendimento.

Mesmo que, cronologicamente, as entrevistas tenham sido realizadas no primeiro momento, cabe aqui a inversão para situar o leitor em um caráter mais descritivo desse ambiente que nos lançamos à análise das relações, para só, então, serem apresentadas as entrevistas com as colaboradoras.

Por meio da metodologia da observação participante, que busca entender as relações em um ambiente estudado e que, como técnica utilizada em investigação, há que realçar que seus objetivos vão muito além da pormenorizada descrição dos componentes de

uma situação, permitindo a identificação do sentido, a orientação e a dinâmica de cada momento (SPRADLEY, 1980).

Podemos considerar que a Observação constitui uma técnica de investigação, que usualmente se complementa com a entrevista semi-estruturada ou livre, embora também com outras técnicas como análise documental, se bem que a mesma possa ser aplicada de modo exclusivo. Para a sua utilização como procedimento científico, é preciso que estejam reunidos critérios, tais como o responder a objetivos prévios, ser planeada de modo sistemático, sujeita a validação e verificação, precisão e controle. (MÓNICO et al., 2017, p. 31).

Tal metodologia auxilia na melhor compreensão das relações de hospitalidade que ocorrem no local da pesquisa. Como elucidam Mónico e outros (2017), nesse tipo de pesquisa, o investigador está desde o início sendo observado, daí a necessidade de se construir uma base de confiança e empatia nos momentos de observação. Essa vinculação foi construída entre o SJMR-BH e a pesquisadora assim que o local foi definido e as conversas se iniciaram, trazendo o estudo de campo à vida.

[...] o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias. (GIL, 2008, p. 53).

Corroborando essa explicação, Lapassade (2001) afirma que

[...] designar o trabalho de campo no seu conjunto, desde a chegada do investigador ao campo de pesquisa, quando inicia negociações para conseguir acesso a este e se continua numa visita prévia, com o reconhecimento do espaço ou campo de observação. Pode conjugar o estatuto de investigador/observador, mesmo que seja conhecido por uma parte do grupo, sendo que este trabalho de campo continua em cada momento/ “tempo” de presença e até que o investigador o abandona depois de uma estadia mais ou menos longa. (p. 19).

Posta a explicação metodológica, iniciamos, então, a jornada de interações, investigação e cognição da pesquisadora para com as relações de hospitalidade exercidas no SJMR-BH. Os primeiros contatos acontecem de forma eletrônica, com trocas de *e-mails* iniciadas em 29 de março de 2022, em que, por meio da internet, a pesquisadora descobre o SJMR Brasil e a existência de um escritório em Belo Horizonte, que, por proximidade geográfica, seria a melhor opção para conseguir dar seguimento nos estudos de hospitalidade, migração e projetos sociais de cunho religioso iniciados na graduação.

Após mais de um ano de conversas, idas ao escritório em Belo Horizonte, mensagens e ligações, algumas negativas de entrevista com as migrantes e refugiadas, por motivos éticos e legais, surge a ideia de fazer uso da metodologia da observação participante, que não só poderia elucidar de maneira mais verossímil as relações do dia a dia do projeto, como traria uma ótica enriquecedora ao processo.

No dia 16 de maio de 2023, a pesquisadora vai a campo depois de conseguir uma autorização para realizar a observação participante. Para tal, foi firmado, implicitamente, o contrato de não expor a identidade de nenhuma colaboradora e, principalmente, de nenhuma migrante ou refugiada que seria atendida. Em outro momento da pesquisa, é situado espacialmente o prédio onde a sede do SJMR-BH está e, por isso, aqui apenas se salienta que o prédio está localizado na *Av. Amazonas, nº 641 – 17º andar – Centro de Belo Horizonte* e sua entrada passa despercebida pelos transeuntes, que ali não precisam adentrar. Trata-se de um prédio comercial cinza, com uma recepção de pessoas sempre conversando, que abriga em seus mais de 17 andares, médicos, advogados e em um andar todo do escritório do Serviço.

Mesmo não sendo a única sede na cidade – pois há o lugar designado apenas ao acolhimento do povo da etnia Warao –, é adentrando esse escritório que a pesquisadora, alguns meses depois de sua última visita, depara-se com uma nova disposição da recepção. Uma mesa com computador, em vez de um balcão, uma televisão ligada em um programa matinal e algumas pessoas já sentadas nas cadeiras; esse lugar é aprestado na Figura 5.

Figura 5 – Recepção do SJMR-BH



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Dois pontos importantes a se salientar nesse espaço de recepção é a figura do papa Franciso, demonstrando que ali se trata de uma instituição de cunho religioso católico. A figura do papa é a maior autoridade encarnada da igreja católica; o atual papado tem sido observado

com bons olhos pelos fiéis, em especial pelos mais jovens, pois tem tido um discurso franciscano de caridade e se mostra atento aos novos tempos e aos mais vulneráveis.

Frente ao grande aumento global dos fluxos migratórios forçados, o Papa Francisco, procedente ele próprio de uma família migrante, em várias encíclicas e documentos ministeriais (RG, AL, LS), insiste em oferecer grande apoio e especial olhar aos imigrantes e refugiados. Na atualidade tem se convertido em um dos grandes líderes mundiais que tem focado especialmente a realidade de dor e sofrimento, além da riqueza e esperança que trazem as pessoas migrantes. Em janeiro de 2017, ceia um novo Dicastério para o Serviço do desenvolvimento Humano Integral, em que confluem os Pontifícios Conselheiros para a Justiça e a Paz, *Cor Unum*, para a Pastoral do Migrantes e Itinerantes e para a Pastoral dos agentes Sanitários. Devido à importância desta realidade, o Papa se ocupa pessoal e temporariamente da seção do novo Dicastério que vai atender aos refugiados e migrantes. (ARES, 2019, p. 15).

O segundo ponto que merece a atenção na recepção é o fato de o posto de recepcionista ser ocupado por uma mulher jovem. Esse fato foi observado durante todas as idas da pesquisadora ao escritório. O fato reforça o dispositivo materno tratado outrora nesta pesquisa. Zanello (2022) atribui o dispositivo materno à necessidade de a mulher sempre estar disponível a cuidar e acolher os outros, seja os da própria família, o(a) parceiro(a), os filhos, os parentes doentes, alguém que precise e, até mesmo, as relações de trabalho. As mulheres continuam, portanto, a ser vistas como cuidadoras natas.

As mulheres, nesse lugar, são o rosto da acolhida. É o primeiro contato de dezenas de migrantes e refugiados que chegam em situação de vulnerabilidade àquele ambiente. Certa vez que fomos, porém, houve uma diferença na mulher que estava atrás daquela mesa, ela falava espanhol sem dificuldades e com um sotaque argentino. Ela também é uma migrante. Esse aspecto é novo e traz uma relação de reconhecimento importante para quem chega; alivia saber que em um país com idioma diferente do seu original, esse indivíduo será entendido e a comunicação, aspecto de hostilidade para o migrante, se torna ali acolhimento. Quatro colaboradores são migrantes ou refugiados, o que reforça os aspectos de identificação e valorização do trabalho do público ali prestado. Grinover (2006) pontua que oferecer e receber informação é um mecanismo de hospitalidade: a noção de dádiva torna-se sinônimo de “imagem da cidade”, de “identidade” e de qualidade urbana.

Mesmo sendo cedo em uma terça-feira, já há três jovens sendo atendidos no Serviço. Eles foram buscar auxílio para fazer um *curriculum vitae* (CV). A recepcionista pede a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), carteira de trabalho, número do celular e endereço atuais e instrui para que retornem na primeira hora no dia seguinte para pegar uma cópia impressa de um CV padrão, que será preenchido com os dados fornecidos por eles.

Enquanto o atendimento acontece, mais um casal chega e é perceptível o alto fluxo de atendimentos durante todo o dia. Em entrevista feita em outro momento, as colaboradoras avisam que às sextas não se costuma atender demandas espontâneas, é mais para trâmites internos, mas, se for emergência ou um caso em que já estejam trabalhando e só possa ser tratado naquele dia, o atendimento é realizado normalmente.

Em determinada visita, a pesquisadora é convidada a acompanhar um dos três campos de atendimento oferecidos, a saber: proteção, meios de vida e integração social. O primeiro que é observado é a proteção. Nesse departamento, trata-se de aspectos documentais e jurídicos, como adquirir a CRNM, o protocolo de refúgio, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e auxílio para obtenção de demais documentos necessários para que ocorra a naturalização como brasileiro(a). É oferecida ainda assessoria jurídica quando necessário, mas o SJMR não advoga. Já na sala designada à proteção, Figura 5, há uma breve explicação das funções ali exercidas.

Figura 6 – Sala designada ao atendimento de proteção



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Válido destacar um dos quadros que está neste escritório, nele se lê: “As pessoas primeiro!”. Essa frase nos remete aos preceitos cristãos difundidos pela igreja católica. O que outorga identidade a todo cristão é, antes de tudo, seguir Jesus, sua vida de peregrino nesta terra, mais do que os laços de sangue ou o pertencimento a esta ou àquela nação (ARES, 2019).

Figura 7 – Quadro disposto na sala de proteção



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A prioridade às pessoas na oração da Figura 7 reforça argumento de Ares (2019), que segue:

Em definitiva, a criação a imagem e semelhança de Deus transmite uma mesma dignidade e fraternidade a todos os seres humanos que levam tatuados no seu coração e que nada nem ninguém poderá apagar. Daí que nenhum cristão possa consentir e menos ainda alimentar manifestações de racismo, xenofobia, discriminação ou opressão ante nenhuma pessoa, especialmente dos mais pobres e vulneráveis, pois todos formamos uma mesma comunidade universal. (ARES, 2019, p. 19).

A mesma rotatividade que ocorre na recepção se dá na proteção. Assim que começam a ser explicados os processos, adentra um casal de aparência jovem que vem pegar os papéis da documentação para fazer a CRNM dele e dos filhos; no total são seis pessoas na família. Ele já foi ao SJMR fazer o primeiro passo, o preenchimento de um longo formulário disponível no *site* da Receita Federal (Figura 8). Tal preenchimento demanda tempo e certo conhecimento documental e legal brasileiro, que a maioria dos migrantes e refugiados não possui, por isso busca o SJMR para auxiliar nesse processo.

Figura 8 – Formulário da Receita Federal para migrantes

The image shows a web browser window displaying the SISMIGRA 1.79.2 interface. The page title is "Polícia Federal" and the subtitle is "DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação SISMIGRA - Sistema de Registro Nacional Migratório Versão 1.79.2 - 31/03/2023 17:34". The main content area is titled "Registro" and contains several tabs: "Dados Pessoais", "Dados do Registro", "Endereço", and "Declaração". A dropdown menu is open, showing language options: "português (Brasil)", "português (Brasil)", "español", "français", "English", "Deutsch", "العربية", and "Italiano". Below the menu, there are input fields for "Tipo de Registro", "Nome", "Sobrenome", "Nome completo", "Nome Anterior Completo", "Desejo incluir nome social", "Sexo", "Condições pessoais", and "Data de Nascimento".

Fonte: Disponível em: <https://acesse.one/Bjxdr>. Acesso em: 30 jun. 2023.

O casal que lá estava já havia feito esse processo e ido à Polícia Federal (PF) e ali retornavam para a segunda etapa, que é agendar um horário na PF para buscar a CRNM. Eles precisavam do RNM para auxiliar no preenchimento de documentos, obter trabalho registrado, matricular as crianças em escolas e conseguir demais serviços públicos de maneira mais digna e reconhecidos como migrantes.³⁶

O casal estava trajado com roupas sociais e arrumado para resolver aquilo. A colaboradora tenta, em um espanhol não fluente, mas esforçado, para que eles pudessem compreender, manter uma comunicação enquanto entra no sistema da PF para verificar se estavam prontas as CRNM. Ela digitava números e nomes coletados dos registros de nascimento, no caso deles, venezuelanos, e os comunicou que estavam prontas e os horários que poderiam ir buscar. O casal pergunta se poderia ser no mesmo dia, pois o homem já havia perdido um dia de trabalho e, como recebia por diárias, não poderia perder mais. Enquanto eles esperam os papéis saírem da impressora, a colaboradora informa que ali há um setor que pode auxiliá-los a conseguir empregos de carteira assinada. Eles agradecem e dizem que vão se informar na recepção. Eles dizem várias vezes que obtiveram muita ajuda, graças à Deus. Eles pegam os inúmeros papéis que precisam ser entregues à PF, todos são carimbados com a logo do SJMR, para que a PF possa identificar que eles passaram pelo Serviço.

Quando saem, a colaboradora explica para a pesquisadora que a demora se deve pela burocracia. Por mais que o sistema não seja restrito para os lugares que trabalham com refúgio, a burocracia, as inúmeras etapas a serem preenchidas no *site* pode ser um dificultador

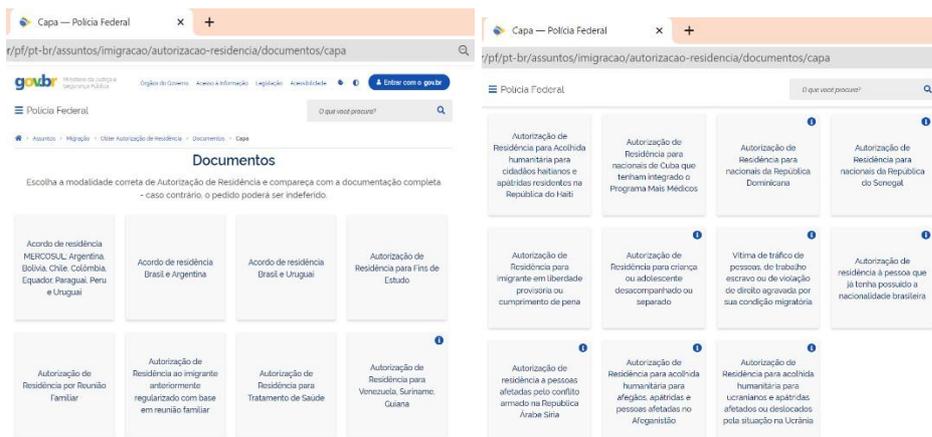
³⁶ A CRNM é o documento físico de identificação de imigrantes registrados no Brasil válido em todo o território nacional. O RNM é o número do registro alfanumérico presente na CRNM, decorrente da identificação de cada imigrante por meio de suas informações pessoais e impressões digitais. Disponível em: <https://acesse.one/vkJOs>. Acesso em: 18 maio 2023.

para a pessoa que não tem preparo para aquilo; é um impedimento para autonomia desse indivíduo. O *site* tenta ser didático e acolhedor, porém nem sempre consegue cumprir essa necessidade conforme Figura 8. Outro ponto de hostilização nesse processo diz respeito à documentação necessária para obter residência e a CRNM. Há documentos diferentes para cada tipo de solicitante (Figura 8) e, em sua maioria, estão em uma linguagem jurídica diferente das nomenclaturas já conhecidas por essas pessoas, dificultando a compreensão. Além disso, é cobrado um valor de R\$ 204,77³⁷, que pode ser gratuito se houver a declaração de hipossuficiência, que também demanda burocracia para ser obtido.

Figura 9 – Site de Migração da PF



Fonte: Disponível em: <https://11nk.dev/bXxMI>. Acesso em: 30 jun. 2023.



Fonte: Disponível em: <https://11nk.dev/sDYtr>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Ainda em conversa entre atendimentos, a colaboradora explica que muitos migrantes e refugiados pedem pela CRNM (que é paga, tem duração de dois anos e multa diária caso vença e a pessoa não renove), em vez do Refúgio (gratuito, fornece direitos diferenciados, e renovação mais fácil) por não saberem das diferenças entre os dois e por terem o desejo de deixar o país em algum momento nos dois anos de vigência da carteira para regressarem aos países de origem.

³⁷ Disponível em: <https://11nk.dev/IGLuh>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Há uma pausa para o almoço. Quando a colaboradora retorna, os atendimentos seguem na parte da tarde até o fim do dia. Notamos que apenas uma mulher vai só com seu filho de colo. As demais sempre vão acompanhadas de homens, e eles é que têm a iniciativa da conversa. Elas assumem o papel de tradutoras, não identificamos se por saberem melhor a língua portuguesa, ou se por comodidade. Algo que chama atenção da pesquisadora nesse sentido é que as mulheres são as responsáveis pelos documentos; todas abrem uma pasta com os registros de nascimento, comprovantes de residência e demais papéis necessários. Nesse sentido, elas são as cuidadoras, as guardiãs, sempre organizadas e assumindo o papel de secretárias de suas próprias vidas. É, até certa forma, intrigante o fato de que a vida documental de uma família inteira caiba em uma pasta. De fato, estão fora de casa em uma situação única e atípica.

Nesse setor, o processo é mecânico e há uma exaustiva burocracia jurídica, sem contar a barreira linguística. Entretanto, há um carinho intrínseco por parte da colaboradora, que busca sempre o olhar de quem é atendido, pergunta genuinamente sobre o estado de espírito daquela pessoa e tenta auxiliar para além de sua função designada.

Daquela sala, a pesquisadora é encaminhada à outra, onde está o setor de meios de vida. Não há pessoas sendo atendidas, então a colaboradora, uma refugiada venezuelana, explica que o SJMR possui cinco eixos transversais de atuação (proteção, integração, incidência, pastoral e meios de vida), mas que cada escritório trabalha com os eixos possíveis. Nos meios de vida, trabalha-se com a recuperação da dignidade da pessoa migrante e refugiada, informa-se sobre os direitos do trabalho, busca-se inseri-los no mercado formal de trabalho e auxilia-se os que querem empreender, dando consultorias e trabalhando para obtenção das documentações necessárias para tal. Essas funções reforçam o que Camargo e Brueno (2011) elucidam quando dizem que a hospitalidade, como dimensão da dádiva, constitui-se também numa manifestação antiutilitarista de resgate do vínculo social, uma vez que motiva o reexame das relações sociais, auxiliando no seu fortalecimento em detrimento do privilégio dado às relações econômicas e do individualismo.

Não foi permitido fazer registros fotográficos do quadro de empregos ofertados, mas ali havia diversas vagas, que a colaboradora fez questão de dizer que as próprias empresas que procuram o SJMR para parceria. As vagas não se distinguem por gênero, nem as de mecânico ou para o chão de fábrica, entretanto é falado que a maioria que busca emprego é de homens adultos no intuito de prover suas famílias; e, por motivos culturais, de seus países de origem ou sociais, eles reproduzem pensamentos e atitudes machistas, em que as mulheres devem ficar em casa cuidando da prole e do lar.

Meios de vida, é o único setor que não foi possível realizar a pesquisa de campo com caráter observatório. Ali é onde ocorre o primeiro contato com os migrantes e refugiados, onde se busca facilitar o acesso aos serviços públicos de direito e pode haver alguns acompanhamentos psicológicos. Dessa maneira, reforçando os motivos legais e de ética da preservação da identidade e integridade dos atendidos, não se realiza pesquisa. Entretanto, em conversa com colaboradora que trabalha nesse setor, ela diz que ali há uma compreensão do limite institucional, de modo que alguns migrantes e refugiados são encaminhados para outro setor ou órgão adequado.

Algo que chama atenção em todos os ambientes do escritório são as obras de artes, presentes de migrantes e refugiados que passaram por lá, e os cartazes e folhetos de informação em diferentes idiomas e sobre assuntos diversos, conforme Figura 9, que buscam informar migrante e refugiado sobre documentações em diferentes línguas.

Figura 10 – Cartazes em diferentes línguas para informar migrantes e refugiados



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os folhetos seguem espelhados no escritório com informações específicas para mulheres e para a comunidade LGBTQIAPN+ em lugares estratégicos, como recepção e salas de atendimento (Figura 10).

Figura 11 – Folhetos específicos para mulheres e comunidade LGBTQIAPN+



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando a pesquisa de campo terminou, foi possível perceber dois tipos de relações existentes naquele ambiente. O primeiro, entre os colaboradores, que, em sua maioria mulheres, conseguiam sempre estabelecer diálogos entre os setores quando discutiam em conjunto casos específicos no intuito de melhor solucioná-lo para a pessoa atendida. O sentimento percebido era de acolhimento, mesmo que sofressem algumas hostilidades pontuais de alguns atendidos. Percebemos que todos estão dispostos a ajudar por diferentes motivações pessoais, religiosas, financeiras ou outras. Mesmo que não fosse dito ou mesmo percebido até por elas, havia um interesse em fazer aquele trabalho, o que afasta em até certo grau da hospitalidade incondicional que se acreditava existir naquele ambiente. Havia, entretanto, um sentimento de invisibilidade e impotência. Mesmo no centro de Belo Horizonte, com melhor das intenções e ajudando dezenas de migrantes e refugiados, aquele trabalho não tem reconhecimento maior e não pode

ser feito de forma mais rápida e fluida, a barreira linguística, a xenofobia de todos os lados e a burocracia do sistema eram uma constante.

Já o segundo tipo de relação diz respeito à interação entre o/a migrante e refugiado/a e os colaboradores. Nessa dinâmica, observamos dificuldades de comunicação e o estranhamento cultural de ambas as partes como pontos proeminentes. No entanto, a boa vontade, paciência e amabilidade, que aqui não podemos afirmar ser pelo gênero de quem atende, tornam a experiência venusta e acolhedora. A dádiva serve, portanto, antes de mais nada, para estabelecer relações (PIMENTEL, 2007). Há de se pensar em uma capacitação para os próprios colaboradores no âmbito idiomático, porém, mesmo sem recursos, eles se esforçam para se fazerem entendíveis e disponíveis, o que auxilia em demasia quem busca aquele espaço e chega em sofrimento e vulnerabilidade.

Essas colaboradoras que se esforçam com poucos recursos, como dito anteriormente, foram ouvidas pela pesquisadora em um momento prévio sobre assuntos pontuais em entrevistas semiestruturadas que buscaram entender com mais complexidade essas protagonistas das relações de trocas com os migrantes e refugiados atendidos pelo projeto.

As relações narradas durante as entrevistas ajudam-nos a compreender como são o sistema e o processo de hospitalidade por parte das colaboradoras.

3.2 AS COLABORAS DO SJMR

Ainda que houvesse a tentativa de se ter contato contínuo por parte da pesquisadora para a realização das entrevistas com as duas partes da relação, quem recebe e quem é recebido, foi uma dificuldade realizar as entrevistas diretas com as migrantes e refugiadas, primeiro por motivos de ética e legais de exposição de vulneráveis, segundo porque não havia pessoas abrigadas naquele escritório, já que o atendimento acontece por demanda espontânea e o fluxo é contínuo.

Dessa forma, opta-se por realizar apenas a entrevista semiestruturada com as colaboradoras, que auxiliaria a compreender os procedimentos e desafios do trabalho com migrantes e refugiados. Para tal utilizamos um roteiro de entrevista (Apêndice B) com perguntas que direcionavam às indagações da pesquisa, e antes havia a assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C). É necessário dizer, em primeiro lugar, ainda que pareça redundância, que entrevistas não são a única maneira de se fazer pesquisa qualitativa – não existe vínculo obrigatório entre pesquisas qualitativas e a realização de entrevistas. Portanto, não é porque um pesquisador opta pela adoção de um método qualitativo que ele tem, necessariamente, que recorrer a entrevistas (sejam elas de que natureza for) (DUARTE, 2004).

Assim sendo, refletimos e elegemos a utilização de duas metodologias de pesquisa para enriquecer e proporcionar mais reflexões sobre o tema: a observação participante (descrita anteriormente) e a entrevista semiestruturada. Assim, neste momento, trazemos à discussão as entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativo realizadas com duas colaboradoras do SJMR, que permanecerão anônimas, conforme acordado na assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 2), assinado por elas no dia 5 de outubro de 2022. A fragmentação da metodologia é respaldada por Duarte (2004), quando a autora diz que

Um “mito” muito comum relacionado ao uso de entrevistas na pesquisa de campo é o de que elas servem para legitimar a fala de interlocutores com pouco poder social ou para “dar voz” a comunidades silenciadas, oprimidas, vítimas de arbitrariedades etc. Essa é uma ideia enganosa: por mais engajado, politizado e sensível aos problemas sociais que um pesquisador seja, ele é o idealizador e o condutor de um trabalho científico, construído a partir de regras e pressupostos definidos à revelia do contexto social que ele analisa. Mesmo estando integrado à comunidade, seu papel ali não é igual ao de informantes [...], é a fala do pesquisador que será ouvida no relatório de pesquisa e não a da comunidade silenciada; uma fala polifônica, espera-se, pois a ela estarão incorporadas as vozes dos informantes, mas, ainda assim, uma fala pessoal, de natureza acadêmico/científica, emitida a partir de um lugar de poder. (p. 217-218).

Sendo assim, utilizaremos diferentes metodologias no intuito de seguir respondendo às indagações da pesquisa e compreendendo o cerne das relações entre hospitalidade e migração pelo ponto de vista das mulheres no SJMR-BH. A preocupação da pesquisadora é, e sempre foi, manter preservada a identidade das entrevistadas, mesmo nas transcrições (Apêndices D e E), e obter o máximo de informações possíveis. Para isso, utilizamos as entrevistas semiestruturadas aplicadas no dia 5 de outubro de 2022, que buscam atingir os objetivos da pesquisa e ao mesmo tempo flertam com a informalidade, deixando a entrevistada mais confortável em sua fala.

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (BONI, 2005, p. 75).

Após essa etapa concluída, iniciamos a análise desse conteúdo obtido nas entrevistas. Ressaltamos, porém, que, na análise do conteúdo e na produção de sentido sobre as respostas, o investigador não pode deixar de analisar os dados usando seu próprio ponto de vista (SILVESTRE; FIALHO; SARAGOÇA, 2014). As perguntas buscaram compreender a relação

entre hospitalidade, a migração e o gênero feminino no SJMR-BH e refletir sobre os processos de hospitalidade em suas mais diversas facetas.

As duas colaboradoras já estão no SJMR há mais de dois anos e entraram como voluntárias e, posteriormente, foram contratadas. A entrada de ambas como voluntárias ocorre depois que egressam de seus cursos de graduação. As vivências durante o período que antecede o voluntariado foram decisivas para tal. Nesse sentido, a Entrevistada 1 diz que “Durante a graduação peguei algumas questões de direito internacional”, revelando que foi aí que se interessou pelo tema. Já a Entrevistada 2 relata que

[...] ganhei bolsa na época da graduação pra estudar em Portugal, ai tive essa experiência lá durante a graduação de psicologia, e durante as férias eu fui pra França e troquei trabalho por hospedagem, e nesse tempo que estava lá eu conheci e convivi com uma senhora que era dona no espaço onde eu fiquei, era uma pousada e restaurante e ela também tinha um contrato com a prefeitura daquele lugar na França pra acolher pessoas migrantes refugiadas, então um de algum modo e essa temática entrou pra mim a partir dessa experiência. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Esses relatos nos levam a crer que a temática da migração e refúgio, mesmo que tão trans e multidisciplinar, é pouco explorada na academia. Isso é perceptível em uma breve busca em indexadores *on-line*, revistas e *sites* de busca. A escassez de material que tracem paralelos entre os deslocamentos humanos e os múltiplos campos de estudo nos fazem refletir sobre, novamente, as caixas em que as pesquisas se fecham. Entretanto, há quem ouse olhar além e comece a trabalhar e a pesquisar sobre o tema, como as colaboradoras entrevistadas.

Quando questionadas sobre os cargos que ocupam, é possível começar a compreender o papel e a dinâmica dos setores do escritório. A Entrevistada 1 responde:

A minha função, né, meu cargo é de analista de proteção social. Então eu sou da área de proteção, que é uma área mais documental e jurídica. E qual a função dessa área? É garantir o acesso de direitos dos migrantes e refugiados. Como a gente garante esse acesso? Através dessas ações de documentação, de regularização de refúgio, de residência, cpf, passaporte, enfim, toda a documentação que a gente puder fazer para eles a gente faz, assessoria jurídica. A gente não advoga, não entramos com processo. Mas nós acompanhamos, então, por exemplo, quando a pessoa vem e precisa de uma assessoria eu consigo assessorar, consigo informar os direitos daquela pessoa, mas a partir do momento que tem uma violação, que tem que ter uma judicialização, a gente encaminha para nossas redes de justiça, então, DPE, DPU, é, a gente também tem uma parceria com a Doelda que com os professores eles ajudam na judicialização e também fazemos o acompanhamento né? Nós vamos na Polícia Federal com a pessoa, quando elas precisam para pelas poderem ser atendidas tranquilamente, a gente faz capacitações também com outros órgãos. Então tudo relacionado à direito a Proteção faz. Então, a minha função hoje em dia é isso, a questão mais jurídica, assessoramento jurídico e as questões de refúgio mesmo. (ENTREVISTADA 1, 2022).

Já a função desempenhada pela Entrevistada 2 é:

Eu trabalho na área da integração social, que é responsável por facilitar o acesso das pessoas migrantes e refugiadas aos direitos, que seriam, educação, saúde, serviços sociais, segurança alimentar, moradia. Então de algum modo a gente faz essa ponte entre a pessoa migrante e os equipamentos públicos que são de direito. Né? Por exemplo, muitas vezes a pessoa não sabe como acessar ao centro de saúde, não sabe que tem direito ao SUS, ao auxílio Brasil, ao cadastro único. E também, a integração social trabalha muito diretamente com as outras áreas em aspectos de atendimentos mais delicados, trabalho análogo a escravidão, escuta direcionada a abuso sexual, casos de doenças mais delicados... então, a gente acompanha [explicação sobre os demais colegas da equipe, todos os nomes serão cortados] até o centro de saúde, mulheres grávidas, cirurgia, enfim, quando necessário. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Mesmo perceptível a distinção de cargos, todos os setores interagem e há um momento em que um ou mais membros de um setor sentam e discutem um caso específico para melhor suprir a necessidade do atendido. Não há hierarquia entre os setores; no momento de acolher e ajudar um migrante ou refugiado, todos buscam, em posição de igualdade, dialogar, entender as necessidades e limitações de cada um e do SJMR como um todo e sanar a demanda. Essas limitações são recorrentes nas falas das entrevistadas. Questionada sobre as maiores dificuldades enfrentadas por elas, a Entrevistada 1 responde:

[...] Acho que a nossa maior dificuldade é o nosso limite, de até onde conseguimos ir e fazer. Ao mesmo que é bom ter que contar com outras pessoas, pra não sobrecarregar, é difícil. Hoje sofremos muito com abrigos, porque vemos muitas pessoas em situação de rua, e muitas pessoas precisando disso, e os abrigos não tendo o suporte. E outra dificuldade que a gente tem, no campo do jurídico, é o atendimento judicial porque é muito complicado, porque tem casos muito específicos que eu não posso fazer, e a barreira linguística é muito grande, a desigualdade é maior ainda em questões de direitos trabalhistas, então assim, aqui no SJMR quando arrumamos um emprego ou uma vaga, a gente olha muito a empresa, porque a gente não quer só tacar ele lá.

Na mesma pergunta, a Entrevistada 2 afirma:

[...] Às vezes parece que as pessoas lidam com isso muito com curiosidade né? As vezes vou no centro de saúde ou algum lugar assim, fazer acompanhamento, principalmente quando eu estou com os indígenas, as vezes nem vou de crachá pra não gerar curiosidade, porque tem gente que pergunta: vocês que cuidam dos índios? Ficam conversando e perguntando coisas pra nós e pros atendidos, e ainda tratam isso com um olhar exótico, como uma curiosidade, não faz parte ainda do dia a dia da cidade, diferente de São Paulo, aqui ainda é algo muito: o que que é isso? Quem são esses?

A barreira linguística, a desinformação, a xenofobia e, principalmente, a falta de políticas públicas para esse grupo são os pontos destacados por ambas as entrevistadas, o que

nos leva a refletir sobre possibilidades, ainda que não seja o objetivo deste trabalho, para sanar essas deficiências. A educação seria um primeiro passo, no sentido de conhecer para não temer e evitar assim a xenofobia, uma vez que, por meio da educação, pode-se haver o ensino de idiomas que auxiliem no problema da barreira linguística. No SJMR, há trabalhos nesse sentido.

[...] é algo que até que a Incidência tem feito é ir em escolas falar, porque não dá pra gente ficar só no nível da universidade, então é sair um pouco e falar com as crianças e outros níveis de educação, é, falar que essas pessoas fazem parte do nosso cotidiano e são pessoas como qualquer outras, dignas de direito e de serem respeitadas e que carregam uma história, um saber e potencialidades também porque muitas vezes essas pessoas são colocadas como os necessitados, as pessoas veem como alguém que está passando necessidade e aquele migrante tem muito estudo, está com a vida aqui consolidada. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Essa fala considera a vulnerabilidade dos migrantes e refugiados e reforça as hostilidades que eles sofrem diariamente pela sociedade. O sofrimento social, nessa perspectiva, resulta em uma violência cometida pela própria estrutura social, e não por um indivíduo ou grupo que dela faz parte: o conceito refere-se aos efeitos nocivos das relações desiguais de poder que caracterizam a organização social (PUSSETTI; BRAZZABENI, 2011). Um argumento muito utilizado por pessoas preconceituosas é que ajudar migrantes e refugiados, além de tirar a identidade e empregos do povo da nação que os recebe, reforça o estereótipo de país das políticas assistencialistas que o Brasil tem. O que por vezes não se é observado e discutido é a importância de projetos sociais que auxiliam populações invisibilizadas e que fazem o papel do Estado, o qual, por vezes, não consegue suprir suas demandas.

Por mais que o espaço seja uma ONG é um esforço constante pra não cair no lugar do assistencialismo, porque a ideia é que seja um trabalho de dar autonomia pra essas pessoas. Quando a gente entra nesse lugar, é sempre fazer o esforço de sair desse lugar, de não levar esse discurso porque isso só cria, que carrega a ideia de que aquela pessoa nos deve algo porque a gente fez pra ela um favor. Que ela foi atendida aqui, então ela nos tem que devolver algo simbólico, que seja um obrigado, um Deus te abençoe. Mas, por outro lado, quando a pessoa vem deste lugar é reafirmar não, não precisa agradecer porque é um trabalho em conjunto pra que você acesse o que é seu por direito. Então não precisa agradecer, é um esforço que a gente faz até em equipe também, porque não é todo mundo que tem essa ideia. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Essa fala nos leva a refletir sobre um ponto crucial desta dissertação: as relações de hospitalidade. Para a Entrevistada 2, não há necessidade de que a pessoa ajudada agradeça; então, esta pessoa não está em dívida nem com a colaboradora, nem com o SJMR. Entretanto, sob a égide da dádiva de Mauss (2008), Brusadin e Panosso Netto (2017) põem que a reciprocidade é uma condição de troca em integração social, sem a qual pessoas tendem a perder

interesse e se retrain. Tal condição de troca vigora como uma norma de reciprocidade pela qual as sociedades se representam. Assim, o ato de atender migrantes e refugiados seria o ápice do sacrifício, seria anular a si mesmo de quaisquer reconhecimentos ou recompensas morais ou monetárias, o que não é o caso. Os autores ainda revelam que

O sistema sacrificial é, assim, verificado nos rituais das sociedades antigas em que mostram afinidades entre as práticas que, pela natureza do seu objeto e de seus resultados, parecem ser opostas. Há continuidade entre as formas de sacrifício, pois o mesmo mecanismo sacrificial poderia satisfazer necessidades religiosas extremamente diferentes. As ocasiões de sacrificar para o exercício da dádiva são inúmeras e os efeitos desejados muito diferentes, tendo em vista que a multiplicidade dos fins implica a dos meios. O sacrifício varia, nas diferentes sociedades, de acordo com os diferentes efeitos que ele deve produzir. Porém, não há um rito particular que não fosse complexo nele mesmo em suas razões-imaginárias. (BRUSADIN; PANOSSO NETTO, 2017, p. 33).

Essa troca está implícita, isto é, espera-se algo quando se faz algo. Não pensamos muito sobre isso, principalmente porque fomos levados a achar que ter interesse, ou ser interesseiro, era algo ruim. Questionada justamente sobre seu interesse, se por estar em um projeto de cunho religioso, havia algum ensejo de caráter espiritual em exercer aquele trabalho, a Entrevistada 1 diz que: “[...] *eu pessoalmente não acredito que minhas obras terrenas vão ser suficientes para gente entrar no céu, no paraíso ou algum lugar depois. É claro que ajuda, você passar uma vida sem propósito, é... É ruim.*” A contradição na fala leva a crer que era algo que não havia pensado em profundidade até então; ela finaliza:

[...] eu não sei sinceramente um interesse específico, sabe? Eu gosto de fazer o que eu gosto. Quando a gente atende uma pessoa e realmente dá um resultado, tem casos complexos que é uma montanha-russa, e no final dá certo, a gente conseguiu que a pessoa fizesse isso, isso e isso. Aí eu penso é por isso que eu trabalho. Não sei se é um interesse meu de me sentir bem, mas talvez. (ENTREVISTADA 1, 2022).

Sobre os aspectos religiosos que permeiam um serviço jesuíta, quando questionada se são um empecilho para o trabalho, responde:

Pelo contrário, aqui, por mais que seja ligado a rede Jesuíta em si, ter parcerias com outras congregações, a gente, de forma nenhuma a gente limita nada, literalmente nada. Nem quanto nacionalidade, nem religião, nada! Pelo contrário, sempre deixamos claro que não importa. Principalmente pessoas que chegam aqui, que são refugiados por conta da religião, como agora que estamos recebendo afegãos que vêm por questão religiosa. Inclusive você pode ver na recepção e em algumas salas tem essa questão: Aqui é um espaço seguro! Livre de discriminação! Então a gente, de nenhuma forma a gente faz esse obstáculo, ou passa alguma coisa de que a pessoa tem que ser religiosa ou passar por algum ato religioso. Enfim, a gente sempre deixa aberto, é, para a pessoa falar as experiências dela quando ela sai por questão de religião, isso é muito livre no momento do acolhimento. (ENTREVISTADA 1, 2022).

A Entrevistada 2, por sua vez, responde:

E a questão da instituição religiosa, acho que o desafio é isso, marcar o limite né? Eu não sou, é, não sou religiosa, estou aqui quanto profissional. Não é pela caridade, não sou irmã de caridade, não vivo e não doei minha vida para essa questão, doou parte do meu tempo, talvez muito mais, mas somos profissionais e precisamos impor limites, deu nosso horário, precisamos ir embora. Até as irmãs de caridade precisam do descanso, não sei como elas administram isso, mas assim, é... Acho que é esse o desafio, sempre estar marcando esse ponto, que estamos aqui como profissionais, que em alguns momentos iniciamos e terminamos o nosso trabalho em horários diferentes em alguma demanda, mas que tenhamos nossos limites, acho que é isso. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Outro ponto de estudo desta dissertação são as relações de hospitalidade quanto ao gênero. É preciso entender se as relações de hospitalidade e acolhimento existem por parte das colaboradoras tanto com seus colegas, quanto com os atendidos. A pergunta em questão era: “Nesse tempo que você está aqui, você sofreu alguma hostilização por ser mulher?” (Apêndice B). As Entrevistadas 1 e 2 respondem, respectivamente,

Então, nenhum setor é somente homem então acho que isso ajuda. Então por parte do SJMR não, nunca. Mas por atendimento, a gente tem, claro, uma experiência diferente. Por exemplo, já recebi cantada, porque assim, a gente tem o telefone pessoal e o institucional e no institucional qualquer migrante tem acesso. Então acontece, mas temos sempre que manter o profissionalismo e temos até uma palavra-chave, uma palavra de segurança durante a conversa pra avisar que está acontecendo alguma coisa. Igual, por exemplo, essa pessoa que me deu a cantada, quando ela voltou já foi outra pessoa atender, ela percebeu né? Então, quando acontece, as vezes é as vezes por preconceito por ser mulher, por nervosismo. Questão cultural já tivemos um caso com, não lembro a localidade, mas do Oriente Médio. Mas é mais tranquilo quando chega família, e no começo. Mas quando chega o homem individual eles foram ariscos e buscando a validação de um homem, mas foi bem no começo. E a gente é assim, teve um problema, mas quando voltar vai ser atendido por mim, não tem muito como trocar e é isso. E pelo nervosismo acontece mesmo, eles passam por muita coisa, aí chega aqui quer gritar, e se estivéssemos só iríamos ficar com medo, mas é mais pra descontrair pra você e claro que desconta na mulher, isso vem muito de gênero. (ENTREVISTADA 1, 2022).

Já a Entrevistada 2 relata:

Eu acho que isso não foi muito direto assim, isso é as vezes muito sutil. Não foi de maneira direta, mas comigo isso acaba sendo muito sutil por ser uma instituição gerada por homens, e são coisas que a gente vai vivendo muito na sociedade e não percebe. Acho que anteriormente eu já vivi mais essas questões de não ter um protagonismo das minhas coisas serem ouvidas e respeitadas no trabalho, mas essas questões se atravessam né? Até que ponto isso é machismo, até que ponto é uma questão de trabalho ali da pessoa. Mas no momento não tenho nada recente, nem concreto, mas isso atravessa a gente todos os dias. (ENTREVISTADA 2, 2022).

Essas falas reforçam argumentos já apresentados outrora nesta pesquisa, as mulheres que assumem esse papel de cuidadoras no âmbito laboral sofrem fetichização e hostilização. Todavia, pela necessidade, ou por reforçar estigmas de seres que abdicam do seu para dar ao próximo como se esse fosse seu dom, as mulheres seguem exercendo seus trabalhos.

Neste momento, a conversa se encaminhou para o final, porém, antes, buscou entender o lado pessoal e humanizado dessas mulheres que recebem mulheres. Então, questionamos: “Durante esse tempo que você está aqui, viveu alguma experiência marcante com alguma mulher migrante ou refugiada?”. Durante as narrativas, observamos emoção em relação às intercessões de acolhimento e hostilização, de modo que trabalho e vida pessoal se misturam. Percebemos, enfim, o que Mauss (2003) expressa: trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas misturadas saem cada qual da sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.

Dessas vivências, a Entrevistada 1 conta:

Tem uma migrante que me marcou muito, é, foi em um dia muito louco aqui que tinha chegado uma mulher que estava sofrendo violência doméstica mesmo, e ela chegou aqui com os filhos, mala e cuia. [...] Acho que desde que ela se entende por gente, ela sofria, e chegou no limite dela. Ela tava sofrendo todos os tipos de violência, doméstica, psicológica, patrimonial porque ela não tinha acesso ao próprio dinheiro dela, e ela era perseguida. Ela não conseguia ficar sozinha. E no único momento que ela ficou sozinha, acho que ela foi buscar a menina na escola, ela fugiu. E vieram sozinhas, e ela chegou aqui dizendo que não podia voltar pra casa e aí começou nossa história. Foi o momento de arrumar um abrigo específico para mulheres que sofrem violência, ir na delegacia fazer a denúncia, foi é... Acompanhar essa pessoa no abrigo. A gente não só coloca no abrigo, a gente vai junto, conversa no lugar [...] Foi um boom que tivemos nessa época de violência, e a gente tá de olho assim... Porque a gente não tem como tolerar! (ENTREVISTADA 1, 2022).

A Entrevistada 2, em seu relato, traz questões que se assemelham às da Entrevistada 1, mesmo sendo casos distintos.

A sim... Acho que são principalmente as histórias de mulheres que vem sozinhas, mães solas. Mas eu acho que os mais desafiadores são os casos de violências obstétricas, principalmente das mulheres haitianas, então, que não foram casos isolados que a gente percebeu, foram casos recorrentes que já aconteceram e acho que isso marca muito. Muito triste você ver uma situação dessa acontecer, como uma mulher migrante, uma mulher preta, e a gente sabe que o Brasil tem a questão toda do racismo estrutural e ainda pensar que uma mulher migrante vem vivenciar isso aqui no Brasil, no momento que vai ganhar seu filho, já tem toda a expectativa de estar em outro país... Acho que isso marca muito sabe? É um trabalho que muitas vezes a gente leva pra casa, a gente sempre conversa sobre isso aqui, mas o cuidado sobre saúde mental, autocuidado... (ENTREVISTADA 2, 2022).

Finalizamos e agradecemos imensamente às entrevistadas. São relatos fortes, de vidas de mulheres que marcaram dentre as centenas que foram atendidas por essas colaboradoras nesses anos. Dessa maneira, somos estimulados a pensar maneiras transversais quando se tratam das políticas públicas e leis para grupos vulneráveis. Ademais, somos levados a refletir sobre a importância dos estudos de interseccionalidade nas mais diversas áreas.

Ponderar sobre as vivências de quem trabalha nesses ambientes nos faz observar que as caixas da hospitalidade não existem mais nas relações sociais de prestação de serviços humanitários. Acreditamos que a hospitalidade está, então, nas intercessões e que vão além do que se é difundido academicamente por gerações de pesquisadores, que as migrações, assim como o próprio movimento de deslocamento e seus sujeitos, estão em constante mudanças.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de dissertação procurou analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva e a fenomenologia do acolhimento, entre o processo migratório e gênero. A abordagem multidisciplinar utilizada ampliou a visão e possibilitou que se entendesse a hospitalidade por diversos prismas e salientou a importância de pesquisas que tenham esse viés sociológico em diferentes campos de estudo.

O encanto desta pesquisa foi ver campos analisados sempre como singulares tornarem-se plurais, revisitar a história da hospitalidade e explorar os conceitos e caminhos da migração atualmente e o papel da mulher nessa área. Mesmo que não tenhamos tratado do feminismo e suas teorias como objeto teórico, não invalida nossa perspectiva aqui adotada, ao contrário, pode servir de estímulo para futuros estudos que abarquem essa temática de maneira mais profunda.

Não menos importante, foi traçar paralelos entre hospitalidade e o feminino, campo ainda pouco explorado academicamente, e hospitalidade e o viés religioso. Conhecer, apreender e reconhecer histórias de mulheres que trabalham no SJMR-BH foi de suma importância para entender dificuldades e motivações para se estar ali em um trabalho difícil e que demanda tanto psicologicamente. Ademais, vale salientar a relevância de se adentrar no escritório pela observação da autora e relacionar com a teoria estudada e a prática diária ali vivenciada.

Embora não seja, e nem procure ser, um estudo conclusivo, pois muito há que se estudar sobre o tema, que é abundante, algumas afirmações e indicações de caminho puderam ser reconhecidas na pesquisa.

A hospitalidade acontece na intercessão entre acolher e hostilizar, está nas trocas de Mauss e na tentativa de incondicionalidade de Derrida. A migração é um fenômeno milenar, mas que hoje vive, talvez, sua maior crise. E o papel da mulher nesse processo mudou com a sociedade. Mesmo vistas como cuidadoras, maternais e seres imaculados, como Maria, mãe de Jesus, as mulheres buscam espaço no mercado de trabalho e a hospitalidade aparece como um meio para tal.

A hospitalidade atraída a espiritualidade tem a religião que sempre buscou acolher o próximo, por meio da caridade e da tentativa de estar perto ou agradar a sua divindade suprema, aproximando-se da dádiva. Assim surgem os projetos de auxílio aos necessitados, como o SJMR-BH. Lá observamos que há acolhimento, não havendo distinção de gênero. Apesar de as mulheres chegarem em situação mais vulnerável que os homens, todos são

atendidos, ainda que haja a barreira linguística e a burocracia jurídico-legal, de maneira amável e solícita.

Essas burocracias nos levam a perceber que o sistema brasileiro ainda está caminhando a passos vagarosos e que questões políticas atrapalham legalmente melhorias urgentes e necessárias para essa população vulnerável.

É possível que uma das contribuições deste trabalho seja nos atentar para essa população que cresce cada dia mais. Ademais, esperamos que ajude na educação sobre o tema, por meio das diferentes perspectivas exploradas e, principalmente, que fomente debates, lutas por direitos e contra a xenofobia em relação a migrantes, refugiados e apátridas.

Mesmo com as dificuldades encontradas durante a pesquisa, desde a língua, passando pelas entrevistas, pela incompatibilidade de agendas com o lugar estudado, até a escassez de material bibliográfico nos estudos da hospitalidade, a pesquisa propõe estudos futuros que sigam na perspectiva de desconstruir pensamentos engendrados sobre a hospitalidade e migração, com mais estudos de perspectivas decoloniais e voltados para invisibilizados em um movimento já invisibilizado.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Princípios orientadores relativos aos deslocados internos. 1998. Disponível em: <https://encr.pw/etwXD>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ANZALDÚA, G. **Borderlands/La frontera: la nueva mestiza**. Madrid: Capitán Swing, 2021.

ARES, A. M. **Filhos e filhas de um peregrino**. Rumo a uma teologia das migrações. Brasília: Serviço Jesuita a Migrantes e Refugiados Brasil, 2019.

ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 745-772, 2007.

ASSIS, G. de O. A nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios. In BAENINGER, R. Et al. (org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020. p. 609-623. Disponível em: <https://encr.pw/cftDa>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BAGGIO, M. Quando diferença e acolhida se encontram: igreja e migrações. **Teocomunicação**, v. 44, n. 2, p. 262-280, 2014.

BAKER, G. **Hospitality and world politics**. Springer, 2013.

BASTOS, S.; SALLES, M. do R. R.; BUENO, M. S. Turismo e imigração: por uma política de hospitalidade no Brasil entre 1937 e 1951. **Rosa dos Ventos**, v. 6, n. 2, p. 197-216, 2014.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2007.

BENEDUCE, C. G. **Hospitalidade: substantivo feminino?**. 156 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade). Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BRUSADIN, L. B. L'hospitalité aux immigrants et les frontières urbaines: du régime des échanges conditionnels de Mauss à l'hospitalité inconditionnelle de Derrida. **Territórios e Fronteiras**, v. 13, n. 2, p. 256-274, 2020a.

BRUSADIN, L. B. Leandro Brusadin invite Anne Gotman à répondre sur l'hospitalité et la migration. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 4, p. 778-788, 2020b.

BRUSADIN, L. B.; PANOSSO NETTO, A. O sacrifício e o espírito das coisas perante o dom e a hospitalidade:(des) entendimentos científicos. In: BRUSADIN, L. B. (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. [n.p.].

BRUSADIN, L. S. P. O Acolhimento cristão e as obras de misericórdia corporais: a salvação das almas por meio das ordens terceiras carmelitas das Minas Gerais. In: BRUSADIN, L. B. (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Editora Prismas, 2017. [n.p.].

CAMARGO, H. R. E. de. Fazer por eles é fazer por mim: Acolhimento como ato de (des)reterritorialização. **Travessia, revista do migrante**, v. 2, n. 91, 2021.

CAMARGO, R. S. S.; BUENO, M. S. Dádiva e hospitalidade na Bíblia. **Hospitalidade**, v. VIII, n. 2, p. 52-70, jul-dez. 2011.

COSTA, E. B. da; MOESCH, M. M. Território: locus da dádiva e núcleo da vida. *In* **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba, Editora Prismas, 2017. [n.p.].

DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. **Da hospitalidade**. Tradução de A. Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUFOURMANTELLE, A. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

DUTRA, D. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 21, p. 177-193, 2013.

ECO, U. **Migração e intolerância**. São Paulo: Record, 2020.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FLEXA, B. R. P. G. da S.; BRUSADIN, L. B. Hospitalidade e migração contemporânea: do sacrifício da dádiva à aspiração da hospitalidade incondicional. In ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 19., 2022, Recife. **Anais...** Recife: Anptur, 2022.

FRIEDERICKS, L. P. **A presença da deusa na umbanda: o sagrado feminino e a hospitalidade**. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Estratégica em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2006.

FUNARI, P. P.; FREDERICO, I. B. A espiritualidade na hospitalidade: uma viagem da Antiguidade às Minas Gerais. *In* BRUSADIN, L. B. (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. Curitiba: Primas, 2017. [n.p.]

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODBOUT, J. T. Recevoir, c'est donner. *In* GOTMAN, A. L' hospitalité. **Communications**, v. 65, n. 1, p. 35-48, 1997.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. São Paulo: Record, 2001.

- GODOY, G. G. de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In GEDIEL, J. A. P.;
GODOY, G. G. de. (org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. [n.p.]
- GOTMAN A. La question de l'hospitalité aujourd'hui. **Communications**, v. 65, n. 1, p. 05-19,
1997.
- GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e
identidade. **Hospitalidade**, p. 29-50, 2006.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano 9, n. 17, p.
19-45, 2007.
- HAMILAKIS, Y. **Archaeology and the senses: human experience, memory, and affect**
Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- HAMILAKIS, Y. Planet of camps: border assemblages and their challenges. **Antiquity** **93**, p.
1371-1377, 2019.
- INNERARITY, D. **Ética de la Hospitalidad**. Barcelona: Península, 2001.
- LAPASSADE, G. (2001). L'Observation participante. **Revista Europeia de Etnografia de
Educação**, v. 1, p. 09-26.
- LASHLEY, C.; MORRISON, A.; RANDALL, S. memorable meal ever! Hospitality as an
emotional experience. **Culinary taste**, v. 165, 2004.
- LUSSI, C. Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. **Psicologia USP**, v. 26, p.
136-144, 2015.
- MARANDOLA JR, E.; HOGAN, D. J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em
perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 33-43, 2006.
- MARCELINO, G. K. Hospitalidade: questão de igualdade e de gênero. **Rosa dos Ventos**, v.
10, n. 2, p. 285-300, 2018.
- MARCELINO, G. K.; CAMARGO, L. O. de L. Dimensões teóricas da noção de
hospitalidade. In BRUSADIN, L. B. (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a
cultura do acolhimento**. Curitiba: Primas, 2017. [n.p.]
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac & Naify,
2003.
- MAUSS, M. **Essai sur le don: forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques**.
Paris: Presses universitaires de France, 2012.
- MCCALL, L. The complexity of intersectionality. **Signs: journal of women in culture and
society**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.
- MILESI, R. Por uma nova Lei de Migrações: a perspectiva dos direitos humanos. **Refúgio,
Migrações e Cidadania**, Caderno de Debates, v. 2, 2007.

MÓNICO, L. et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **CIAIQ 2017**, v. 3, 2017.

NOGUERO, F. T. **A hospitalidade na Bíblia e nas grandes religiões**. Tradução de Alexandre Panosso Netto. São Paulo: Ideias & Letras, 2019.

PIMENTEL, A. B. et al. Dádiva e hospitalidade. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, 2007.

PUSSETTI, C.; BRAZZABENI, M. Sofrimento social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

RAMOS, S. P. **Hospitalidade e migrações internacionais: o bom receber e o ser bem recebido**. São Paulo: Aleph, 2003.

REIS, R. R. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, p. 149-163, 2004.

RESSIA, S.; STRACHAN, G.; BAILEY, J. Operationalizing intersectionality: An approach to uncovering the complexity of the migrant job search in Australia. **Gender, Work & Organization**, v. 24, n. 4, 2017.

ROSA, M. et al. **Os Waraos no Brasil: Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. São Paulo: Acnur, 2021.

SANTOS, P. Migração e o princípio da hospitalidade: por uma eclesiologia e sociedade do acolhimento. **ESPAÇOS-Revista de Teologia e Cultura**, v. 26, n. 1, p. 121-128, 2018.

SILVA, T. T. da. Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. SILVA, T. T. da (org.). **Stuart Hall, Kathryn Woodward**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. [n.p.]

SILVESTRE, M. J.; FIALHO, I.; SARAGOÇA, J. Da palavra à construção de conhecimento. Meta-avaliação de um guião de entrevista semi-estruturada. In COSTA, A. P.; REIS, L. P.; SOUZA, F. N.; LUENGO, R. (ed.). **Libro de Actas de 3º Congreso Ibero-Americano en Investigación Cualitativa**. Vol. 3. Badajoz: Ludomedia, 2014. p. 321-330.

SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1980.

VALDUGA, M. C.; OLIVEIRA, R. L. de; MATTOS, L. V. Hospitalidade e religião: um olhar contemporâneo. **Hospitalidade**, p. 293-322, 2022.

VARELLA, M. D.; OLIVEIRA, C. G.; OLIVEIRA, M. S. C.; LIGIERO, A. P. O caráter humanista da Lei de Migrações: avanços da Lei n. 13.445/2017 e os desafios da regulamentação. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 2, 2017 p. 253-266.

ZANELLO, Valeska. **A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**. Curitiba, Appris, 2022.

ZIZEK, S. *Violência*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

APÊNDICE A – PARECER DO CEP

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
OURO PRETO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A dívida contemporânea e as formas de hospitalidade do protagonismo feminino: o processo de acolhimento no projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte-MG.

Pesquisador: Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 61368822.0.0000.5150

Instituição Proponente: Universidade Federal de Ouro Preto

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.067.646

Apresentação do Projeto:

As informações contidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram obtidas dos documentos contendo as Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1991287.pdf) e do projeto de pesquisa (Projeto_Beatriz.pdf).

Introdução:

O mundo enfrenta hoje uma das maiores crises humanitárias de refúgio da história, fruto de guerras, desastres climáticos, crises financeiras, perseguições políticas e demais infortúnios que levam o expatriamento súbito de pessoas no redor do globo. Essas mobilidades imperativas trazem questionamentos e revelam problemas sociais muito densos, e em até certo ponto velados. O acolhimento necessário dessas vidas que pedem socorro é um dever do Estado e dos seus cidadãos, entretanto, a responsabilidade moral para com os outros no mundo contemporâneo passou a ser visto como vício em sentido pejorativo (BRUSADIN, 2020, p.268). Desta forma, utiliza-se da hospitalidade, uma das vertentes de estudo do turismo, vista de um ponto sociológico para tentar compreender esses processos migratórios, os acolhidos e acolhedores. Para tal, utiliza-se de dois teóricos referência nessa seara e a partir das contribuições acadêmicas de ambos, busca-se fazer um paralelo entre hospitalidade, acolhimento e migração.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPI, Centro de Convergência, Campus Universitário
Bairro: Morro do Cruzeiro **CEP:** 35.400-000
UF: MG **Município:** OURO PRETO
Telefone: (31)3559-1368 **E-mail:** cep.proppi@ufop.edu.br

Continuação do Parecer: 6.067.646

Em Mauss (1925), ele atribui o mana ao doador, como uma propriedade espiritual; assim, dando algo, dá-se algo de si mesmo. “A noção de dádiva de si leva à idéia de que a dádiva cria uma dependência para com o outro, porque o mana, o ser do doador, seria inalienável” (SABOURIN, 2007, p.134), suas análises partem sempre de uma dimensão simbólica e se baseiam na tríade: dar, receber e retribuir.

Compreende-se logicamente, nesse sistema de ideias, que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substancia; pois aceitar algo de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e não simplesmente porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, essa essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, têm poder mágico e religioso sobre nós. Enfim, a coisa dada não é inerte. (MAUSS, 2003, p.200)

Já para Derrida (2002), a hospitalidade segue para um plano do Incondicional, aonde suas análises do dom servem de lei para uma chamada aqui de utopia do acolhimento, aonde não se esperará nada em troca. “O dom é uma inspiração que cessaria no momento de sua realização, desfazendo o valor da recepção e, logo, da possibilidade do dom.” (MARTINS, 2016. P.32).

Adentrando o campo migratório e suas interfaces com o acolhimento, faz-se necessário compreender as diferenciações de imigração e migração apresentadas por Eco (1997), em que o mesmo considera que: Devemos distinguir o conceito de “imigração” do conceito de “migração”. Temos “imigração” quando alguns indivíduos (mesmo muitos, mas em medida estatisticamente irrelevante em relação à cepa original) transferem-se de um país para outro (como os italianos ou irlandeses na América, ou os turcos hoje na Alemanha). Os fenômenos de imigração podem ser controlados politicamente, limitados, encorajados, programados ou aceitos.

Não acontece da mesma maneira com as migrações. Violentas ou pacíficas, são como os fenômenos naturais: acontecem e ninguém pode controlá-los. (p.24).

No viés do feminino, diz-se que mesmo estando presente, sempre, nos processos migratórios o mesmo era excluído e deixado de lado, ou, era colocado no mesmo nicho quando analisado, prejudicando de maneira substancial a realidade do fenômeno migratório. Obrigadas, muitas das vezes, a seguir um pensamento social construído desde o princípio dos tempos a mulher fica responsável por acompanhar o homem, realizando as vontades desse antes das suas, uma vez que procria e se torna mãe seus vínculos com a casa saem do locus geográfico que a mesma está, e passa para a noção do espaço como seu marido e sua prole. Quando a fronteira é rompida e a casa física pela qual deve devoção e cuidado é destruída pela guerra, pela pobreza, e pela natureza a mesma se vê inserida no processo migratório, mesmo que involuntariamente.

O Estado é o responsável primário do acolhimento desses sujeitos quando adentram seus territórios, cabe ao mesmo fazer digna essa acolhida e isso só é possível dentro de um prisma que envolve a legalidade. É necessário que o direito local e o direito internacional estejam se transformando, para reconhecer aqueles que não nasceram num lugar, o direito de também intervir na vida política desse lugar (SANTOS, 2005, p. 258). Porém, em uma perspectiva global, vê-se a utilização de políticas de segregação e hostilidade que vão na contramão dos direitos humanos e do acolhimento incondicional outrora proposto por Derrida. Brusadin (2020) endossa essa inquietude quando afirma que a hospitalidade é um recurso utópico e é a natureza anacrônica da hospitalidade que a torna um valor infrapolítico, uma espécie de lei ética. Quase natural, que deve ser enfrentada nas leis estaduais inóspitas (p. 266).

Todavia, é necessário voltar o olhar para o nosso país e as nossas práticas e políticas de acolhimento. Com fama internacional de país e povo acolhedor, o Brasil se destaca em direitos de acolhimento, e conta com inúmeras instâncias estatais trabalhando para tal. O Brasil, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), registrou 29.746 refugiados nos últimos dois anos (2020 e 2021) e contabiliza refugiados de 77 nacionalidades, com a Venezuela em primeiro lugar, representando 90,82% dos casos totais², e o número de migrações por outras motivações não é contabilizada. No âmbito mineiro, o governo estadual desenvolve atualmente, Com o objetivo de potencializar a estratégia pública de atenção e integração à população refugiada, migrante, apátrida e retornada em Minas Gerais, o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais – COMITRATE – propôs ao Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE – a elaboração do 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais³.

Continuação do Parecer: 6.067.646

Todavia, é necessário voltar o olhar para o nosso país e as nossas práticas e políticas de acolhimento. Com fama internacional de país e povo acolhedor, o Brasil se destaca em direitos de acolhimento, e conta com inúmeras instâncias estatais trabalhando para tal. O Brasil, segundo dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), registrou 29.746 refugiados nos últimos dois anos (2020 e 2021) e contabiliza refugiados de 77 nacionalidades, com a Venezuela em primeiro lugar, representando 90,82% dos casos totais², e o número de migrações por outras motivações não é contabilizada. No âmbito mineiro, o governo estadual desenvolve atualmente, com o objetivo de potencializar a estratégia pública de atenção e integração à população refugiada, migrante, apátrida e retornada em Minas Gerais, o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais – COMITRATE – propôs ao Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE – a elaboração do 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais³.

Esse marco para os direitos humanos, em especial, para as políticas de acolhimento brasileiro reforçam a necessidade de se pensar em diversas instâncias e lugares sobre hospitalidade e migração. O locus de acolhimento transcende os portões de uma instituição em si, deve ser feita em instâncias estaduais e começa locais. Como Martins (2015) afirma quando diz que hoje, apesar das grandes tensões e incompreensões que provocaram este estreitamento das relações humanas, o conhecimento quase que imediato das necessidades humanas suscita um aceno para que as situações dolorosas e as necessidades sejam partilhadas por todos os homens.

Desta forma traz-se o local desse estudo para o conhecimento, criado em 1980, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) é uma organização internacional vinculada à Companhia de Jesus, especializada em migração, deslocamento forçado e refúgio. Com sedes no Brasil de norte a sul, o SJMR é ponto de referência para o ACNUR em recebimento de migrantes e refugiados e é ponto-chave para a interrelação entre acolhimento e religião, a dádiva e o dom, a condicionalidade e a incondicionalidade da maneira mais ampla de estudos. Visto que o discurso social católico (DSI) destina-se, portanto, a orientar o comportamento das pessoas, levando cada uma delas, como consequência, ao empenho pela justiça, segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais (MARTINS, 2015, p.74). Bem como na compreensão de que ao se admitir que o dom divino é oferecido a toda a humanidade sem expectativa de retorno, dificilmente esta interpretação tem usos práticos na sociologia e no campo das teorias relacionais (HAESLER, 2002).

Nessa perspectiva um projeto que tende a analisar as formas de acolhimento moderno para com o gênero feminino, em um momento de uma crise migratória sem precedentes em âmbito mundial, em suas relações com a cidade e projetos sociais voltados para esses sujeitos, se faz primordial.

Hipótese:

Dentre as hipóteses estima-se que o acolhimento em entidades religiosas é o que mais se aproxima da ideia do sacrifício implícito tanto nas teorias da hospitalidade quanto nos preceitos cristãos. Bem como, que, apesar de baseada em preceitos de caridade, há a espera de trocas, reforçando as ideias da Teoria da Dádiva de Mauss (1925). Outro ponto que observa-se é que a hostilidade com as mulheres diante da dominação masculina acentua a vulnerabilidade do gênero nos processos migratórios ausentes de políticas de hospitalidade e inclusão, por fim, a compreensão de que torna-se imperativo pensar em políticas públicas, leis e lugares de memória para o patrimônio sensível de migrantes e refugiados no Brasil.

Metodologia Proposta:

Este projeto de estudo parte do objetivo de analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva (Mauss, 1925) e a fenomenologia do acolhimento (Derrida, 2002), entre o processo migratório e o protagonismo feminino no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte- MG.

A partir dessa ótica serão valorizados o caráter processual, a reflexão, as histórias, tensões, contradições e os símbolos presentes na realidade da tríade da Dádiva de Mauss (1923) do dar, receber e retribuir presente, ou não, nos aspectos no projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR), e na cidade em esta localizado, Belo Horizonte- MG.

Portanto, caracteriza-se este projeto de estudo como descritivo, pois estudara as características de um grupo de pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos atores investigados (GODOY, 1995). Assim como explicativo, pois identificara os fatores, razões, “porquês” que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos acontecimentos (GIL, 2008).

Com base nessa percepção, o material obtido não será utilizado para analisar de modo superficial as relações sociais. Mas, a medida que as análises forem aprofundadas, por meio do diálogo consoante entre sujeitos/atores/autores, o conhecimento será produzido (KAUFMANN, 2013).

Continuação do Parecer: 6.067.646

Os atores que interessam a este projeto são as migrantes, mulheres de diversas localidades ao redor do globo acolhidas pelo projeto supracitado, bem como os sujeitos acolhedores do próprio SJMR na figura de gestores, funcionários e voluntários das mais diversas áreas de atuação do projeto. Após a definição dos atores que interessam a pesquisa, optou-se pela utilização de triangulação de estudos longitudinais, essa postura influencia na ampliação do alcance, planejamento e complexidade da pesquisa (FLICK, 2009). Utilizando de um estudo bibliográfico, observação participativa e análise de símbolos de acolhimento através da semiótica.

Após então, será empreendido a entrevista narrativa, semiestruturada e em profundidade. Este método evidencia a crescente consciência que o ato de contar histórias confirma, muitas vezes, os fenômenos sociais, já que todas as experiências humanas podem ser externalizadas a partir de narrativas (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2002). Do mesmo modo, auxiliara no entendimento das diferentes formas de atuação dos atores e favorecera vozes esquecidas pela história oficial: os iletrados, as minorias, as mulheres, os camponeses, os operários, dentre outros, que passam a ter sua história valorizada e contada não só no espaço doméstico, mas no público também (GODOI et al., 2006).

Para registrar as informações obtidas, será utilizado um celular, para gravar as entrevistas e tirar fotografias do SJMR, da cidade em convivência e/ou divergência com o projeto, e as e os entrevistados no intuito de quebrar a parede sólida da cientificidade e apresentar, também, o olhar da pesquisadora para com seu objeto e fazer jus a observação participante. Além de reforçar aspectos sobre sua identidade, particularidades de suas narrativas, reações e emoções nos discursos, dentre outros aspectos. Permitindo, portanto, uma imersão íntima no tema explorado, além de um contato intenso com as narrativas captadas a partir da aplicação das técnicas de pesquisas selecionadas (KAUFMANN, 2013).

O material obtido a partir da triangulação dos métodos não constituirá uma massa homogênea, ao contrário, considera-se como algo mutável, em permanente construção. Opiniões pessoais, sentimentos, histórias de vida, autoanálises, reflexões e observações, serão valorizadas, visto que a pesquisa em si estimulava a reflexão nos pesquisados, provocando uma autoexplicação sobre si e o contexto no qual está inserido. Desse modo, o tratamento dos dados não consistirá apenas na extração e ordenação dos dados.

Metodologia de Análise de Dados:

Os atores que interessam a este projeto são as migrantes, mulheres de diversas localidades ao redor do globo acolhidas pelo projeto supracitado, bem como os sujeitos acolhedores do próprio SJMR na figura de gestores, funcionários e voluntários das mais diversas áreas de atuação do projeto. Após então, será empreendido a entrevista narrativa, semiestruturada e em profundidade. Para registrar as informações obtidas, será utilizado um gravador, para gravar as entrevistas e tirar fotografias do SJMR, da cidade em convivência e/ou divergência com o projeto, e as e os entrevistados no intuito de quebrar a parede sólida da cientificidade e apresentar, também, o olhar da pesquisadora para com seu objeto e fazer jus a observação participante. Faz-se importante salientar, que nenhuma entrevistada será identificada nem por nome e/ou fotografia. Os registros serão apenas do lugar.

Desfecho Primário:

Compreensão das hostilidades que mulheres migrantes e refugiadas sofrem no momento de sua chegada até o momento presente em que se encontram em solo brasileiro. Bem como, entendimento das dinâmicas das mulheres que trabalham no SJMR Brasil e a relação de troca que há entre uma instituição religiosa e o migrante acolhido.

Desfecho Secundário:

Observação dos interesses por trás da caridade, entretanto, só o fato de serem baseados na caridade já aproxima da hospitalidade incondicional.

Tamanho da Amostra no Brasil: 4

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

este trabalho possui como objetivo principal analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dádiva (Mauss, 1925) e a fenomenologia do acolhimento

Continuação do Parecer: 6.067.646

(Derrida, 2002), entre o processo migratório e o protagonismo feminino no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte- MG.

Objetivo Secundário:

- Averiguar as interfaces entre hospitalidade e o processo migratório contemporâneo no Brasil, especificamente em Minas Gerais.
- Refletir sobre os processos de identidade e alteridade dos migrantes com a cultura social mineira a partir da visão das entrevistadas do SJMR em Belo Horizonte.
- Contextualizar a relação entre hospitalidade e a cidade, com enfoque em ONGs e Projetos Sociais religiosos de acolhimento de refugiados e migrantes em Belo Horizonte (MG), o caso do SJMR.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Em decorrência de possíveis lembranças de episódios sensíveis, podem-se ocorrer desconfortos emocionais imediatos. Salienta-se que as entrevistas serão acompanhadas por um membro da equipe do SJMR para evitar e amenizar possíveis problemas.

Benefícios:

Servir de aporte e auxílio para outras mulheres migrantes e refugiadas que passam pela mesma situação. Bem como, para as colaboradoras do SJMR lembrar seus trabalhos e avaliar a forma como o serviço de recebimento dessas pessoas e feito para eventuais melhorias pessoais e coletivas da equipe.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa intitulado “A dívida contemporânea e as formas de hospitalidade do protagonismo feminino: o processo de acolhimento no projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte-MG” tem como pesquisadora responsável Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva. Trata-se de uma pesquisa de Mestrado em Turismo e Patrimônio, sob orientação do Prof. Dr. Leandro Benediti Brusadin. A pesquisa concentra-se na Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas.

Tem como objetivo “compreender os movimentos sociais com o enfoque na questão de gênero e o protagonismo feminino nessas novas formas de deslocamento, bem como os locais que realizam a acolhida de migrantes e refugiados atrelados a projetos sociais e religiosos.” Pretende “analisar as possíveis relações de hospitalidade contemporânea, sob o prisma da dívida (Mauss, 1925) e a fenomenologia do acolhimento (Derrida, 2002), entre o processo migratório e o protagonismo feminino no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte- MG.”

A metodologia inclui estudo bibliográfico, observação participativa e análise de símbolos de acolhimento através da semiótica, além de “entrevista narrativa, semiestruturada e em profundidade”. A entrevista semi- estruturada será gravada, transcrita e usada integralmente na pesquisa. Os participantes da pesquisa serão migrantes, mulheres de diversas localidades do mundo acolhidas pelo projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte- MG, “bem como os sujeitos acolhedores do próprio SJMR na figura de gestores, funcionários e voluntários das mais diversas áreas de atuação do projeto”.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora corrigiu a pendência apontada no TCLE (nome da instituição onde será realizada a pesquisa) e atualizou o cronograma na Plataforma Brasil.

Recomendações:

Vide “Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações”.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora respondeu a todas as pendências apontadas nos pareceres anteriores. Não havendo mais pendências, considera-se o projeto aprovado.

Continuação do Parecer: 6.067.646

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFOP, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e/ou Res. CNS 510/16, manifesta-se pela APROVAÇÃO deste protocolo de pesquisa. Ressalta-se ao pesquisador responsável pelo projeto o compromisso de envio ao CEP/UFOP, semestralmente, o envio do parcial de sua pesquisa e o envio do relatório final, encaminhado por meio da Plataforma Brasil, informando, em qualquer tempo, o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1991287.pdf	13/04/2023 12:29:43		Aceito
Outros	TCLE_Crioulo.pdf	13/04/2023	Beatriz Flexa	Aceito
Outros	TCLE_Crioulo.pdf	12:28:08	Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Outros	C_R_D.pdf	13/04/2023 12:25:21	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Outros	C_R_L.pdf	13/04/2023 12:24:59	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_SJMR.pdf	13/04/2023 12:22:17	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	31/01/2023 23:03:16	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Outros	Documentos_Beatriz.pdf	01/08/2022 15:07:58	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Outros	Roteiro_migrantes_e_refugiadas_SJMR.pdf	01/08/2022 15:03:34	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Outros	Roteiro_Colaboradoras_SJMR.pdf	01/08/2022 15:03:09	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Beatriz.pdf	01/08/2022 15:00:25	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Recursos_Beatriz.pdf	01/08/2022 14:51:18	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito
Cronograma	Cronograma_Beatriz.pdf	01/08/2022 14:48:09	Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva	Aceito

OURO PRETO, 18 de Maio de 2023

Assinado por:
EVANDRO MARQUES DE MENEZES MACHADO
(Coordenador(a))

Situação do Parecer:

Aprovado

Continuação do Parecer: 6.067.646

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PROPPI, Centro de Convergência, Campus Universitário
Bairro: Morro do Cruzeiro **CEP:** 35.400-000
UF: MG **Município:** OURO PRETO
Telefone: (31)3559-1368 **E-mail:** cep.propp@ufop.edu.br

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
PARA COLABORADORAS DO SJMR- BH PESQUISA DE MESTRADO**

A dádiva contemporânea e as formas de hospitalidade do protagonismo feminino: o processo de acolhimento no projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) em Belo Horizonte-MG

Dados de Identificação

Letra do primeiro nome da colaboradora:

Data e Local da entrevista:

Quanto tempo trabalha junto ao SJMR:

Contratada ou voluntária na instituição:

Questões da Pesquisa

- 1) O que te motivou a fazer parte do Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados?
 - 2) Já havia trabalho com migrantes ou refugiados em algum outro momento? Se sim, conte-nos sua experiência?
 - 3) Em qual parte do processo de acolhida você participa? Pode nos relatar suas funções?
 - 4) Neste tempo em que você trabalha no SJMR, em algum momento, sofreu alguma hostilização por ser mulher?
 - 5) Alguma história ou experiência com alguma migrante ou refugiada (mulher) lhe marcou?
 - 6) No contexto central belo-horizontino que o projeto tem sua sede, como você enxerga a acolhida ou hostilização da cidade tanto com o projeto, quanto com os migrantes e refugiados?
 - 7) Quais as maiores dificuldades enfrentadas por vocês como Serviço Jesuíta?
- Por se trabalhar com diferentes pessoas de diferentes crenças, como é ser um projeto ligado à uma instituição religiosa?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “A dívida contemporânea e as formas de hospitalidade do protagonismo feminino”

Nesta pesquisa pretendemos entender as formas de acolhimento contemporâneo, o processo migratório e o protagonismo feminino no Serviço Jesuíta a Migrantes e Re-fugiados (SJMR) em Belo Horizonte (MG). O motivo que nos leva a estudar de maneira inicial as formas de acolhimento com mulheres no Brasil, também busca entender a relação entre hospitalidade e a sociedade no projeto Serviço Jesuíta a Migrantes e Re-fugiados (SJMR) em Belo Horizonte (MG). Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevista semi-estruturada, que será gravada, transcrita e usada integralmente na pesquisa.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. O participante de pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em três vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, outra ficará com responsável no SJMR Brasil em Belo Horizonte e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, os mesmos serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos. Nenhuma fotografia será feita das entrevistadas. Por isso, deve haver a manifestação expressa da concordância ou não dos participantes quanto à divulgação de sua identidade (em forma de sigla ou letra de identificação) e das demais informações coletadas (Resolução CNS n.º 510 de 2016, artigo 9 inciso V; Carta Circular n.º 1/2021- CONEP/SECNS/MS, item 3.4).

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da **pesquisa** “A dívida contemporânea e as formas de hospitalidade do protagonismo feminino.” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Caso necessário, a pesquisadora fará a leitura e tradução do documento para idioma da entrevistada.

Nome do Pesquisador Responsável: Beatriz Flexa Ribeiro Proença Gomes da Silva

Endereço: Rua Um, número 60. Bairro Lagoa. Ouro Preto- MG CEP: 35.400-000

Telefone: (31) 99197-3330

E-mail: beatriz.proenca@aluno.ufop.edu.br

Nome do Orientador Responsável: Leandro Benedini Brusadin

Contato: leandro@ufop.edu.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/ UFOP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Ouro Preto

Endereço: Centro de Convergência, Campos Universitário, UFOP. Telefone: (31) 3559-1368.

Email: cep.propp@ufop.edu.br

Ouro Preto - MG, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADA 1

Pesquisadora (P) - O que te motivou a fazer parte do Serviço Jesuíta?

Entrevistada 1 (E1) - Então, eu sempre gostei antes de fazer o direito, quando eu entrei na faculdade, sempre gostei da questão internacional e cultural. Durante a graduação peguei algumas questões de direito internacional, aí quando eu formei sai um pouquinho, mas aí voltei durante a pandemia em 2020, mas antes de trabalhar com isso, queria uma experiência. Aí literalmente procurei no Google “refugiado em BH”, nemsabia se tinha voluntariado, mandei o e-mail e foi isso. Aí a ***, claro, entrei no site e me interessei muito porque vi que tinham diversas áreas. Aí me candidatei, passei e aí comecei a fazer e foi isso. O meu interesse foi mesmo, por conta de ser completo, porque quando você entra no site tem várias arezinhas né? Aí vi que tinham várias nacionalidades e eu já me encantei, achei super legal, também me encantei com o lugar e com as pessoas e fiquei.

P- Deixa eu te perguntar, as questões religiosas, visto que é um Serviço Jesuíta, são um empecilho para o trabalho?

E1- Não, entendo e sim, mas não! Pelo contrário, aqui, por mais que seja ligado a rede Jesuíta em si, ter parcerias com outras congregações, a gente, de forma nenhuma a gente limita nada, literalmente nada. Nem quanto nacionalidade, nem religião, nada! Pelo contrário, sempre deixamos claro que não importa. Principalmente pessoas que chegam aqui, que são refugiados por conta da religião, como agora que estamos recebendo Afegãos que vêm por questão religiosa. Inclusive você pode ver na recepção e em algumas salas tem essa questão: Aqui é um espaço seguro! Livre de discriminação! Então a gente, de nenhuma forma a gente faz esse obstáculo, ou passa alguma coisa de que a pessoa tem que ser religiosa ou passar por algum ato religioso. Enfim, a gente sempre deixa aberto, é, para a pessoa falar as experiências dela quando ela saí por questão de religião, isso é muito livre no momento do acolhimento.

P- Mas em algum momento aqui é dito que a caridade é um preceito básico do trabalho para vocês? Do tipo, por sermos cristãos, trabalhamos com a caridade e esse preceito serão a base do trabalho de vocês?

E1- Não, assim, em nenhum momento. Mas acho que é muito servir, eu pessoalmente, sou cristã, mas tem muitas pessoas que não. Tem várias religiões. Mas todos temos o mesmo preceito de servir e acho que o trabalho humanitário, a gente gosta do que a gente faz. Não é questão de dinheiro, porque se fosse pelo dinheiro não tinha ninguém trabalhando, e acho que isso faz uma grande diferença, não só no Serviço Jesuíta, mas no trabalho humanitário em si. Elas gostam do que fazem, gostam de pessoas, de atender, de ajudar a pessoa. Porque assim, só isso que sustenta. Não é um trabalho comum, a gente não chega aqui às 08:00 e sai às 17:00. Como hoje, meu dia começou às 06:30 da manhã, e as vezes final de semana, então é isso, só gostando mesmo para trabalhar com isso.

P- Qual seria então o seu Interesse pessoal, o que você almeja ter em troca desse trabalho que você faz?

E1- Entendi, eu já vi muita gente vindo aqui, tipo, pra ter essa troca. Mas eu pessoalmente não acredito queminhas obras terrenas vão ser suficientes para gente entrar no céu, no paraíso ou algum lugar depois. É claro que ajuda, você passar uma vida sem propósito, é.. é ruim. Mas não acho sei qual o interesse pessoal, porque eu, assim, pessoalmente, na minha carreira em si, eu acho que ganharia muito mais se eu fosse para exercer como uma advogada de direito internacional privado. Que eu vejo meus colegas já trabalhando em questões corporativas ganhando mais, mas eu já tentei! Mas realmente não sou corporativa, meu ambiente não é corporativamente, e sim o terceiro setor, né, e trabalhar com questões sociais em si. E assim, eu não sei sinceramente um interesse específico, sabe? Eu gosto de fazer o que eu gosto. Quando a gente atende uma pessoa e realmente dá um resultado, tem casos complexos que é uma montanha russa, e no final dá certo, a gente conseguiu que a pessoa fizesse isso, isso e isso. Aí eu penso é por isso que eu trabalho. Não sei se é um interesse meu de me sentir bem, mas talvez. Já tive muito interesse de trabalhar na ONU, de uma grande organização, mas acho que agora não, eu gosto desse trabalho mais local, sabe? Acho que faz mais diferença. Eu vejo mais os resultados.

P- Você já tinha trabalhado antes com migrantes e refugiados?

E1- Não, eu nunca tive, essa é a minha primeira experiência mesmo de trabalho prático com direito humanitário, de migrante e refugiado. Eu já fui e sou voluntária em outros eixos, sabe? Mas nunca direcionado em migração e refúgio.

P- E nesse processo de acolhida, qual a sua função hoje? Qual o seu papel aqui no SJMR?

E1- A minha função, né, meu cargo é de analista de proteção social. Então eu sou da área de proteção, que é uma área mais documental e jurídica. E qual a função dessa área? É garantir o acesso de direitos dos migrantes e refugiados. Como a gente garante esse acesso? Através dessas ações de documentação, de regularização de refúgio, de residência, cpf, passaporte, enfim, toda a documentação que a gente puder fazer para eles a gente faz, assessoria jurídica. A gente não advoga, não entramos com processo. Mas nós acompanhamos, então, por exemplo, quando a pessoa vem e precisa de uma assessoria eu consigo assessorar, consigo informar os direitos daquela pessoa, mas a partir do momento que tem uma violação, que tem que ter uma judicialização, a gente encaminha para nossas redes de justiça, então, DPE, DPU, é, agente também tem uma parceria com a Doelda que com os professores eles ajudam na judicialização e também fazemos o acompanhamento né? Nós vamos na Polícia Federal com a pessoa, quando elas precisam para pelas poderem ser atendidas tranquilamente, a gente faz capacitações também com outros órgãos. Então tudo relacionado à direito a Proteção faz. Então, a minha função hoje em dia é isso, a questão mais jurídica, assessoramento jurídico e as questões de refúgio mesmo.

P- E depois vocês fazem o acompanhamento depois? Do refúgio?

E1- Sim, a gente faz esse acompanhamento, desde a solicitação inicial, renovação e quando esse processo é realmente reconhecido, a gente faz esse reconhecimento de refúgio, que é quando ela vira residente permanente. Então ela sempre pode voltar, que a gente ajuda com todos os documentos, como por exemplo, contato com o consulado, porque nos casos de residência a pessoa precisa de antecedentes criminais do país de origem, a pessoa da certidão nascimento atualizada do país, então a gente entra em contato com o consulado se a pessoa não tem aqui, então né? A gente tem vários contatos com os consulados.

P- E sobre essa questão jurídica, vocês estão com o Governo na criação do 1º Plano Estadual de Políticas Públicas para Refugiados, Migrantes, Apátridas e Retornados de Minas Gerais e suas implicações. Como tem sido esse processo?

E1- Então, ano passado a gente participou de algumas conferências para criação do plano, e a gente juntou todas essas propostas e entregou pra eles. Quem fica mais próximo dessas propostas é o Henrique (NENHUM NOME SERÁ COLOCADO) mesmo, é mais ele quem participa, mas a agente está muito nessa constante conversa com eles, tanto quanto preciso de algum auxílio do governo, quanto nesse processo mesmo. A gente tem como se fosse uma cadeira, o Henrique tem uma proximidade muito forte com eles. Não está nada consolidado ainda, mas estamos na luta. Ainda muito de formiguinha, como te falei, mas estamos.

P- E você acredita que esse Plano vai auxiliar vocês aqui, de uma maneira geral?

E1- A sim! De uma maneira geral, o plano é de uma maneira geral né? Ele engloba desde educação, a trabalho, é, regularização, ele envolve todos os eixos, discriminação, igualdade. Esse plano, assim, saindo mesmo, sendo aprovado, e sendo executado. Porque assim, a gente fala, lei tem demais, precisa de ter essa conversa com os municípios, com quem executar. Tendo isso executado, vai ajudar demais! Porque cria essa lei específica, e tendo essa acredito que surjam novos outros programas mesmo para refúgio e migração aqui. Vão ser criadas mais capacitações, mais lugares de acolhida. Porque assim, hoje em dia, por exemplo abrigo, é muito limitado sabe? E assim, a gente sabe como é abrigo público, então é muito complicado.

P- E nesse tempo que você está aqui, você sofreu alguma hostilização por ser mulher?

E1- Então, nenhum setor é somente homem então acho que isso ajuda. Então por parte do SJMR não, nunca. Mas por atendimento, a gente tem, claro, uma experiência diferente. Por exemplo, já recebi cantada, porque assim, a gente tem o telefone pessoal e o institucional e no institucional qualquer migrante tem acesso. Então acontece, mas temos sempre que manter o profissionalismo e temos até uma palavra-chave, uma palavra de segurança durante a conversa pra avisar que está acontecendo alguma coisa. Igual, por exemplo, essa pessoa que me deu a cantada, quando ela voltou já foi outra pessoa atender, ela percebeu né? Então, quando acontece, as vezes é as vezes por preconceito por ser mulher, por nervosismo. Questão cultural já

tivemos um caso com, não lembro a localidade, mas do Oriente Médio. Mas é mais tranquilo quando chega família, e no começo. Mas quando chega o homem individual eles foram ariscos e buscando a validação de um homem, mas foi bem no começo. E a gente é assim, teve um problema, mas quando voltar vai ser atendido por mim, não tem muito como trocar e é isso. E pelo nervosismo acontece mesmo, eles passam por muita coisa, aí chega aqui quer gritar, e se estivéssemos só iríamos ficar com medo, mas é mais pra descontar pra você e claro que desconta na mulher, isso vem muito de gênero.

P- E o psicológico de vocês, como é tratado em tudo isso?

E1- É.. a gente tenta sempre ter uma conversa entre nós, tipo sexta, não atendemos o público. Sempre deixamos para reuniões internas, em equipe, em grupo, conta caso, o que pode fazer, que tipo de coisa podemos fazer aqui, olha isso, sofri isso, o que posso fazer. Tanto questões pessoais quanto institucionais, e terapia em dia né? Poder falar com alguém. E, vez ou outra, o Serviço Jesuíta faz com a gente um dia diferente, em equipe. Existe o cuidado com a saúde mental, tem que ter mais, mas tem esse lugar. Essa salamesmo, é a sala de acolhida, quando chega alguém que vem falar alguma coisa mais assim, a gente traz pracá, é uma sala a prova de som, pra ouvir. Para atender o migrante e refugiado que vem nós temos uma psicóloga que não atende clinicamente, mas encaminha para os órgãos públicos responsáveis e nós recebemos treinamento e capacitação sobre temas de violências de gênero, como agressão contra mulher o que fazemos se a gente sofre ou se vê sofrendo. Então assim, a gente vai buscando esses caminhos mesmoporque tem muita demanda disso. Esse ano teve muita demanda de violência de gênero, violência doméstica física, psicológica, patrimonial... a gente vê muito assim, sabe? Mulheres que sofrem muito por causa disso, tanto que a gente percebeu e pessoas que vieram aqui, falaram. Então precisamos ter um caminho muito específico na mente para receber essa pessoa, o que podemos fazer por ela, não só tirar ela de casa, mas também o que podemos fazer por ela, e como vimos o aumento de casos essa demanda surgiu.

P- Mulheres que sofrem com outros refugiados, ou com brasileiros?

E1- Com outros refugiados, a maioria. Ou já sofriam em seus países de origem, ou que começaram a sofrer aqui. Mas com a própria família, sabe? Com o próprio migrante em casa.

P- Alguma história ou experiência com migrante ou refugiado, em especial com mulher, que te marcou?

E1- Olha, é, tem, com certeza. Tem uma migrante que me marcou muito, é, foi em um dia muito louco aqui que tinha chegado uma mulher que estava sofrendo violência doméstica mesmo, e ela chegou aqui com os filhos, mala e cuia. Mas ela tinha família em outro estado, aí a gente fez essa conversa com a prefeitura pra dar uma passagem social para ela ir pra esse pra esse estado, e eu estava lá na prefeitura com ela e aí chegou aqui essa outra mulher e aí eu cheguei, ela já estava sendo atendida, e ela já veio com uma filha muito pequenininha, e foi muito ruim porque parecia que ela sabia que a mãe tava passando por alguma coisa. Porque ela perguntava por que a mãe dela tava chorando... e assim, tão pequenininha, tão fofo, falando espanhol... e essa mulher estava sofrendo a mais de 20 anos desde o país dela, ela era muito nova, tinha 32 anos, e já tinha um filho de 20 anos. Acho que desde que ela se entende por gente, ela sofria, e chegou no limite dela. Ela tava sofrendo todos os tipos de violência, doméstica, psicológica, patrimonial porque ela não tinha acesso ao próprio dinheiro dela, e ela era perseguida. Ela não conseguia ficar sozinha. E no único momento que ela ficou sozinha, acho que ela foi buscar a menina na escola, ela fugiu. E vieram sozinhas, e ela chegou aqui dizendo que não podia voltar pra casa e aí começou nossa história. Foi o momento de arrumar um abrigo específico para mulheres que sofrem violência, ir na delegacia fazer a denúncia, foi é...acompanhar essa pessoa no abrigo. A gente não só coloca no abrigo, a gente vai junto, conversa no lugar..é um acompanhamento muito de perto, e assim, o acompanhamento jurídico. Ela tinha o desejo de ir para São Paulo porque tinha amigos lá, então a gente cuidou pra que ela fosse. Cuidamos dos documentos, porque ela não tinha nem autorização de residência, porque o marido disse que não precisava disso pra mulher. E agora ela tá lá! Quando ela foi embora foi muito assim, a gente sentiu muito, muita felicidade por ela estar indo, e por ela não ter voltado pra trás, porque infelizmente muitas mulheres conseguem o atendimento, mas voltam pra trás. A gente fica muito feliz por ela estar firme, e assim, até hoje a gente entra em contato com ela, pra saber se ela está bem. O cara ainda entra em contato com ela, mas ela se mantém firme, mas eu entrei em contato com uma rede de migrantes e refugiados de São Paulo para darem essa assistência lá, ainda estamos acompanhando o caso, porque ainda têm o trâmite legal, da guarda da menina, estamos em contato com os advogados de lá. Foi um caso que marcou muito aqui pra gente. E vou contar um outro rapidinho, que foi um que a gente acompanhou, que foi o caso de uma mulher que também

chegou com os filhos e era nova também, com uns três ou quatro filhos e ela, assim, sofria uma violência muito grave. Antes que antes de vir aqui, ela já tinha ido para uma casa de mulheres super restritas porque essa cara já tinha batido muito nela, aí ela veio pra cá, ele veio atrás, aí eles se encontraram porque elas temmesmo essas recaídas, acreditam. Aí ela começou a trabalhar aqui, mas a violência patrimonial acontecia, aí eles separaram, ela foi morar em outra casa; ele teve relacionamento ou outra pessoa, mas nesse meio tempo ele pegou as crianças e simplesmente não quis devolver, e ela ficou desesperada, e aí chamou o conselho tutelar, mas assim, barreira de idioma, barreira de chegar lá e não saber explicar, sabe? As pessoas não entenderem a gravidade da situação que o cara simplesmente pegou as crianças. Então assim, até a defensoria, realmente entender o que estava acontecendo ele simplesmente saiu do país com as crianças. Aí quando a gente soube dessa situação, nós fomos com ela, na delegacia, e fomos montando o caso e acompanhando, fui na defensoria e aí descobrimos através da polícia que ele estava em outro país, o de origem, e aí entramos em contato com o consulado, e aí, na verdade, a gente só descobriu onde ele estava que era a casa da mãe dele, porque ele saiu no jornal local, porque simplesmente ele tinha agredido a mãe e a mulher atual dele. E o acontecimento foi tão grande que a mulher viu isso e foi atrás dos filhos. Foi louca essa história, e agora ela está lá, preferiu ficar lá, com o cara preso lá. Mas ficamos felizes por ele estar preso, mas ficamos apreensivos, queríamos fazer de tudo aqui, mas ela, mãe, com os filhos lá, ela foi né? Era complicado porque aqui ela já tinha guarda, tudo, então até fazer as trocas de informações foi muito complicado. Mas ver ela lá bem, com as crianças, ela mandou foto, não teve mais recaída, isso deixou a gente muito feliz! Ficou com a família dela! Mas assim, esses dois casos me marcaram muito, porque foram nacionalidades iguais, nesse caso Bolívia, com pouca semana de diferença e casos muito parecidos, as duas sofrendo todos os tipos de violência. E a gente para de atender outros casos pra focar nisso, mas ficamos de cabeça nisso. Foi um boom que tivemos nessa época de violência, e a gente tá de olho assim... porque agente não tem como tolerar!

P- Muito interessante analisar que muitos vem para cá em busca de uma vida melhor e seguem reproduzindo esses comportamentos...

E1- É, acho que é porque cada um vem com um propósito, mas a maioria vem pensando só no econômico né? E não se preocupa com isso, a gente vê muito isso nesses casos, as mulheres vem pensando que estão em um mundo novo, que eles não vão mais fazer isso. Que é uma vida nova, de fato, mas pro homem né? Infelizmente, nesse primeiro caso, ela veio só com a menina porque ele já tinha feito a cabeça dos outros, dos meninos, dizendo que a culpa era da mãe. Então um caso de alienação parental, então os filhos vão reproduzindo as questões do país, infelizmente, e quebrar esse ciclo é muito difícil. E assim, não tem como a gente querer mudar em uma conversa.

P- A penúltima pergunta eu vou pular, porque você me respondeu no geral. Então, a última, quais são as maiores dificuldades que vocês têm como SJMR, com a cidade, com os migrantes, de uma maneira geral?

E1- Então, acho que a maior dificuldade que a gente tem aqui, é, realmente, encaminhar essa pessoa, é depender de outras instituições, outros órgãos e empresas. Então, por exemplo, a gente encaminha eles para receber atendimento em outros lugares como PF, CRAES, e a gente não contar com a acolhida deles também, sabe? Acho que a nossa maior dificuldade é o nosso limite, de até onde conseguimos ir e fazer. Ao mesmo que é bom ter que contar com outras pessoas, pra não sobrecarregar, é difícil. Hoje sofremos muito com abrigos, porque vemos muitas pessoas em situação de rua, e muitas pessoas precisando disso, e os abrigos não tendo o suporte. E outra dificuldade que a gente tem, no campo do jurídico, é o atendimento judicial porque é muito complicado, porque tem casos muito específicos que eu não posso fazer, e a barreira linguística é muito grande, a desigualdade é maior ainda em questões de direitos trabalhistas, então assim, aqui no SJMR quando arrumamos um emprego ou uma vaga, a gente olha muito a empresa, porque a gente não quer só tacar ele lá. Tipo, qual o propósito dessa empresa? Não porque quer ajudar, mas é porque precisa ter um número X de migrantes no quadro de funcionários, ou porque eu quero mostrar que eu tô sendo inclusiva e tenho responsabilidade social. O que importante, claro, mas a gente aproveita esse propósito pra ensinar, não limitando, porque tipo, você tem que ter 10%, mas ser nos serviços gerais? Não dá. E a gente vê muito isso, claro que em geral, essa desigualdade que eles sofrem de direitos trabalhistas e essa necessidade de serviço de atendimento público.

P- E você acha que parte dessas desigualdades trabalhistas seria sanada se houvesse a facilitação da validação de diploma, para que eles pudessem assumir os cargos de formação deles?

E1- Sim! Eu acho que seria um caminho, adiantaria muito, mas acho que ainda assim a desigualdade ia continuar, porque independente do cargo eles ainda estariam em um lugar desigual. Porque em algumas situações ela não teria condições de ficar naquela situação, e só está porque ela é migrante ou refugiada. Porque nem brasileiro aceitaria aquilo, e a pessoa está porque precisa, porque não entende que aquilo não tá certo, tem vergonha de perguntar. As vezes quero interceder, e as pessoas falam que não por medo, e eu fico muito frustrada com o direito trabalhista, o sistema judiciário é muito lento pra todo mundo, mas são coisas que eles precisam pra hoje ou pra amanhã. Chegam lá e não sabem explicar, vão sozinhos e não tem suporte, e é algo que precisa ser melhorado! Também o contato com embaixada, consulado e questões de hipossuficiência, a maioria não tem condições e alguns órgãos não conseguem reconhecer e cobram. E isso não pode acontecer.

P- A lei do migrante e refugiado, como você enxerga?

E1- Em comparação com o estatuto do estrangeiro que tinha antes ela é uma maravilha. Ela tem muitos eixos, que dão acesso a muitos direitos que eles já tinham pela constituição, mas como não era falado por uma lei específica não adiantava, mas já era pra ter sido feito muito antes. Mas com certeza, com uma lei, muda muita coisa. Mas acredito que a execução de cada campo, seja por uma lei, mas que de fato tenha o caminho para execução, através de portaria, de decreto que cada município entenda e possa resolver. Por exemplo, em questão de educação de criança e adolescente, essa pessoa não tem histórico escolar, e aí? Como faz a matrícula? Até hoje recebemos demandas dessa tipo, de escolas que pedem histórico escolar, e até explicar que é refugiada, a pessoa não entende. A questão da língua, a pessoa quando é migrante temo direito de fazer o teste de nivelamento na própria língua, e muita escola não sabe, então ela faz em português e quer que ela saiba de tudo, o que não tem como. A gente tenta passar isso para os locais, mas é muito difícil ainda. Uma coisa, que a gente sempre luta aqui, é o acesso ao migrante à previdência social, que é algo muito, muito básico e que eles, assim, por ser uma lei Federal é muito mais difícil pra eles terem acesso. Por exemplo o BPC, o auxílio, em regra, eles não tem esse acesso, aí tem que entrar com um processo, uma ação. Tem que explicar, e aí na lei fala que eles tem acesso a essas coisas. Acho que falta a comunicação entre essas instancias, mas com essa lei geral e algumas legislações municipais de execução dessa lei geral iria facilitar muito o acesso deles aqui.

P- Encerramos. Muito obrigada, vou encerrar a gravação.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO ENTREVISTADA 2

Pesquisadora (P)- Quanto tempo você tá aqui no SJMR?

Entrevistada 2 (E2) - Eu entrei no final de fevereiro do ano passado

P- E aqui você está como voluntária ou como colaboradora?

E2- Eu entrei como voluntária no meio de 2019. E no meio da pandemia eu continuei, mas não estava muito atuante, e depois voltei como contratada.

P- O que te motivou a tentar o voluntário lá trás e continuar aqui?

E2- Então, o que me motivou foi mais a parte da experiência de intercâmbio que eu tive que eu ganhei umabolsa na época da graduação pra estudar em Portugal, ai tive essa experiência lá durante a graduação de psicologia, e durante as férias eu fui pra França e troquei trabalho por hospedagem, e nesse tempo que estava lá eu conheci e convivi com uma senhora que era dona no espaço onde eu fiquei, era uma pousada erestaurante e ela também tinha um contrato com a prefeitura daquele lugar na França pra acolher pessoas migrantes refugiadas, então um de algum modo e essa temática entrou pra mim a partir dessa experiência né ? Que ai um dos quartos, um dos espaços daquele lugar era direcionada para a acolhida desses migrantes,em alguns momentos, também, ia uma assistente social ali do projeto, mas não entrava muito em detalhes porque via que era uma coisa mais interna dela. Mas eu convivia com os rapazes, alguns eram de algumas regiões da África, então assim, alguns finais de semana ela levava a gente pra passear. Alguns ia só eu e ela, outros ela levava eles também, ai eu pude conhecer um pouco mais a história deles e de algum modo amigração entrou pra mim ai. Porque não foi uma temática que eu vi na graduação né? A única coisa queeu vi sobre migração foi uma colega de curso que apresentou um trabalho, mas sabe esses trabalhos assimque você está distraído... e nesse dia eu me propus a prestar atenção, eu não lembro direito, mas em um dos slides eles falaram sobre o Serviço Jesuíta, e eu me lembro que isso foi depois que eu voltei do intercambio,porque quando eu voltei do intercambio, voltei pra terminar a graduação e ai pensei que a temática da migração era muito interessante, mas meu foco era só terminar o TCC, mas anotei e pensei que depois buscaria mais sobre essa instituição. Aí foi isso né? Me formei, entrei em contato pra me voluntariar, e comecei assim, e aí fui estudando mais e conhecendo também. Faço parte da comissão do CRP sobre migração, refúgio e tráfico humano e aí fui adentrando mais na temática, sabe?

P- Qual parte dessa acolhida você trabalha hoje aqui no SJ, como é que funciona?

E2- Eu trabalho na área da integração social, que é responsável por facilitar o acesso das pessoas migrantese refugiadas aos direitos, que seriam, educação, saúde, serviços sociais, segurança alimentar, moradia. Então de algum modo a gente faz essa ponte entre a pessoa migrante e os equipamentos públicos que são de direito. Né? Por exemplo, muitas vezes a pessoa não sabe como acessar ao centro de saúde, não sabe que tem direito ao SUS, ao auxílio Brasil, ao cadastro único. E também, a integração social trabalha muitodiretamente com as outras áreas em aspectos de atendimentos mais delicados, trabalho análogo a escravidão, escuta direcionada a abuso sexual, casos de doenças mais delicados... então, a gente acompanha(EXPLICAÇÃO SOBRE OS DEMAIS COLEGAS DA EQUIPE, TODOS OS NOMES SERÃO CORTADOS) até o centro de saúde, mulheres grávidas, cirurgia, enfim, quando necessário.

P- Como funciona o projeto de escuta de mulheres que foi iniciado no ano passado que foi brevemente comentado em momento não gravado?

E2- Sim, a gente teve essa ideia, tivemos no primeiro semestre essa frente de trabalho que foi mais grupos temáticos, com mulheres, com homens e com indígenas. O de mulheres foi o que a gente conseguiu maioradesão e maior assiduidade. A intenção era fazer 4 encontros aqui no escritório, o primeiro era na intençãode falar sobre sororidade, mulheres se apoiando, histórias de vida... Um pouco de acesso ao trabalho, questões sociais, culturais.. e no final a gente amarrou pra fechar todos os encontros. Mas a ideia foi muitoboa, muito legal, mas muito difícil de manter. Então não mantemos mais acontecendo porque não temos equipe pra isso, imagina que um projeto desses precisa de um planejamento prévio, de uma convocação dessas mulheres e depois uma manutenção né? Porque imagina, uma vez que você coloca pessoas no mesmoespaço você imagina que tudo pode acontecer, muitos sentimentos são aflorados. É isso, chegam partilhas,

muitas pessoas tem coisa engasgada, coisas delicadas, abusos vividos... e a gente precisa saber como manejar isso. E como é muito delicado a gente precisa trabalhar isso muito bem, então como, tem esse trabalho no escritório, tem o trabalho externo e somos uma frente de grupo, e por isso não conseguimos manter esse projeto. Na época tínhamos a parceria da professora Cristina (NENHUM NOME SERÁ USADO) da PUC, dando o suporte, e para esse semestre mantivemos os estágios e estagiários, mas dentro dos atendimentos, não foi criar mais um braço de trabalho e sim colocar elas dentro do que a gente já faz. Está seguindo desse modo e está bem melhor.

P- E nesse tempo que você está aqui, você já sofreu alguma hostilização por ser mulher?

E2- Eu acho que isso não foi muito direto assim, isso é as vezes muito sutil. Não foi de maneira direta, mas comigo isso acaba sendo muito sutil por ser uma instituição gerada por homens, e são coisas que a gente vai vivendo muito na sociedade e não percebe. Acho que anteriormente eu já vivi mais essas questões de não ter um protagonismo das minhas coisas serem ouvidas e respeitadas no trabalho, mas essas questões se atravessam né? Até que ponto isso é machismo, até que ponto é uma questão de trabalho ali da pessoa. Mas no momento não tenho nada recente, nem concreto, mas isso atravessa a gente todos os dias.

P- Durante esse tempo que você está aqui, você viveu alguma experiência marcante com alguma mulher migrante ou refugiada?

E2- A sim... acho que são principalmente as histórias de mulheres que vem sozinhas, mães solas. Mas eu acho que os mais desafiadores são os casos de violências obstétricas, principalmente das mulheres haitianas, então, que não foram casos isolados que a gente percebeu, foram casos recorrentes que já aconteceram e acho que isso marca muito. Muito triste você ver uma situação dessa acontecer, como uma mulher migrante, uma mulher preta, e a gente sabe que o Brasil tem a questão toda do racismo estrutural e ainda pensar que uma mulher migrante vem vivenciar isso aqui no Brasil, no momento que vai ganhar seu filho, já tem toda a expectativa de estar em outro país... acho que isso marca muito sabe?

P- E como fica você, fora desse contexto, como mulher lida com isso fora daqui?

E2- É um trabalho que muitas vezes a gente leva pra casa, a gente sempre conversa sobre isso aqui, mas o cuidado sobre saúde mental, autocuidado... então, eu acho que a coisa que eu lido, é fazendo o que eu gosto fora daqui, tento meus momentos de lazer, mas é um trabalho muito desafiador. Porque você lida com equipe reduzida, com casos delicados e as vezes sem agendamento. Quando a gente chega aqui, a gente não sabe o que nos espera. O que nos resguarda e o que nos dá um certo folego, é a gente estar em equipe. A gente não dá conta de lidar com um trabalho dessa magnitude sozinho, mas como qualquer outro trabalho humanitário, eu já trabalhei em outros, é um trabalho muito limitante. As vezes a demanda da pessoa tá aqui e você só consegue até aqui, mesmo que colocamos pra pessoa que não estamos aqui para sermos “salvadores”, porque as vezes os atendidos as vezes nos colocam nesse lugar. Mas são casos que chegam em extrema vulnerabilidade, que as vezes ela precisa ser pega pela mão por um tempo. Então se você não tem esse recurso de contar com a equipe que você trabalha, aqui temos a sorte de nos apoiarmos e sermos uma boa equipe, é dividindo o fardo por todos. Mas é isso, até essa semana mesmo, você veio em uma semana bem peculiar, a semana já começou com uma bomba que estamos caminhando com ela, as vezes é até interessante aí pro trabalho... porque é um caso de uma mulher mãe solo, que veio com quatro crianças mais ou menos adolescentes, e a outra família é uma família venezuelana com o esposo e a mulher grávida e o primo, só que a mulher está grávida de oito meses, e chegaram aqui em Belo Horizonte sem lugar pra ficar, não temos abrigo, chegaram com fome. O colega da incidência tentando abrigo público, tentando espaço pra mulher com os filhos ficarem, e pra outra família que poderia abrigar a mulher grávida é o abrigo São Paulo para pessoa em situação de rua, e tem uma estrutura muito precária. Ontem fomos com ela pra iniciar o pré-natal, fazer o cadastro no restaurante popular, no cadastro único, hoje vou em consulta médica, e tem outro caso que outra está aí em situação grave de saúde que já já está em situação de rua, e outros que ressurgem no nosso telefone. É complicado...

P- O que é que te motiva e qual sua recompensa em tudo isso?

E2- Sim.. eu acho que mais uma identificação com tipo de trabalho assim, eu não conseguiria fazer um trabalho mecânico, de vir, protocolar algumas coisas e ir embora né? Assim, fazer aquela coisinha mecânica, pensar também que de algum modo, por mais limitante que seja, tem uma equipe muito boa, porque as vezes estamos mais com a equipe do que com o atendido, então o suporte é importante. E porque

eu me identifico com a temática, é uma temática emergente e eu sempre gostei de umas coisas diferentes, sabe? É uma coisa que me instiga a estudar, entender mais, não é um assunto que encerra, é um assunto que vou ter movimentar, desenvolver, dialogar, e por outro lado, um outro ponto interessante é que por mais que a gente lide com muita tragédia, que a gente veja muita tragédia, várias situações delicadas e que muitas vezes a gente não veja aquele fim, porque as vezes não conseguimos fechar um caso, mas de algum modo, alguns casos a gente consegue ver o processo, saber e ter acompanhado como aquela pessoa chegou, e ter participado do processo de autonomia daquela pessoa, entender que eu como profissional não sou e nem quero ser responsável por aquilo, eu fiz parte daquele processo, naquele momento da pessoa. Pude ajudar para que ela tivesse acesso aos direitos dela, é muito legal ver isso acontecer. Mas é um esforço constante, porque você cria vínculo, você se preocupa, tipo, tá chovendo e você pensa, nossa e fulano? Será que tá com frio? Ai você fala, não, não sou eu que tenho que pensar isso, tchau, vou ver um filme. É um esforço constante.

P- Nesse contexto belo-horizontino, como você enxerga a cidade acolhendo essas pessoas e o SJMR?

E2- Então, eu acho que ainda é um trabalho muito inicial, que tem que ser um trabalho constante, de incidência, com os equipamentos públicos, com a rede, com os pares e os colegas de outras instituições, que a gente sempre tem que dialogar porque muitos não conhecem as documentações que sabem que tem pessoas migrantes aqui. Acho que falta também políticas de acolhimento voltadas pra essas pessoas e talvez seja a lacuna mais gritante. A gente sabe que BH tem uma população em situação de rua muito grande, mas também pro público migrante e refugiado também não tem um foco nisso. As vezes parece que as pessoas lidam com isso muito com curiosidade né? As vezes vou no centro de saúde ou algum lugar assim, fazer acompanhamento, principalmente quando eu estou com os indígenas, as vezes nem vou de crachá pra não gerar curiosidade, porque tem gente que pergunta: vocês que cuidam dos índios? Ficam conversando e perguntando coisas pra nós e pros atendidos, e ainda tratam isso com um olhar exótico, como uma curiosidade, não faz parte ainda do dia a dia da cidade, diferente de São Paulo, aqui ainda é algo muito: o que que é isso? Quem são esses?

P- As políticas que você fala que faltam, seriam quais? De educação?

E2- Sim sim, é algo que até que a Incidência tem feito é ir em escolas falar, porque não dá pra gente ficar só no nível da universidade, então é sair um pouco e falar com as crianças e outros níveis de educação, é, falar que essas pessoas fazem parte do nosso cotidiano e são pessoas como qualquer outras, dignas de direitos e de serem respeitadas e que carregam uma história, um saber e potencialidades também porque muitas vezes essas pessoas são colocadas como os necessitados, as pessoas veem como alguém que está passando necessidade e aquele migrante tem muito estudo, está com a vida aqui consolidada. Por mais que o espaço seja uma ONG é um esforço constante pra não cair no lugar do assistencialismo, porque a ideia é que seja um trabalho de dar autonomia pra essas pessoas. Quando a gente entra nesse lugar, é sempre fazer o esforço de sair desse lugar, de não levar esse discurso porque isso só cria, que carrega a ideia de que aquela pessoa não deve algo porque a gente fez pra ela um favor. Que ela foi atendida aqui, então ela nos tem que devolver algo simbólico, que seja um obrigado, um Deus te abençoe. Mas, por outro lado, quando a pessoa vem de outro lugar é reafirmar não, não precisa agradecer porque é um trabalho em conjunto pra que você acesse o que é seu por direito. Então não precisa agradecer, é um esforço que a gente faz até em equipe também, porque não é todo mundo que tem essa ideia.

P- O que nos leva última pergunta. Como é trabalhar com diferentes raças, religiões e culturas dentro de uma instituição religiosa?

E2- é eu acho que enquanto atendido acho que é sempre um desafio porque sempre nos coloca em um olhar de tipo, olha é uma crença, uma forma de viver que eu não conheço, mas que você vai trabalhando isso enquanto atende a pessoa. Você não vai conseguir compreender toda aquela cultura, aquela história que a pessoa carrega, é um trabalho que vai acontecendo junto com a execução da ação né? Então é um olhar, da forma que eu levo o trabalho, muito de não saber não estar dado. É a pessoa vem, é de tal lugar e é assim, não. É de tal lugar, mas... é aos pouquinhos construindo esse lugar e essa forma de lidar com a pessoa e muitas vezes eu vou ter que manejar a forma de lidar pra respeitar ainda mais essa pessoa. Então a postura que eu adoto é sempre o não saber, porque a chance de não saber é muito maior. E a questão da instituição religiosa, acho que o desafio é isso, marcar o limite né? Eu não sou, é, não sou religiosa, estou aqui quanto profissional. Não é pela caridade, não sou irmã de caridade, não vivo e não doei minha vida para essa

questão, doou parte do meu tempo, talvez muito mais, mas somos profissionais e precisamos impor limites, de nosso horário, precisamos ir embora. Até as irmãs de caridade precisam do descanso, não sei como elas administram isso, mas assim, é... acho que é esse o desafio, sempre estar marcando esse ponto, que estamos aqui como profissionais, que em alguns momentos iniciamos e terminamos o nosso trabalho em horários diferentes em alguma demanda, mas que tenhamos nossos limites, acho que é isso.

P- Acho que temos. Muito obrigada (encerrada a gravação para mais agradecimentos)